



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPEG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – POSEDUC**

MARIA AURÉLIA SARMENTO

**A ESCOLA NORMAL PRIMÁRIA DE MOSSORÓ (1922-1934): NARRATIVAS
SOBRE A CRIAÇÃO DA PRIMEIRA ESCOLA DE FORMAÇÃO DE
PROFESSORES DO INTERIOR DO RIO GRANDE DO NORTE**

**MOSSORÓ/RN
2013**

MARIA AURÉLIA SARMENTO

**A ESCOLA NORMAL PRIMÁRIA DE MOSSORÓ (1922-1934): NARRATIVAS
SOBRE A CRIAÇÃO DA PRIMEIRA ESCOLA DE FORMAÇÃO DE
PROFESSORES DO INTERIOR DO RIO GRANDE DO NORTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Antônia Teixeira da Costa.

MOSSORÓ/ RN

2013

Catálogo da Publicação na Fonte.

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Sarmiento, Maria Aurélia

A Escola Normal Primária de Mossoró (1922-1934): narrativas sobre a criação da primeira escola de formação de professores do interior do Rio Grande do Norte. / Maria Aurélia Sarmiento. – Mossoró, RN, 2013.

117 p.

Orientador(a): Prof.^a Dra. Maria Antônia Teixeira da Costa.

Monografia (Mestre em Educação). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Faculdade de Educação. Curso de Pedagogia.

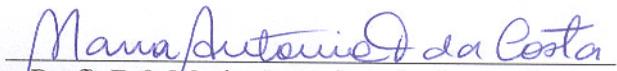
Bibliotecária: Jocelania Marinho Maia de Oliveira CRB 15 / 319

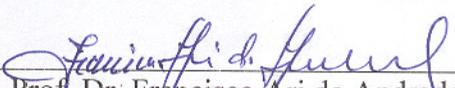
MARIA AURÉLIA SARMENTO

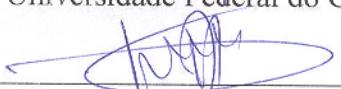
A ESCOLA NORMAL PRIMÁRIA DE MOSSORÓ (1922-1934): NARRATIVAS
SOBRE A CRIAÇÃO DA PRIMEIRA ESCOLA DE FORMAÇÃO DE
PROFESSORES DO INTERIOR DO RIO GRANDE DO NORTE

DATA DE APROVAÇÃO: 29 / 11 / 2013

COMISSÃO EXAMINADORA


Prof.^a Dr.^a Maria Antonia Teixeira da Costa
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte


Prof. Dr. Francisco Ari de Andrade
Universidade Federal do Ceará


Prof.^a Dr.^a Ana Lucia Aguiar Lopes Leandro
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Ao amor, pois ele resume e representa tudo aquilo em que acredito...
Todos aqueles a quem pertence o brilho dos meus olhos.

AGRADECIMENTOS

Não há melhor maneira de agradecer do que presentear quem amamos com a verdade e a coerência, a dor e a delícia de sermos quem somos. Não gosto de formalismos, nem de solenidades... Por mais que, assim como Clarice Lispector, eu saiba que a solenidade ritualiza a incompreensão e a transforma em oferenda. De forma simples e singela agradeço ao ser de infinito amor e luz, a quem chamamos Deus; aos meus pais, irmãos, sobrinhos, primos, tios, professores, minha orientadora, amigos e amores... Pelo amor sincero que a mim tem sido dedicado, sem ele essa dissertação não seria possível. Um abraço na alma e beijos que aquecem o coração.

“Onde existe o humano, pode-se dizer que a Memória estabelece-se, gerando os seus lugares.”
José D’Assunção Barros

RESUMO

Esta investigação evidencia a trajetória de uma instituição pioneira na formação de professores no interior do Estado do Rio Grande do Norte, em contexto com a história da profissionalização e formação inicial do professor no Brasil no limiar do século XX. O objetivo foi compreender, através das narrativas de sujeitos que vivenciaram o cotidiano dessa instituição, a história da criação e implantação da Escola Normal Primária de Mossoró desde a sua fundação em 1922 até 1934. O estudo teve por base os princípios da história das instituições escolares/educativas e o conceito de cultura escolar. Para tanto, a fundamentação teórica partiu dos trabalhos de António Nóvoa, Dermeval Saviani, Heloisa de O. S. Villela, Luciano Mendes de F. Filho, Justino Magalhães, Paula Perin Vicentini, Pierre Nora, Rosario Genta Lugli. A metodologia, de carácter qualitativo, foi operacionalizada segundo os princípios e procedimentos de uma pesquisa documental de cunho histórico, com uso de documentação primária. O material empírico analisado constituiu-se de textos memorialísticos de Raimundo Nonato da Silva, Walter Wanderley e Lauro da Escóssia: *Memórias de um Retirante* (1957), *A escola de outro tempo: professores de Mossoró* (1968), *Somando os dias do tempo: memórias* (1973), *A Escola Normal de Mossoró* (1973), *Eliseu Viana o educador: (1890-1960)* (1971) e *Memórias de um jornalista de província* (1981), de Lauro da Escóssia. Os resultados apontam que a Escola Normal de Mossoró, já em 1913, era um projeto político a nível estadual, sendo subproduto de uma reorganização modernizadora potiguar iniciada em 1916. Era destinada, especialmente, ao preparo de professores para as escolas isoladas, rudimentares e ambulantes do interior do Estado. Conclui-se que, ao tecerem seus textos, os referidos memorialistas tomaram a Escola Normal Primária de Mossoró como parte das suas histórias de vida, conferindo dizibilidade e visibilidade para a história de uma instituição que rompeu com o exercício do magistério improvisado na região oeste potiguar.

Palavras-chave: Memória. História das instituições escolares. Escola Normal Primária de Mossoró.

RESUMEN

Esta investigación muestra la trayectoria de una institución pionera en la formación de profesores en el estado de Rio Grande do Norte, en el contexto de la historia de la profesionalización y la formación inicial del profesorado en Brasil, en el umbral del siglo XX. El objetivo era comprender, a través de las narraciones de los sujetos que experimentaron la vida cotidiana de esta institución, la historia de la creación e implementación de la Escola Normal Primária de Mossoró desde su fundación en 1922 hasta 1934. El estudio se basa en los principios de la historia de las instituciones escolares/educativos y el concepto de cultura escolar. Para obtener tanto, el fundamento teórico fue la obra de Antonio de Nóvoa Dermeval Saviani, Louisa O. S. Villela, Luciano Mendes de F. Hijo, Justin Magallanes, Paula Perin Vicentini, Pierre Nora, Genta Rosario Lugli. La metodología es cualitativa, fue ejecutado de acuerdo con los principios y procedimientos de la investigación documental de carácter histórico, utilizando documentos primarios. El material empírico analizada consistió en las memorias en textos de Raimundo Nonato da Silva, Walter Wanderley y Lauro de Escóssia: *Memórias de um Retirante* (1957), *A escola de outro tempo: professores de Mossoró* (1968), *Somando os dias do tempo: memórias* (1973), *A Escola Normal de Mossoró* (1973), *Eliseu Viana o educador: (1890-1960)* (1971) e *Memórias de um jornalista de província* (1981), de Lauro da Escóssia. Los resultados indican que la Escola Normal Primária de Mossoró, ya en 1913, fue un proyecto político a nivel estatal, al ser una reorganización subproducto de la modernización iniciada en 1916. Fue diseñada especialmente para preparar a los maestros en las escuelas aisladas, primitivas y en las escuelas estatales. Llegamos a la conclusión de que, en la tesitura de sus textos, estos memorialistas tomaron la Escola Normal Primária de Mossoró como parte de sus historias de vida, dando dizibilidade y visibilidade a la historia de una institución que rompió con el ejercicio de la docencia improvisada en región oeste del Rio Grande do Norte.

Palabras clave: Memoria. Historia de las instituciones escolares. Escola Normal Primária de Mossoró.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO I – TESSITURA E ITINERÁRIO DE PESQUISA	11
1.1 “A trajetória somos nós mesmos”: a pesquisadora, a temática e as fontes	11
1.2 O nosso objeto de estudo: a Escola Normal Primária de Mossoró.....	23
1.3 A pesquisa: objetivos, marco temporal e metodologia.....	30
CAPÍTULO II – AS ESCOLAS NORMAIS E A PROFISSÃO DOCENTE.....	38
2.1 De mestre-escola a professor: traços de um ofício	38
2.2 A formação do professor e a profissão docente no Brasil	50
2.3 A institucionalização do ensino normal no Rio Grande do Norte.....	58
CAPÍTULO III – A GÊNESE E A IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA NORMAL DE MOSSORÓ (1922 – 1934).....	64
3.1 “Os guardiões da memória”: intelectuais e a escrita da história da Escola Normal Primária de Mossoró	64
3.2 A necessidade de uma escola de formação de professores para Mossoró.....	73
3.3 A instalação oficial da Escola Normal de Mossoró e a sua organização e funcionamento....	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS	102
ANEXOS	107

INTRODUÇÃO

Pioneira, desejada, oportuna, vanguardista, admirada, lisonjeira, cobiçada, contestada, memorável, indelével. A Escola Normal Primária de Mossoró foi uma importante instituição de formação de professores, precursora no interior do Estado do Rio Grande do Norte. Ao propormos um trabalho de recuperação da sua história, almejamos não apenas conhecer o cenário que permitiu sua fundação, como também as suas instalações, o perfil do corpo docente e administrativo, o alunado, o clima cultural e os conteúdos escolares engendrados no período de 1922 a 1934.

O trabalho de recuperação da história da Escola Normal Primária de Mossoró, a partir das memórias dos livros escritos por Raimundo Nonato da Silva, Walter Wanderley e Lauro da Escóssia, publicados pela Coleção Mossoroense, não teve a intenção de legar para a essa instituição de formação de professores uma história completa e oficial, apenas desejamos lançar mais um olhar sobre os acontecimentos que fiaram a trama de sua história. Para atingir tais objetivos, as obras memorialistas analisadas foram: *Memórias de um Retirante (1957)*, *A escola de outro tempo: professores de Mossoró (1968)*, *Somando os dias do tempo: memórias (1973)*, *A Escola Normal de Mossoró (1973)*, de autoria de Raimundo Nonato da Silva; *Eliseu Viana o educador: (1890-1960) (1971)* de Walter Wanderley, *Memórias de um jornalista de província (1981)* de Lauro da Escóssia .

Juntamente com a pesquisa documental (os textos memorialísticos do acervo da Coleção Mossoroense), estabelecemos um diálogo acerca da escrita da História e do ofício do historiador, bem como da historiografia sobre a escola normal no Brasil, com vistas ao entendimento das estratégias de produção social da realidade. Baseado no que nos disse Roger Chartier (1990, p. 17), procuramos identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler.

Esta é uma pesquisa qualitativa, que caminha pelo universo das significações, dos motivos e das atitudes. Caracteriza-se como uma pesquisa documental de cunho histórico. Um trabalho constituído de duas fases: uma pesquisa bibliográfica que objetivou a descoberta e o estudo de conceitos necessários à construção da base teórica; e uma pesquisa documental que se fundamentou na leitura das fontes. Uma investigação que tem como base os princípios da história das instituições escolares/educativas e o conceito de cultura escolar. Para tanto, nos fundamentamos nos trabalhos de António Nóvoa, Décio Gatti Júnior, Dermeval Saviani,

Heloisa de O. S. Villela, Luciano Mendes de F. Filho, Justino Magalhães, Ester Buffa, Paula Perin Vicentini, Pierre Nora, Roger Chartier, Rosario Genta Lugli, entre outros.

As enunciações aqui expostas têm como ponto de confluência a Escola Normal Primária de Mossoró, inserida na discussão sobre a profissionalização¹ e a formação inicial do professor no limiar do século XX. Através das memórias publicadas pela Coleção Mossoroense, buscamos compreender a história da criação e implantação da primeira escola de formação de professores a ser instalada no interior do Rio Grande do Norte. Visamos, pois, adentrar o cotidiano dessa instituição escolar e conhecer seu itinerário desde a sua criação, em 1922, com ênfase na década de 20 do século XX e ressonância até 1934.

O trabalho foi dividido em três capítulos, além desta **introdução**. O primeiro capítulo, **Tessituras e itinerário de pesquisa**, versa sobre o processo de construção da nossa pesquisa, apresentando tema, objeto, problemática, objetivos, fontes, enfim ele fala de motivações, descobertas e justifica a razão de ser desta dissertação. No segundo capítulo, **As escolas normais e a profissão docente**, situamos nosso objeto de pesquisa através da historiografia sobre as escolas normais e a profissão docente, discorrendo sobre o papel histórico da escola normal enquanto instituição de formação de professores e etapa do processo de profissionalização docente. Já no terceiro capítulo, **A gênese e a implantação da Escola Normal de Mossoró (1922-1934)**, apresentamos as memórias dos livros publicados pela Coleção Mossoroense para que, através deles possamos conhecer um pouco do cotidiano da Escola Normal Primária de Mossoró, incluindo suas instalações, o perfil do corpo docente e administrativo, o alunado, o clima cultural e o currículo. Nas **considerações finais**, retomamos proposições discutidas ao longo do trabalho, menos com a intenção de fornecer conclusões fechadas do que a de lançar novas possibilidades de interpretação sobre a temática em análise.

¹ Este trabalho entende “profissionalização” na perspectiva sócio histórica de António Nóvoa (1991, 1992, 1999). Desta forma, longe de usarmos anacronicamente o termo, entendemos que o mesmo tem validade para a presente pesquisa no sentido de denotar um processo laboral e indenitário em que a docência passa a ser vista como ofício de especialistas em vez de ser pensada e feita de modo assistemático e improvisado.

CAPÍTULO 1

TESSITURA E ITINERÁRIO DE PESQUISA

“Viver é um rasgar-se e remendar-se”

(Guimarães Rosa)

O tema deste trabalho é a Escola Normal Primária de Mossoró (1922-1934), a história da sua gênese e institucionalização, a partir das memórias publicadas pela Coleção Mossoroense. O estudo busca circunscrever a história da formação institucionalizada de professores na cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte, tomando como ponto inicial o surgimento da escola normal, bem como os acontecimentos que a antecederam e que lhe permitiram existir. Almejamos, pois, adentrar a história dos primeiros professores e alunos e dos acontecimentos que coloriram o seu cotidiano. Mas, nenhum trabalho nasce e se faz no vazio. Assim como no poema de Drummond², é necessário que flores rompam o asfalto.

Por isso, esse capítulo que abre o nosso estudo versa sobre processo de construção da presente pesquisa, apresentando tema, objeto, problemática, objetivos, fontes, enfim ele fala de motivações, descobertas e justifica a razão de ser dessa dissertação. Desejamos falar da história de uma instituição escolar a partir das reminiscências de alguns intelectuais potiguaros que estiveram diretamente ligados ao cotidiano dessa escola. Para isso, iniciamos percorrendo sobre nossas fontes - as memórias da Escola Normal Primária de Mossoró que foram publicadas pela Coleção Mossoroense - apresentando a Escola Normal Primária de Mossoró como nosso *locus* de pesquisa e problematizando-a. Esse é o nosso desafio e talvez a nossa ousadia primeira.

1.1 “A trajetória somos nós mesmos”: a pesquisadora, a temática e as fontes

Como bem nos disse Clarisse Lispector, existe a trajetória e a trajetória não é apenas um modo de ir. A trajetória somos nós mesmos. Tais palavras clariceanas traduzem uma postura

² ANDRADE, Carlos Drummond de. A Rosa do povo. Rio de Janeiro: Record, 2000.

investigativa, ou seja, a pesquisa não representa apenas um conjunto de teorias e métodos a serem utilizados pelo pesquisador com intuito de dar visibilidade e dizibilidade acadêmica ao seu trabalho. Teorias e métodos são muletas que sustentam a própria compreensão de mundo do pesquisador. Uma pesquisa faz-se trajetória não apenas por uma longa convivência do pesquisador com a temática a ser pesquisada, mas também pela vivência deste com a maneira e as ferramentas de interpelar essa temática, e pela persistência em continuar, mesmo que para isso tenha que se redefinir e dar nova definição ao seu trabalho, encontrando veredas.

Assim posto, esta dissertação expressa não apenas uma maneira de fazer história enquanto manejo de um ofício, mas, sobretudo, explicita um modo de conceber o que é histórico. Este não é apenas um trabalho que trata de educação, de instituições escolares e de formação de professores é, acima de tudo, um trabalho que traz à luz da trama histórica, as memórias de diferentes sujeitos que usaram o poder da palavra para narrarem a si mesmos, a sua geração, o seu passado com a força de um grito que rompe as correntes da finitude. Estes intuíram, então, aquilo que a grande Rachel de Queiroz tão bem expressou quando falava da Academia Brasileira de Letras: Somos imortais! Entenda-se: não imorríveis, mas imortais!

Logo, nestas páginas, em suas idas e vindas, ecoam muitas vozes... Vozes de uma vida inteira, considerando que o que escrevemos está perpassado não somente pelas leituras da academia, mas por todas as nossas vivências e ambiências. Estão aqui, portanto: as leituras (de livros, homens, mulheres e coisas); Clarice Lispector também está aqui, já que a literatura, assim como a ciência, nos permite o conhecimento de si e a consciência do mundo; a voz de Maria Bethânia, outrossim, cá está posta, visto que tantas vezes nos embalou em sua melodia, enquanto buscávamos as nossas veredas; aqui estão também as cores de Frida Kahlo e toda a esperança que nos trouxeram, nas vezes em que tudo parecia perdido; a “cajuína cristalina em Teresina” e o seu grito contra a incomensurabilidade da vida; o orgasmo intelectual provocado pela leitura da obra *A invenção do Nordeste*, de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, que nos ensinou uma nova forma de conceber o que é histórico; a admiração pela história da educação, escrita por Heloisa de O. S. Villela e Luciano M. de Faria Filho que nos permitiu perceber uma história que dar voz a uma multiplicidade de sujeitos e descortina suas práticas; o prazer de ter sido professora substituta da Universidade de Pernambuco; a busca por um diálogo que nos permitisse construir pontes; a lembrança do Rio São Francisco; e, por fim, porém não menos importante, o amor de amigos e familiares que nos impulsiona a

seguir, mesmo quando nos percebemos como um monte intransponível no nosso próprio caminho.

Tudo isso nos forma e dá forma ao que escrevemos, porque o texto não é constituído apenas pelas palavras que o compõem, mas por tudo o que permitiu que elas desabrochassem. Nesse sentido, concordamos com Mills (2009), quando pensa a pesquisa como uma aventura intelectual e existencial e concebe o pesquisador como um artista “bricoleur”. Posto isso, o presente texto é uma espécie de *bricolagem*. Como na tessitura de uma colcha de retalhos, urdida a partir de um *artesanato intelectual*, ele é escrito por várias mãos, uma vez que nos apropriamos, de todos os autores, categorias e conceitos que estão referenciados ou não na bibliografia.

Este é, pois, um trabalho que se constrói pelo desejo de estar nas fronteiras: entre a história e a memória, entre arte e a ciência, entre o humano e o institucional. Nasceu em um processo ulterior à seleção do mestrado, quase como um filho temporão, já em 2012, no momento em que cursávamos, no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – POSEDUC/UERN, a disciplina *História da Profissão Docente no Rio Grande do Norte*, cujas leituras e discussões foram fundamentais. Essa disciplina nos permitiu descobrir e problematizar o processo de construção da profissão docente no Brasil, particularmente no Rio Grande do Norte. De modo especial, proporcionado por tal disciplina, destacamos o contato com a monografia³ da professora Rosivânia Maria da Silva, que pesquisou as práticas pedagógicas da Escola Normal de Mossoró nas décadas de 50 e 60 do século XX. Saber da existência dessa escola como instituição pioneira na formação de professores, não só em Mossoró como na região Oeste do estado, despertou-nos o desejo de conhecer a história da Escola Normal de Mossoró no momento de sua fundação.

Outro acontecimento deveras relevante na construção do nosso objeto de pesquisa foi o fato de termos participado do minicurso, *A profissão Docente no Rio Grande do Norte (1939-1969)*, na Semana de Estudos, Teorias e Práticas Pedagógicas – SETEPE/UERN. Nesse minicurso tivemos contato com autores de relevância ímpar, como António Nóvoa e seus estudos sobre a história da profissão docente. Tanto a disciplina supracitada como esse minicurso foram ministrados pela professora Dra. Maria Antônia Teixeira da Costa, orientadora deste trabalho. Nessas oportunidades percebemos a relevância de historiarmos as

³ SILVA, Rosivânia Maria da. **A escola normal primária de Mossoró no período de 1950-1960**: práticas e formação de professores. Monografia (Especialização em Formação de Professores) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2008.

origens das primeiras instituições fundadas para formação do professorado, descobrindo, também, a pesquisa em História da Educação como uma possibilidade de vivenciar o trabalho histórico em conjunto com uma reflexão sobre as ações educativas ao longo da história.

As aprendizagens acima referidas e a curiosidade relativa à formação institucionalizada de professores em seu limiar, na cidade de Mossoró, despertaram o desejo de refazer leituras de outrora, dos tempos da Licenciatura em História, sobre a cidade de Mossoró, além de nos permitir conhecer produções mais contemporâneas sobre a cidade. Principalmente, nos levaram a visitar a Fundação Vingt-Un Rosado em busca de encontrar, na Coleção Mossoroense, livros sobre a história da educação em nível local. Buscamos esses livros na referida coleção porque: primeiro, a Coleção Mossoroense estava citada e foi utilizada como fonte em todas as produções que lemos⁴; e, segundo, ela reúne a maior parte de tudo o que já se escreveu sobre Mossoró e toda a região Oeste do Estado do Rio Grande do Norte.

A Coleção Mossoroense foi idealizada por Vingt-Un Rosado Maia⁵ no momento em que seu irmão, Dix-Sept Rosado Maia, fora prefeito da cidade de Mossoró/RN. Nasceu como projeto editorial, em 30 de setembro de 1949, e, a princípio, chamava-se Boletim Bibliográfico. Implantada juntamente com a Biblioteca Pública de Mossoró e o Museu Municipal, tais instituições deram início à chamada *Batalha da Cultura*⁶.

Segundo GALVÃO (*apud* FELIPE, 2001, p. 91), dentro de um programa cultural para o município de Mossoró, foram criados, pelo Decreto Executivo número 4, de 5 de abril de

⁴ BRAZ, Emanuel Pereira. **Abolição da escravidão em Mossoró** – pioneirismo ou manipulação do fato. (Dissertação de Mestrado). Natal: UFRN, 1999; CARVALHO, Sadraque Micael Alves de. **Um lugar (in)existente**: o “país de Mossoró” nas tramas da consciência histórica. (Dissertação de Mestrado). Natal: UFRN, 2012; COSTA, Bruno Balbino Aires da. **“Mossoró não cabe num livro”**: Luís da Câmara Cascudo – O historiador da cidade. João Pessoa: Ideia, 2012; FELIPE, José Lacerda Alves. **A (re)invenção do lugar**: os Rosados e o País de Mossoró. 1ª ed. João Pessoa: Grafset, 2001; NOBREGA, Alessandro Texeira. **A Coleção Mossoroense e a construção dos mitos**: Dix-sept Rosado, o herói imolado. (Dissertação de Mestrado). Natal: UFRN, 2007; PAIVA NETO, Francisco Fagundes de. Mitologias do “País de Mossoró”. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1997; SILVA, Rosivânia Maria da. **A escola normal primária de Mossoró no período de 1950-1960**: práticas e formação de professores. Monografia (Especialização em Formação de Professores) – Faculdade de educação, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2008.

⁵ Jerônimo Vingt-Un Rosado Maia nasceu em Mossoró em 25/09/1920 e faleceu em 21/12/2005. Filho mais novo de Jerônimo Rosado Maia e Isaura Rosado Maia, foi membro de uma família composta em sua maioria por políticos. Era agrônomo, professor e escritor, considerado um dos maiores pesquisadores de assuntos relacionados com o semiárido, o cangaço e o *mossoroísmo*. Foi o criador da Coleção Mossoroense e, por editar e possibilitar a publicação de livros através dessa coleção, ficou conhecido, na cidade de Mossoró, como um homem de cultura, um intelectual, um historiador, o editor que se transformou no *mecenas* de Mossoró.

⁶ A Batalha da Cultura foi um movimento cultural ocorrido em Mossoró a partir do final da década de 40 do século XX, a qual se propôs à criação de atividades e instituições destinadas à formação da identidade cultural mossoroense. Liderado por Vingt-Un Rosado, reuniu vários intelectuais (COSTA, 2012).

1948, a Biblioteca Pública Municipal de Mossoró, o Museu Municipal e o Boletim Bibliográfico, este último uma proposta editorial que reúne pesquisas, contribuições de escritores locais e, sobretudo, a divulgação de documentos, arquivos e atas da Câmara Municipal de Mossoró, além de contribuições sobre genealogias regionais, etnografia e folclore. O Boletim Bibliográfico é o embrião da Coleção Mossoroense. Todo esse esforço chamou-se “Batalha da Cultura”. A isso Felipe (2001) acrescenta que, para comandar essa “Batalha da Cultura”, o prefeito Dix-sept Rosado convocou o irmão mais novo, Vingt-Un Rosado. A partir desse momento, ele se transformou no homem de cultura da família, um intelectual, um acadêmico, o mecenas que, através das publicações na Coleção Mossoroense e nas festas de comemorações das datas magnas do município, resgatou os heróis do passado e seus feitos memoráveis.

Felipe (2001) afirma que a Coleção Mossoroense é fruto de um projeto político de Vingt-Un Rosado para reprodução do poder de seu grupo familiar, inclusive nomeou a Coleção Mossoroense de *a fábrica dos imortais*. Particularmente, acreditamos que a Fundação Vingt-Un Rosado configura-se como um bem valioso para a população da Região Oeste do Estado do Rio Grande do Norte, já que funciona como uma espécie de “guardiã da memória”, na eterna luta da história, no paradoxo lembrança/esquecimento. Essa coleção é sem dúvida um importante reduto da memória da cidade e de seus habitantes.

O acervo da Coleção é composto por mais de quatro mil títulos⁷, os quais são distribuídos para inúmeras bibliotecas do país e ficam guardados e acessíveis ao público na sede da Fundação Vingt-Un Rosado⁸. Tais livros são distribuídos em séries que partem da letra A para a letra G. Da série A participam os folhetos de grande formato; da série B, os folhetos no formato de livro; da série C, os livros; da série D, os cordéis; da série E, os periódicos; da série F, livros, plaquetas e folhetos contendo uma série intitulada Memorial dos Mossoroenses; e por último a série G, onde constam discursos e relatórios dos presidentes da Província do Rio Grande do Norte, no período de 1835-1888 (FELIPE, 2001).

⁷ De acordo com o levantamento realizado pelo jornal O Estado de S. Paulo, em março de 2003. A Coleção Mossoroense alcançou a marca de mais de 4.500 títulos publicados no país, o que lhe rendeu o posto de editora com a maior quantidade de títulos editados no Brasil.

⁸ Durante muito tempo a Coleção Mossoroense foi mantida e referendada pela Fundação Guimarães Duque ligada à antiga ESAM (Escola Superior de Agricultura de Mossoró, hoje, Universidade Federal do semiárido). No final da década de 1990, com o intuito de homenagear o grande gerenciador e idealizador dessa coleção, um grupo de intelectuais criou a Fundação Vingt-Un Rosado.

É importante mencionar que, apesar de possuir um vasto acervo e inegável prestígio, após o falecimento de Vingt-Un Rosado, em 2005, a fundação mantenedora dessa coleção tem passado por problemas financeiros⁹. Atualmente funciona com um número reduzido de funcionários e com um acervo ainda em processo de organização, sem profissionais qualificados para fazê-lo, o que tem dificultado o acesso do público a todas as obras. Em nossas várias visitas à fundação, algo que acontecia corriqueiramente, ouvíamos sempre - “tem o livro no acervo, mas não conseguimos encontrá-lo”-. No entanto, era visível o esforço dos funcionários em nos ajudar e a satisfação em ver a Coleção Mossoroense sendo utilizada como fonte para os alunos da universidade. Outro problema gerado pela falta de organização no acervo é que nós não podíamos ter acesso direto às obras da fundação. Procurávamos as obras através do catálogo e quando encontrávamos alguma do nosso interesse pedíamos que um funcionário procurasse.

A maior parte das obras encontradas tinha vários exemplares disponíveis na Fundação, por isso recebemos de presente algumas delas. Já outras obras não puderam ser analisadas por nós porque se quer foram encontradas, por exemplo: *Bacharéis de Olinda e Recife. Norte-riograndenses formados de 1832 a 1932* (1957) e *Terra e gente de Mossoró* (1978), ambas de autoria de Raimundo Nonato da Silva, além de *Contribuição de Nestor Lima à história de Mossoró* (1987), escrita por Vingt-Un Rosado. Um fato que nos chamou atenção foi que a Coleção Mossoroense é composta por inúmeras obras publicadas, primeiro, pela editora carioca Pongetti e só depois pela referida coleção.

Apesar das inúmeras críticas em relação à vinculação da Coleção Mosoroense com a família Rosado, e das dificuldades que sua fundação mantenedora vem passando, consideramos a mesma uma raridade, já que nossa sociedade não costuma preservar acervos que falem do nosso passado, principalmente quando se trata da história local. No nosso primeiro contato com a Fundação Vingt-Un Rosado fomos diretamente à busca de duas obras

⁹ Segundo reportagem do Jornal “O Mossoroense”, publicada em 13 de maio de 2013, a Fundação Vingt-Un Rosado corre o risco de fechar. A matéria explica que ao longo de sua história a fundação mantenedora da coleção Mossoroense foi mantida em parceria com a Prefeitura Municipal de Mossoró e por convênios com instituições de fomento à cultura, tais como: Esam, Sudene, Dnocs, Petrobras, entre outras, por doações de admiradores desse trabalho e recursos do próprio Vingt-Un. Porém depois do falecimento de Vingt-Un Rosado, sem o seu prestígio pessoal, os convênios e doações praticamente inexistem. Inclusive a histórica parceria com a Prefeitura de Mossoró, essa que lhe garantia o funcionamento básico, não fora renovada pela atual prefeita da cidade. Após audiências com a direção da fundação a prefeita Cláudia Regina sinalizou a resolução do impasse ao garantir a renovação da parceria, mas adiantou a redução de 50% do valor pleiteado pela fundação, a saber: 19 mil reais ao mês. A redução do valor da parceria, segundo a direção, inviabilizaria o funcionamento da Fundação Vingt Un Rosado. As negociações continuam.

que tinham como tema a Escola Normal de Mossoró, a saber: *A Escola Normal de Mossoró* (1973) e *A tradicional Escola Normal de Mossoró* (2001).

A obra *A Escola Normal de Mossoró*, publicada em 1973, e que tivemos contato com a sua primeira edição, foi escrita por Raimundo Nonato da Silva. Potiguar da cidade de Martins, Nonato nasceu em 18 de agosto de 1907. Filho de agricultores, em 1919, em consequências de uma grande seca, emigrou para Mossoró, onde se tornou engraxate. Foi aluno da primeira turma da Escola Normal Primária de Mossoró. Como estudante esteve imbricado no cotidiano da Normal de Mossoró entre os anos de 1922, ano do seu ingresso, até 1925, quando se diplomou professor. Voltou a esse convívio em 1935, ocasião em que fora nomeado para ministrar a cadeira de Higiene e Educação Física da referida instituição.

Como educador lecionou também em vários Grupos Escolares do interior do Estado. Em Mossoró, além da Normal, foi professor no Colégio Diocesano Santa Luzia, no Colégio Sagrado Coração de Maria, na Escola Técnica de Comércio União Caixerai, e na Faculdade de Ciências Econômicas (embrião da Universidade Regional do Rio Grande do Norte, hoje, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte). Nonato também graduou-se em Direito, o que lhe permitiu entrar para magistratura. Aposentou-se, em 1957, como Juiz de Direito da Comarca de Apodi. Após sua aposentadoria passou a residir no Rio de Janeiro, onde faleceu em 22 de agosto de 1993.

Escritor, jornalista e conhecido como o maior memorialista da região Oeste do Estado do Rio Grande do Norte¹⁰, foi membro de várias entidades de cunho cultural, dentre elas: o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), a Academia Norte-riograndense de Letras, Instituto Cultural do Oeste Potiguar (ICOP) dentre outros. Autor de uma vasta produção, encontramos em suas obras muitas lembranças sobre a Escola Normal, principalmente do período em que ele foi aluno da instituição.

Já o livro *A tradicional Escola Normal de Mossoró*, publicado, em 2001, por Wilson Bezerra de Moura, é, entre os livros encontrados, o de publicação mais recente, cujo autor, diferente dos demais, não vivenciou a história narrada. Foi escrito a pedido de José Augusto Rodrigues, ex-diretor da Escola Normal de Mossoró que possuía um acervo particular sobre a escola. Por razão de uma enfermidade, José Augusto estava impossibilitado de escrever.

¹⁰ O reconhecimento de Raimundo Nonato como o maior memorialista do Oeste Potiguar pode ser encontrado no livro: RODRIGUES, José Augusto; BRITO, Raimundo Soares de. **Raimundo Nonato**, o homem e o memorialista. Mossoró: Coleção Mossoroense, Vol. CCCLV, 1987.

Pedindo, pois, a seu amigo Vingt-Un Rosado que realizasse um sonho seu: escrevesse a história da Escola Normal de Mossoró para que essa não se perdesse no esquecimento. Impossibilitado de atender ao pedido do amigo, Vingt-Un solicitou que Raimundo Soares de Brito (Raibrito), conhecido memorialista mossoroense, o fizesse, no entanto Raibrito também não pudera cumprir esse desejo e entregou a Wilson B. de Moura a tarefa de fazê-lo.

Moura é bacharel em Direito e licenciado em História, conhecido escritor da cidade de Mossoró, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), da Academia Norte-rio-grandense de Letras e do Instituto Cultural do Oeste Potiguar (ICOP). Amigo de Vingt-Un e Raibrito, é autor de algumas obras publicadas pela Coleção Mossoroense, talvez, por isso, tenha sido escolhido para escrever sobre a Escola Normal, posto que, mesmo não tendo uma ligação direta com a escola, matinha uma ligação com instituições que tradicionalmente reúne os intelectuais mossoroenses. É possível afirmar, após a leitura dessa obra, que, apesar da formação do autor na área de história, a escrita do mesmo não difere da escrita dos demais memorialistas que publicaram obras pela Coleção Mossoroense, tanto por seguir regras metodológicas diferenciadas do mundo acadêmico quanto pela ausência do uso de conceitos. Mesmo Moura tendo tido acesso a um arquivo privado, até hoje de difícil contato, utilizou poucas fontes diferentes das próprias obras memorialistas. A documentação do acervo pessoal de José Augusto Rodrigues (cartas, fotos, matérias jornalísticas, decretos, etc.) só fica mais evidente na escrita de Moura (2001) quando o mesmo narra sobre o período histórico da Escola Normal de Mossoró pós década de 30.

Após a leitura dessas duas obras, decidimos que iríamos buscar outras fontes que falassem da Escola Normal de Mossoró, também tencionando encontrar fotos, atas, decretos, etc. Ao passo que íamos tentando encontrar outras documentações para dialogarem com essas obras, percebemos que estávamos “dando voltas”, e que o tempo corria contra nós. Assim sendo, preciso tomar uma decisão, ou seja, estudar a criação e implantação da escola Normal Primária de Mossoró a partir de um material que tanto nos surpreendeu: as obras escritas por pessoas que tivessem, de algum modo, vivenciado o momento criação dessa instituição. Munidos do conhecimento dos nomes dos alunos que formaram a primeira turma de normalistas e da lista dos seus primeiros professores, informação que encontramos no livro *A Escola Normal de Mossoró* (1973), de Raimundo Nonato, passamos a pesquisar, no catálogo de publicações da Coleção o Mossoroense, livros publicados por alunos ou professores

daquela época. De posse dessas publicações, procuramos nelas informações sobre a referida escola.

A decisão supracitada considera o que nos disse Miguel (2007), para quem o estudo das instituições escolares, por meio da documentação que registra suas histórias, nem sempre está à disposição do pesquisador de forma organizada em arquivos. De modo que um arquivo ou registros que contenham informações sobre determinada instituição, mesmo que dispersos, trazem sempre expectativa da descoberta, da possibilidade de novos caminhos. Dependendo do que vamos encontrando, no decorrer da pesquisa, podemos até imprimir novo direcionamento ao trabalho, e construir novas interpretações. Para Farge (*apud* MIGUEL, 2007, p. 32) não importa se os fatos que se tornam conhecidos são verdades ou mentiras; o que importa é que eles estão ali registrados por algum motivo. Cabe, então ao pesquisador questionar e descobrir qual é esse motivo. Certamente, o trabalho com as fontes em um arquivo inspira vários sentimentos, mas também impulsiona a descoberta dos porquês das informações ali contidas.

Assim, pela riqueza de informações que contêm sobre a história da educação em Mossoró, mas, sobretudo, porque condessam memórias de atores que vivenciaram grande parte dos fatos narrados, as seguintes obras tornam-se fontes essenciais para nossa pesquisa: *Memórias de um Retirante* (1957), *A escola de outro tempo: professores de Mossoró* (1968), *Somando os dias do tempo: memórias* (1973), *A Escola Normal de Mossoró* (1973), livros de autoria de Raimundo Nonato da Silva; *Eliseu Viana o educador: (1890-1960)* (1971) de Walter Wanderley e *Memórias de um jornalista de província* (1981) de Lauro da Escóssia.

Não foi o desejo de analisar a beleza ou pobreza estética da escrita, nem o interesse em indagar sobre a veracidade ou os equívocos das informações o que despertou a nossa atenção para essas obras, mas sim a maneira como aquela escola era lembrada e apresentada. Visualizamos esses livros como fontes, ou seja, materiais a partir dos quais o historiador pode realizar sua pesquisa e com os quais escreve o texto histórico. Várias e variadas foram as leituras feitas sobre os pioneirismos que tanto orgulham os mossoroenses mais “patrióticos”, no entanto, foi a primeira vez que percebemos uma escola sendo narrada como um dos personagens centrais do processo de desenvolvimento, progresso e ascensão cultural de uma cidade. Percebemos, nessas obras memorialísticas, territórios abertos para a história. Como nos disse Cunha (2009, p. 251):

A ação da mão sobre papéis, sobre telas, sobre pedras e onde mais for possível deixar traços, a escrita registra, inventa e conserva sempre *mais ou menos*, ao contar, muitos atos da experiência humana. Como ferramenta de uso social, a escrita pode salvar do esquecimento ao fixar no tempo vestígios de passados. O historiador Roger Chartier lembra que, por meio da escrita, em seus vários suportes, são fixados os “traços do passado, a lembrança dos mortos, ou a glória dos vivos”. Tal afirmativa permite recordar a importância do texto escrito como um remédio eficaz contra o esquecimento, capaz de transcender a fugacidade da vida.

Memórias de um Retirante (1957), *A escola de outro tempo: professores de Mossoró (1968)*, *Somando os dias do tempo: memórias (1973)* e *A Escola Normal de Mossoró (1973)* são obras produzidas por meio das lembranças de Raimundo Nonato da Silva e resultantes de pesquisas feitas por ele. Como disse o próprio autor, são livros de memórias, produzidos por suas reminiscências de uma época em que fora aluno da Escola Normal, e das memórias de antigos professores e alunos de Mossoró, colhidas por ele. Além das memórias, as fontes consultadas por Raimundo Nonato foram, em síntese: Atas da Câmara Municipal de Mossoró, Coleção da revista ABC da Associação de Normalistas da Escola Normal de Mossoró, Coleção da Revista Pedagogium (anos de 1948-1951) e várias obras sobre a história de Mossoró, publicadas pela Coleção do Boletim Bibliográfico de Mossoró (embrião da Coleção Mossoroense).

A escola de outro tempo: professores de Mossoró (1968), por sua vez, é um livro de biografias, isto é, formado pela descrição biográfica dos professores que lecionaram em Mossoró, a partir de 1835, nas instituições privadas e públicas, a saber: Colégio Sete de Setembro, Colégio Diocesano Santa Luzia, Curso de Comércio da União Caixeiral, Grupo Escolar 30 de Setembro e da Escola Normal de Mossoró.

Já a obra *A Escola Normal de Mossoró (1973)*, é um texto, que em virtude das comemorações do cinquentenário da Normal buscou escrever a história dessa instituição e deixar para posteridade os nomes, as datas e números relacionados com a vida e com a crônica da tradicional escola mossoroense e com isso impedir que ela caísse no esquecimento.

Memórias de um Retirante (1957) e *Somando os dias do tempo: memórias(1973)* como o próprio título já expressa, são livros de memórias, onde Raimundo Nonato retrata sua trajetória de vida. Por isso, nele está inclusa uma narrativa sobre a época em que Nonato foi aluno da Normal de Mossoró. São várias as páginas que Nonato dedicou para narrar os anos que estudou nessa escola, o que revela a centralidade dessa formação em sua vida. Sem dúvida Nonato foi o que mais lembranças da Escola Normal legou à posteridade, é também um dos autores que mais publicou pela Coleção Mossoroense. É deveras interessante

observarmos que as obras de Raimundo Nonato são sempre citadas, tanto no livro de Walter Wanderley, como no livro de Wilson Bezerra de Moura.

O livro *Memórias de um jornalista de província* (1981), do mossoroense Lauro da Escóssia, narra, em sequência cronológica, pequenas “estórias” da sua infância à maturidade, ou seja, desde 1905, ano de seu nascimento, até a década de 1980, quando o livro foi publicado. Lauro da Escóssia foi aluno da primeira turma da Escola Normal Primária de Mossoró, colega de classe de Raimundo Nonato da Silva. É, dos livros pesquisados, o que menos informações nos trouxe, porém elas foram significativas, pois nos narraram episódios polêmicos anteriormente narrados por Raimundo Nonato com a mesma verossimilhança. É importante ressaltar também que Lauro da Escóssia foi entrevistado tanto por Raimundo Nonato como por Walter Wanderley, por isso é possível afirmar que suas memórias perpassam todas as obras.

Além de professor primário, Lauro da Escóssia foi diretor do Museu Municipal de Mossoró (que hoje carrega seu nome), escritor, memorialista e exerceu a profissão de jornalista. Sua família fundou o Jornal O Mossoroense, jornal em que Lauro trabalhou por longos anos, sendo inclusive responsável pela sua reabertura, em 1946. Lauro da Escóssia é considerado um decano do jornalismo potiguar.

A obra *Eliseu Viana, o educador: (1890-1960)*, publicada por Walter Wanderley, em 1971, é um livro de memórias sobre a vida de Eliseu de Oliveira Viana, é um ensaio sobre a vida do primeiro diretor da Escola Normal Primária de Mossoró. Walter Wanderley era Advogado, escritor e memorialista, foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e da Academia Norte-rio-grandense de Letras. Publicou vários livros pela coleção Mossoroense, alguns em parceria com Raimundo Nonato. Macauense, viveu em Mossoró entre os anos de 1922-1926, mas, durante sua vida, sempre teve contato com Eliseu Viana, Raimundo Nonato, Lauro da Escóssia, José Augusto Rodrigues, Raimundo Soares de Brito, enfim, intelectuais conhecidos por escreverem sobre Mossoró.

Eliseu Viana, sujeito e razão de ser da obra de Wanderley, era paraibano, contudo, se dizia mossoroense de coração. Nasceu em Pirpirituba, município de Guarabira, na Paraíba, a 19 de abril de 1890 e faleceu em 1960, na cidade de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais. Viveu em Mossoró entre os anos 1914-1928, era professor formado pela Escola Normal de Natal (1911) e advogado pela Faculdade de Direito do Ceará (1921). Foi o primeiro diretor da Escola Normal de Mossoró, onde exerceu, também, o cargo de professor das disciplinas,

Português, Educação Cívica e Pedagogia e, algumas vezes, assumiu interinamente a cadeira de Francês.

Além de professor e diretor, era escritor, jornalista, teatrólogo, fundador de grêmios cívicos e entidades literárias e esportistas. Durante sua vida, Eliseu também exerceu o ofício de promotor público do Estado de Minas Gerais por muitos anos. Todavia, é pela sua trajetória na cidade de Mossoró que o autor justifica as razões que o levaram a narrar sua vida. Em Mossoró, Eliseu Viana:

foi diretor do Grupo Escolar “30 de Setembro” e da Escola Normal. Fundou a Associação de Normalistas, clubes de futebol, entidades literárias, Associação de Escoteiros. Presidiu a Liga Desportiva Mossoroense (LDM). Foi atuante nas revistas e jornais da terra, escreveu e encenou peças de teatro para alunos do Grupo Escolar e da Escola Normal, levando-as com êxito à ribalta do velho Cine-Teatro “Almeida Castro”. Ensinou particularmente, indo a cada casa ministrar lições de Português, Francês e História do Brasil. Advogou, publicou livros, enfim revolucionou Mossoró como homem de ação e cultura (WANDERLEY, 1971, P. 11-12).

Walter Wanderley foi seu aluno no Grupo Escolar “30 de Setembro”, anexo à Escola Normal Primária de Mossoró, entre os anos de 1922 – 1926, e seu admirador por uma vida inteira. Wanderley visitava sempre Eliseu Viana, tanto em Natal/RN quanto em Belo Horizonte/MG, fato que pode ser comprovado nas palavras do próprio Wanderley:

Em 1928, depois das férias de junho, avisto-me com o dr. Eliseu Viana em Natal. Ele se encontrava num grupo de figurões, na calçada do prédio do Jornal *A República*, na Avenida Tavares de Lira. Ao ver-me, veio rapidamente abraçar-me [...] Depois desse encontro na Avenida Tavares de Lira, víamo-nos sempre. Aos domingos ia à sua casa [...] Quis o destino que nos encontrássemos, em Belo Horizonte. Eram constantes as minhas visitas a sua casa, na rua Juiz de Fora. Os nossos assuntos, via de regra, eram aqueles de sempre: Mossoró, Grupo Escolar, Escola Normal, suas revistas, pessoas e coisas. Ele trazia sempre, para mostrar, os velhos álbuns de recortes de jornais, e de fotografias (WANDERLEY, 1971, p. 15-17).

Escreveu essa biografia utilizando-se de suas próprias memórias, das reminiscências da esposa de Eliseu Viana, a professora Celina Guimarães Viana¹¹, dos depoimentos de Raimundo Nonato da Silva e das lembranças de seus amigos mossoroenses, o professor Vicente de Almeida e o jornalista Lauro da Escóssia, ambos egressos da Normal de Mossoró. Na sua pesquisa, também utilizou fontes escritas, tais como: livros escritos pelo próprio Eliseu Viana, livros memorialistas de Raimundo Nonato, Leis, revista ABC da Associação de Normalistas, jornal O Mossoroense, jornal O Nordeste, Atas da Associação de Normalistas, Arquivo da Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Norte, Arquivo da Biblioteca

¹¹ Celina Guimarães, também formada pela Escola Normal de Natal, foi professora de Desenho, Trabalhos Manuais e Economia Doméstica da Escola Normal Primária de Mossoró, durante os anos de 1922-1928. Em 1928, foi a primeira mulher, no Brasil, a requerer o direito ao voto

Pública Municipal de Mossoró, etc. Nesse livro, o biografado aparece como um grande articulador da vida cultural em Mossoró, entre os anos de 1914-1928, e apresenta a Escola Normal e o Grupo Escolar 30 de Setembro como *loci* importantes da vida cultural da cidade.

É importante ressaltar que, mesmo narrando fatos que ocorreram principalmente nas primeiras duas décadas do século XX, esses livros começaram a ser escritos a partir da década de 40 do mesmo século e somente foram publicados na íntegra e em forma de livro entre as décadas de 50 e 80 do mesmo século. Através deles adentramos o universo da Escola Normal Primária de Mossoró entre os anos de 1922-1934.

1.2 O nosso objeto de estudo: a Escola Normal Primária de Mossoró

Feitas essas premissas, apresentamos o nosso objeto de estudo: a Escola Normal Primária de Mossoró, criada através de um Decreto do Governo do Estado (n. 165, de 19 de Janeiro de 1922) e instalada, oficialmente, em meio a solenidades e discursos, no dia 02 de março do mesmo ano, na zona urbana da cidade, com a denominação Escola Normal Primária de Mossoró. Sua gênese se deu, depois de muita luta política, na vigência do mandato do governador Antônio José de Melo e Souza (1920-1923).

A Escola Normal Primária de Mossoró, fôra criada pelo Decreto-lei n° 165, de 19-1-1922, no govêrno do dr. Antônio José de Melo e Sousa, tendo como Diretor da Instrução Pública, o dr. Manuel Dantas. Deve Mossoró essa realização ao espírito esclarecido do então Governador do Estado que, para referendá-lo, teve de enfrentar velada oposição (WANDERLEY, 2001, p. 98).

. A organização e direção do novo estabelecimento de formação de professores primários do Estado foi entregue a Eliseu de Oliveira Viana, que se manteve no cargo até 1925. A Escola Normal de Mossoró era destinada ao preparo de professores para as escolas do interior do Rio Grande do Norte, especificamente para Região Oeste do Estado, oferecendo para tanto um curso de formação com duração de três anos. Tais características só foram alteradas em 1934, dozes anos depois de sua fundação, quando, por meio do Decreto n. 693, de 16 de Julho, a Escola Normal de Mossoró foi equiparada ao curso da Escola Normal de Natal, ganhando um novo currículo e tendo sua duração alterada de três para quatro anos.

Tal instituição foi instalada em um lugar específico - Mossoró, cidade que se localiza no Oeste do Estado do Rio Grande do Norte, mais precisamente entre o litoral semiárido e o

sertão da chapada do Apodi. Uma cidade que se intitula capital do Oeste Potiguar. A Escola Normal de Mossoró foi a segunda escola de Ensino Normal do Estado do Rio Grande do Norte (RN)¹².

A Escola Normal foi instalada, em um prédio, localizado na Rua Dionísio Filgueira, no centro da cidade (onde atualmente funciona a Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN). O local chamava-se, na época, Alto do Pão Doce. Nesse edifício funcionava, desde 1909, o Grupo Escolar 30 de Setembro e por esse fato o prédio precisou passar por algumas reformas para receber a Escola Normal e permitir o funcionamento das duas instituições no mesmo prédio. A Escola Normal de Mossoró funcionou nesse edifício até 1959. A partir de então foi transformada em Centro Educacional do Magistério Primário de Mossoró e passou a funcionar no prédio do Instituto de Educação de Mossoró, localizado à rua Ferreira Itajubá – Praça Dom João Costa, no bairro Santo Antônio. No decorrer do tempo, recebeu vários nomes, a saber: Colégio Estadual de Mossoró, Centro Educacional “Jerônimo Rosado”. Atualmente chama-se Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Jerônimo Rosado”. A existência, nessa instituição, de cursos para a formação de professores é finda em meados da década de 80.

Além do desejo de conhecer a história das origens da primeira escola de formação de professores do interior do Rio Grande do Norte e da surpresa em observar o grande apreço que os autores pesquisados nutriam por aquela instituição, o que nos chamou atenção para criação e implantação da Escola Normal, despertando em nós o desejo de estudá-la, foi o fato de perceber que, segundo as leituras feitas, muitos foram os governantes e intelectuais mobilizados em prol de reivindicar a vinda de uma Escola de Formação de Professores para Mossoró. Para isso, usaram, inclusive, órgãos da imprensa local e da capital, como se sua vinda fosse algo vital para o desenvolvimento de Mossoró e da região. Grandes também foram os entraves para sua criação. As leituras realizadas narram a grandiosidade dos festejos no momento de sua inauguração, conseguindo arregimentar ao redor dessa festa várias autoridades locais e regionais e inclusive populares.

Quando entramos em contatos com essas obras memorialísticas outro fato também despertou nossa atenção: percebemos que essa escola tornou-se responsável pelas iniciativas

¹²No Rio Grande do Norte, a primeira Escola Normal, foi fundada em Natal, capital do Estado. Criada pela lei n. 677 de 5 de agosto de 1873, regulamentada por decreto em 12 de janeiro de 1874 e instalada em 1º de março do mesmo ano. Fechada várias vezes por falta de demanda e/ou falta de recursos, sua consolidação dar-se-á somente a partir de 1908, através do decreto n. 178 de 29 de abril. Daí por diante, mesmo com limitações, a Escola Normal de Natal passou a funcionar regularmente (AQUINO, 2002, p. 27).

culturais da cidade. Foram vários veículos de fomento a atividades culturais que surgiram a partir da criação da Normal de Mossoró tais como, a Associação de Normalistas; A revista ABC; a biblioteca da Associação de Normalistas; o Orfeão da Escola Normal; e inúmeras festas cívicas que tiveram, nos professores da Escola Normal seus grandes idealizadores.

Munidos desse rico material memorialístico, algumas indagações permeavam nossa mente: *O que representou para Mossoró e região a fundação da Escola Normal de Mossoró? Qual a razão do prestígio dessa escola: a ênfase na cultura humanística clássica ou a formação profissional de futuros professores? Porque as elites locais reivindicaram e se articularam politicamente para que a sua cidade pudesse receber uma escola de formação de professores? Qual era seu currículo? Quem eram seus professores e alunos?* Tais perguntas nos ajudaram a construir e amadurecer nossa pergunta de partida, a saber: *Como ocorreu a criação e implantação da Escola Normal Primária de Mossoró?* Esses foram os questionamentos que nos levaram ao anseio de investigar a criação da Escola Normal Primária de Mossoró através dos livros memorialistas. Buscamos conhecer as suas instalações, o perfil do corpo docente e administrativo, o alunado, o clima cultural e os conteúdos escolares.

É importante dizer que, obviamente, percebemos que as obras lidas (fontes dessa pesquisa) sobre a Escola Normal, essas encontradas na Fundação Vingt-Un Rosado, em sua Coleção Mossoroense, estão prenhes de um sentimento saudosista, de certos personalismos e de descrições laudatórias e apologéticas. Elas têm o ufanismo como grande característica e, por isso, é tão evidente essa vinculação que fazem da Escola Normal Primária de Mossoró ao nome de grandes estadistas e intelectuais, e aos grandes eventos da história. Mas, elas não são apenas isso, representam, sobretudo, um viveiro de informações importantes sobre o passado de uma instituição pioneira na formação de professores.

Essas obras, publicadas pela Coleção Mossoroense, estão repletas de indicação de fontes e, sobretudo, de preservação de memórias, as quais, se não tivessem sido publicadas e guardadas pela referida fundação, muito provavelmente se perderiam no tempo. Mais do que mostrar a verdade sobre a Escola Normal de Mossoró, esses livros são importantes porque nos mostram uma representação social sobre ela e sobre a profissão docente, construída a partir de um lugar de fala. O que nos interessa, então, nesse trabalho de dissertação é tomá-las como testemunhos de uma época para, através delas, trazer, à luz da trama histórica as memórias

sobre o processo de fundação e implantação da Escola Normal Primária de Mossoró, entre os anos de 1922-1934.

Ao falarmos de Mossoró, estamos nos referindo a um lugar que ganhou *status* de país. Vingt-Un Rosado foi o primeiro a utilizar essa expressão para nomear Mossoró. Desde então, a cidade de Mossoró passou a ser chamada “o país de Mossoró” em várias obras, de diferentes autores, que foram publicadas pela Coleção Mossoroense. Mas essa designação só saiu dos meios intelectuais e foi popularizada em 2002, com a primeira apresentação do espetáculo *Chuva de Bala no País de Mossoró*. Mossoró até já substantivou identidades com a expressão *mossoroidade*, o que definiria uma suposta *nacionalidade* mossoroense. E criou neologismos, como *mossoroísmo* o qual expressaria uma atitude que exalta os pioneirismos históricos mossoroenses.

Em Mossoró, *a magia do lugar* está no que parece ser uma *autoestima coletiva*, construída pelo uso da história e da memória. Tudo na cidade ganha referencial de grandiosidade e pioneirismo. Bem já exclamou a geógrafa Iná Elias de Castro quando diz: “academicamente, o país de Mossoró, é um lugar que merece ser pensado como a realização de uma vontade de fazer história” (2001, p.11).

Mossoró é um município de 259.815 habitantes (Dados da contagem da população/IBGE, 2010), famoso pela exaltação de quatro fatos históricos, os quais citamos na sequência. O **Motim das Mulheres**, em 1875, quando mais de 300 mulheres foram às ruas, munidas de panelas, para protestar contra o alistamento militar obrigatório de seus filhos e maridos no Exército e na Armada (Decreto Imperial 5881 de 27 de fevereiro de 1875). Em especial exalta-se a figura de Ana Floriano, por ter comandado esse motim, o qual culmina com a destruição das fichas de alistamento, bem como do confronto das mulheres com as forças policiais. A **Libertação dos Escravos**, em 1883, no dia 30 de setembro, quando a cidade teria (há controvérsias) pioneiramente libertado seus escravos cinco anos antes da Lei Áurea. Durante muito tempo houve, nacionalmente, uma defesa do pioneirismo abolicionista mossoroense, mas, atualmente, essa postura é defendida apenas em nível de estado do Rio Grande do Norte. A **Resistência de Mossoró ao “bando” de Lampião**, em 13 de junho de 1927, episódio no qual Mossoró teria resistido corajosamente ao ataque desse “cangaceiro”. O **Primeiro Voto Feminino** da América Latina, em 1928, tendo sido a professora da Escola Normal de Mossoró, Celina Guimarães Viana, a primeira mulher a requerer o direito ao voto.

Ergueu-se uma memória a partir desses acontecimentos, memória essa que se escreve na geografia da cidade, ao nomear bairros, ruas, praças e órgãos públicos e privados. Suas festas e comemorações populares, cultuando a sua história através de grandes espetáculos teatrais, se configuram como peculiaridades do município desde muito tempo. E são vistas pelos estudiosos como formas de inserção da memória na cidade. Atualmente destacam-se o *Auto da Liberdade* e, principalmente, O espetáculo *Chuva de Bala no País de Mossoró*, os quais já foram matérias de reportagens nacionais. Esses espetáculos têm reforçado a tradição do município de promover festas e desfiles cívicos em adoração aos seus heróis e sua história local. A cidade é conhecida também por possuir um jornal centenário, O Mossoroense, e a Coleção Mossoroense, considerada um dos maiores acervos editoriais criados e dirigido por um só homem: Vingt-Un Rosado.

Mossoró já foi tema de vários estudos, os quais, em sua maioria, discutem o que poderíamos denominar de *rosadismo*. A produção acadêmica sobre a cidade tem abordado, com frequência, Mossoró a partir do tema da dominação política. Essa produção acadêmica tem se constituído como leitura obrigatória nos cursos de história, para estudos que analisem a história local. As principais obras são: *Mitologias do “País de Mossoró”* (1997), dissertação de mestrado em História de Francisco Fagundes de Paiva Neto; *Abolição da escravidão em Mossoró – pioneirismo ou manipulação do fato* (1999), dissertação de mestrado em Ciências Sociais de Emanuel Pereira Braz; *A (re)invenção do lugar: os Rosados e o “país de Mossoró”* (2001), tese de doutorado de José Lacerda Alves Felipe; *A Coleção Mossoroense e a criação dos mitos: Dix-sept Rosado, o herói imolado* (2007), dissertação de mestrado em História de Alessandro Teixeira Nóbrega; *“Mossoró não cabe num livro”: Luís da Câmara Cascudo, o historiador da cidade* (2012), dissertação de mestrado em História de Bruno Balbino Aires da Costa.

Ao destrincharmos cada um desses estudos, percebemos que *Mitologias do “País de Mossoró”* (1997), obra de Francisco Fagundes de Paiva Neto, analisa a fabricação de um complexo ideológico que serve de suporte ao projeto de dominação política da família Rosado, ou seja, o autor pesquisa como os quatro principais fatos históricos, exaltados e comemorados pelo poder público, servem como cimento para a legitimação do exercício do poder. Já a pesquisa do geógrafo José Lacerda Alves Felipe (2001), *A (re)invenção do lugar: os Rosados e o “país de Mossoró”*, investiga os processos que levaram o grupo político *rosadista* e as elites locais e regionais que lhe dão sustentação política a (re)inventar um lugar

através do uso da memória e da história, a partir da construção de um imaginário político e geográfico, usado como uma estratégia territorial de dominação política e realização de um projeto civilizador do sertão.

O historiador Emanuel Pereira Braz, em sua obra, assinala como o pioneirismo da Abolição dos Escravos configura-se em um acontecimento que, ao ser, memorado, festejado e (re)significado, constitui-se em estratégia ideológica com pretensão de legitimar o poder dos Rosados, uma vez que se colocam como herdeiros legítimos dos grandes vultos da história de Mossoró. Já a dissertação de mestrado em história de Alessandro Teixeira Nóbrega (2007), intitulada *A Coleção Mossoroense e a criação dos mitos: Dix-sept Rosado, o herói imolado*, problematiza os valores atribuídos a Dix-sept Rosado pelas obras da Coleção Mossoroense. O autor aponta que a produção discursiva sobre Dix-sept Rosado na referida coleção gerou uma forma de ver e dizer a cidade de Mossoró e acabou privilegiando a família Rosado.

Quanto à dissertação “*Mossoró não cabe num livro*”: *Luís da Câmara Cascudo, o historiador da cidade* (2012), de Bruno Balbino Aires da Costa, analisa a construção discursiva da escrita cascudiana, especialmente nas obras que Câmara Cascudo escreveu sobre Mossoró, publicadas pela Coleção Mossoroense. Concluindo que a escrita de Câmara Cascudo possibilitou a compreensão do espaço mossoroense como a capital de uma região.

Como se pode ver, esses trabalhos tomam a cidade de Mossoró como objeto de conhecimento e investigam a construção da memória histórica e da identidade mossoroense. Os resultados dessas pesquisas têm se constituído como duras críticas à configuração política da cidade e veem as festas cívicas, as apresentações teatrais, a nomeação dos espaços públicos e a produção da Coleção Mossoroense como reduto da ideologia rosadista. A coleção Mossoroense, em especial, e de forma unânime, é vista por esses pesquisadores como um instrumento de dominação e legitimação política dos Rosados, configurando-se como um dispositivo de organização da cultura, utilizado em favor da elite política local.

As conclusões a que chegaram esses pesquisadores acabaram por nos tornar cautelosos quanto ao uso da Coleção Mossoroense como fonte para reconstruirmos a história da fundação da Escola Normal Primária de Mossoró, uma vez que tais pesquisas inauguram uma forma de ver e dizer a Coleção Mossoroense como instrumento de consolidação do domínio político de um grupo familiar. Mas, apesar disso, um fato nos despertou atenção: todos esses autores utilizaram a Coleção Mossoroense como a principal fonte de suas pesquisas e três deles tiveram suas pesquisas publicadas pela coleção, mesmo lhe fazendo severas críticas. O

contato com a dissertação de mestrado, *Um lugar (in)existente: o “país de Mossoró” nas tramas da consciência histórica* (2012), do historiador Sadraque Micael Alves de Carvalho, nos ajudou a melhor equacionar o valor histórico dessa coleção, passando a concebê-la como um lugar de memória, nos termos de Pierre Nora (NORA, 1993). Vejamos, pois, o que nos disse Carvalho (2012, p. 40):

A partir da leitura desses trabalhos podemos entender que a política de construção de uma identidade mossoroense é realizada através da inscrição de uma memória na cidade, que por sua vez tem a ver com a criação de lugares de memória, a Coleção Mossoroense, o espaço público, os festejos cívicos, em suma, a própria mitologia do “país de Mossoró” pode ser entendida como um conjunto de lugares de memória. O conceito de lugares de memória, do historiador Pierre Nora (NORA, 1993), é aplicado para exemplificar as práticas de monumentalização, na França, contudo, pode ser utilizado aqui para identificar um problema que a leitura desses trabalhos acarreta. Os lugares de memória são carregados de uma vontade de memória, que luta para se afirmar e luta também contra o esquecimento (ibidem, p.22). A existência de lugares de memórias é um prenúncio de que as memórias estão em disputa. Porém esse aspecto não é explicado por nenhum dos autores. Eles identificam a memória como já inteiramente consolidada na cidade, livre de disputas.

Carvalho (2012) também utiliza em sua obra o conceito *Comunidade Imaginada*, de Benedict Anderson, para nos mostrar que pessoas de todos os recantos da Terra, de uma forma ou de outra, tendem a considerar seu país, sua cidade como centro do mundo. Inclusive um centro dotado de grande valor. É característica da espécie humana o apego, muitas vezes, apaixonado a lugares de grande tamanho, como a nação, a região, a comunidade religiosa, etc. Dessa forma, configura-se como deveras redutor o pensamento de que essa ligação que os mossoroenses demonstram nutrir por sua cidade, através das publicações da Coleção Mossoroense, do espaço público ou dos festejos cívicos (uma espécie de bairrismo) seria apenas uma característica dos mossoroenses, já que uma infinidade de lugares no mundo nutrem uma forma ou outra de bairrismo. Também é redutor pensar a cidade como sinônimo do binômio dominação/passividade, pois não podemos esquecer que a memória está sempre em disputa. Para Pollak (1992) a memória é um campo de forças e sua história diversa e conflituosa.

O termo “campo de força” usado por Pollack significa lutas de processos e atores sociais na construção de uma memória e da identidade social. A perspectiva teórico-metodológica de Pollak reabilita a periferia e o que é marginal na história oficial, assim não adere à visão de dominação exclusiva de um sobre outro, no campo da memória, mas à possibilidade de resistências constantes em um campo de forças materiais e simbólicos. O conflito para Pollak, não é pautado na dominação única e linear de um sobre o outro, mas há resistências subterrâneas das memórias marginalizadas. (MENEZES, 2005, p. 33).

Tais discussões despertaram, ainda mais, em nós o desejo de estudar a história da Escola Normal Primária de Mossoró, entre os anos de 1922-1934, tomando as obras da Coleção Mossoroense como fonte para indagarmos sobre a história da formação de professores. Não porque sejam essas memórias marginalizadas ou subterrâneas nos termos de Pollak (1992), mas, pelo fato delas não serem apenas relatos que visaram um projeto político de um grupo sobre os demais, elas são, sobretudo, memórias sociais e afetivas de um grupo que desejava não ser esquecido. Também porque tais memórias nos permitem estudar um tema *sine qua non*: a história da formação de professores a nível local, posto que infelizmente não encontramos nenhum trabalho que tenha como objeto a Escola Normal de Mossoró no período histórico estudado por nós.

1.3 A pesquisa: objetivos, marco teórico e metodologia

Com este trabalho de dissertação tencionamos compreender a história da criação e implantação da Escola Normal Primária de Mossoró, pela via das memórias publicadas pela Coleção Mossoroense. Visamos, pois, adentrar o cotidiano dessa instituição e conhecer seu itinerário desde a sua criação, em 1922, até 1934, ou seja, os anos iniciais de seu funcionamento. Apesar do fato das obras utilizadas como fonte de nossa pesquisa versarem, sobretudo, sobre os anos de 1922 a 1928, escolhemos estender o recorte temporal até o ano de 1934, porque representa um importante momento na organização pedagógica e política da Escola Normal de Mossoró, caracterizando-se pela busca da equiparação dessa escola com a Escola Normal de Natal.

Para melhor situarmos nosso objeto de pesquisa, procuramos, através da historiografia sobre as escolas normais e a profissão docente, discorrer sobre o papel histórico da escola normal enquanto instituição de formação de professores e etapa do processo de profissionalização docente. Na oportunidade, refletimos sobre a formação de professores, em nível nacional, para melhor localizarmos a importância histórica da fundação de uma escola normal para a cidade de Mossoró. Esta pesquisa configura-se, então, como um estudo sobre a fundação e implantação da primeira Escola de Formação de Professores a ser instalada no interior do Rio Grande do Norte, mas também é uma reflexão sobre a sociedade mossoroense

no despertar do século XX. Afinal, como nos disse Justino Magalhães (*apud* GATTI JR., 2005, p. 80):

Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re)escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico.

Logo, procuramos entender o processo histórico de criação e implantação da Escola Normal Primária de Mossoró mediante a memória de sujeitos que vivenciaram esse processo. Buscamos conhecer as instalações da referida instituição, o perfil do corpo docente e administrativo, o alunado, o clima cultural e os conteúdos escolares. Para tanto utilizamos o conceito de cultura escolar. Tais objetivos são fundamentais para entendermos os processos que promoveram a gênese e a consolidação da formação docente institucionalizada na cidade de Mossoró.

Nesse sentido, esta é uma pesquisa qualitativa, de caráter documental e cunho histórico, com uso de documentação primária. Variadas são as definições, nem sempre satisfatórias, sobre o que seja fonte primária e fonte secundária, em síntese, pode-se dizer que a fonte primária (testemunho direto) é aquela que contém uma informação de testemunha direta dos fatos ou que as informações do passado nos vêm através dela. Já a fonte secundária (testemunha indireta) é aquela cuja informação foi colhida por intermédio de terceiros (SAMARA & TUPY, 2010).

A metodologia utilizada para realização deste trabalho sustentou-se, basicamente, na leitura e análise dos livros da Coleção Mossoroense que continham reminiscências da Escola Normal de Mossoró no momento de sua fundação. No desenrolar dessa pesquisa nos fundamentamos em autores como António Nóvoa, Décio Gatti Júnior, Dermeval Saviani, Heloisa de O. S. Villela, Luciano Mendes de F. Filho, Jacques Le Goff, Justino Magalhães, Ester Buffa, Paula Perin Vicentini, Peter Burke, Pierre Nora, Roger Chartier, Rosario Genta Lugli, entre outros. Assim, quanto à forma, essa é uma pesquisa exploratória, descritiva e explicativa e quanto ao objeto de estudo, caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e de campo.

A análise de obras memorialistas sobre a Escola Normal Primária de Mossoró configura-se como algo deveras relevante. Essas obras se constituem como instrumentos representativos sobre a história dessa instituição, uma vez que a maior parte dos arquivos da

instituição tornaram-se arquivos privados, cujo acesso é restrito, ou se perderam no tempo. Essa é uma pesquisa histórica sobre a formação de professores em nível local, que busca contribuir com mais um olhar sobre a história da educação brasileira, em especial, a história das instituições escolares de formação de professores.

É possível observar que nos apropriamos de fontes escritas por uma elite cultural e preservadas por uma instituição ligada ao poder estatal, ou seja, em tese, um tipo de fonte tradicionalmente utilizada para construir as narrativas históricas (textos impressos e preservados direta ou indiretamente pelo Estado). Mas é importante salientar que nelas buscamos perceber elementos que permitem conhecer a materialidade cotidiana da vida escolar que passaram a ser objeto de interesse nas análises realizadas nos últimos anos (a arquitetura escolar, os uniformes, as festas, etc.). É necessário frisar que mesmo quando as fontes são tradicionais podem ser pesquisadas sob uma nova perspectiva, a qual atenta não só para o seu conteúdo, mas também para o lugar de onde o discurso é produzido.

A base dessa investigação são os princípios da história das instituições escolares/educativas, tomando o conceito de cultura escolar como categoria de análise histórica. Um estudo que, através das memórias encontradas em nossas fontes, pretende penetrar nas particularidades que compõem a instituição escolar, sem deixar esmaecer a sociedade que a produziu, e com ela dialoga constantemente. Como nos disse Buffa (2002, p. 27), é nossa preocupação manter um procedimento metodológico que não antagonize o particular e o geral, que não permita enfatizar o geral em detrimento do particular ou o particular em detrimento do geral, mas que opte por considerar o particular como expressão do desenvolvimento geral. Para melhor mensurarmos a importância de uma pesquisa sobre formação de professores em uma instituição historicamente datada: a escola normal, utilizamos o modelo do processo histórico de profissionalização docente de António Nóvoa. Tal modelo de análise da história da profissão docente fundamenta-se num ponto de vista sócio histórico, utilizando-se do conceito de profissionalização para melhor aprender a dinâmica do processo em que os professores tornam-se uma categoria profissional.

No intuito de entendermos a História das Instituições Escolares, nos perguntamos: o que é institucionalização e o que são instituições escolares? Sobre isso, Castanho (2007) afirma que institucionalização é um processo social, esse que se desenrola no tempo e no espaço de uma sociedade. Constitui-se do processo pelo qual se formam ou se desenvolvem instituições fundamentais para a organização e o desenvolvimento da vida em coletividade.

Assim, as instituições escolares, são um caso específico de processo de institucionalização. Para Magalhães (1996), instituição educativa é um termo amplo e abrange não apenas a escola, como a conhecemos no seu envolver histórico, mas também outras formas sociais duradouras em que se desenvolve o processo de transmissão cultural tais como, igrejas, clubes, presídios, sindicatos, partidos políticos. Aqui, usaremos o termo instituições escolares por se caracterizar como tipo específico de instituições que estudamos.

Como nos mostra Saviani (2007), objetivar a reconstrução histórica das instituições escolares brasileiras implica admitir a existência dessas instituições que, pelo seu caráter durável, têm uma história que nós não apenas queremos como necessitamos conhecer. Na busca de uma definição para o conceito instituição Saviani (2007, p. 4) nos diz:

De qualquer modo, à base dessa aparente diversidade de significados, a palavra “instituição” guarda a ideia comum de algo que não estava dado e que é criado, posto, organizado, constituído pelo homem. Mas essa é ainda uma ideia muito geral, pois as coisas que o homem cria são muitas e dos mais variados tipos e nem todas podem ser consideradas como instituição. Assim, além de ser criada pelo homem, a instituição apresenta-se como uma estrutura material que é constituída para atender a determinada necessidade humana, mas não qualquer necessidade. Trata-se de necessidade de caráter permanente. Por isso a instituição é criada para permanecer. Se observarmos mais atentamente o processo de produção de instituições, notaremos que nenhuma delas é posta em função de alguma necessidade transitória, como uma coisa passageira que, satisfeita a necessidade que a justificou, é desfeita. Para necessidades transitórias não se faz mister criar instituições [...] As instituições, como todos os produtos humanos, por serem históricos, não deixam de ser, também elas, transitórios. Mas sua transitoriedade se define pelo tempo histórico e não, propriamente, pelo tempo cronológico e, muito menos, pelo tempo psicológico.

As instituições, apesar de serem criadas para permanecer, não se constituem como algo pronto e acabado, elas seguem mudando, mesmo depois de concluída a necessidade que as geraram. Configuram-se como sistema de práticas dos agentes entre si e destes com a sociedade a qual servem. De modo que as instituições são necessariamente sociais, tanto na origem, quanto no funcionamento (SAVIANI, 2007). Assim, é necessário, nas pesquisas realizadas sobre as instituições, correlacioná-las com as condições sociais nas quais emergiram, segundo contextos histórico-geográficos. Para Vicentini e Lugli (2009, p. 20):

As instituições são constituídas por práticas e normas herdadas, modificadas e acordadas pelas pessoas que a fazem funcionar. Nesse sentido, a história da profissão docente permite contar a história da escolarização de um ponto de vista que ao mesmo tempo é plural e único.

Mas, apesar dessa característica de permanência, as instituições são puro movimento, têm uma história; são o desenrolar de continuidades e rupturas. Analisar a história das instituições escolares pelo aspecto das rupturas pode caracterizar-se como algo deveras

relevante. Não se pode falar de uma escola que permanece a mesma ao longo do tempo. Magalhães (1996) propõe, para melhor estudarmos as instituições escolares, um esquema figurativo que envolve três aspectos: a materialidade (o instituído), a representação (a institucionalização) e a apropriação (a instituição). A isso Saviani sugere que:

Interpretando livremente o esquema, é possível considerar que, por materialidade, se está entendendo a escola instalada (o instituído) em sua visibilidade mais imediata, envolvendo as condições físicas no seu aspecto arquitetônico (o prédio) com seus equipamentos, incluindo o material didático, e sua estrutura organizacional [...] O suporte físico das práticas educativas. A representação traduziria o sentido atribuído ao papel desempenhado pela instituição escolar, envolvendo a tradição (memórias), a bibliografia selecionada, a prefiguração (planejamento) das ações, os modelos pedagógicos, os estatutos, o currículo e a disposição do funcionamento institucional. Seria, por assim dizer, a materialidade-conteúdo enquanto antecipação ideal daquilo que deverá constituir a atividade própria da instituição. A apropriação por sua vez, corresponderia à materialidade-conteúdo em ato, compreendendo as práticas pedagógicas propriamente ditas mediante as quais se realizam as aprendizagens entendidas como incorporação do ideário pedagógico, definindo-se a identidade dos sujeitos e da instituição e seus respectivos destinos de vida (SAVIANI, 2007, p. 24-25).

Magalhães (*apud* GATTI JR, 2005, p. 79-80), no diz que a história das instituições escolares tenciona investigar os acontecimentos do interior das escolas, gerando um conhecimento mais aprofundado destes espaços destinados ao processo de ensino-aprendizagem, por meio da busca de apreensão dos elementos que conferem identidade à instituição, daquilo que lhe fornece um sentido único no cenário social. Também nos fala que, o espaço, o tempo, o currículo, o modelo pedagógico, os professores, os alunos, os manuais escolares, etc. são categorias de análise básicas na pesquisa em história das instituições escolares.

A abordagem dos processos de formação e de evolução das instituições educativas constitui um domínio do conhecimento historiográfico em renovação no quadro da história da educação. Uma renovação em que novas formas de questionar-se cruzam com um alargamento das problemáticas e com uma sensibilidade acrescida à diversidade dos contextos e à especificidade dos modelos e práticas educativas. Uma abordagem que permita a construção de um processo histórico que confira uma identidade às instituições educativas (MAGALHÃES, 1996 *apud* GATTI JR., 2002, p. 19-20).

Faria Filho (2004, p. 152), por seu turno, nos mostra que os estudos atuais sobre instituição escolar:

têm contribuído para uma desnaturalização da própria instituição escolar no Brasil, isto não é pouco se considerarmos que até bem pouco tempo as reflexões e pesquisas desenvolvidas em várias áreas da educação, inclusive na história da educação, produziram uma representação da escola como uma instituição estática e acabada desde tempos coloniais.

Dentre as formas de estudar a história das instituições escolares se destacam as pesquisas que utilizam a cultura escolar como objeto de análise. Segundo Faria Filho (2004), a preocupação da cultura escolar e seu uso como categoria de análise surgiu no âmbito de uma viragem dos trabalhos históricos educacionais decorrentes, por um lado, da busca de novos referenciais teóricos para interpretar o universo da escola, fazendo emergir os sujeitos da educação e suas ações cotidianas e, por outro, de uma aproximação cada vez mais fecunda com a disciplina de história, seja pelo exercício de levantamento, organização e ampliação da massa documental a ser utilizada nas análises, seja pelo acolhimento de protocolos de legitimidade da narrativa historiográfica.

A cultura escolar surge, então, no universo das pesquisas em história da educação como um importante conceito que permite passarmos de uma história das políticas, da organização e do pensamento educacionais, para uma história mais ampla. Sua emergência e consolidação se dá ao mesmo tempo em que se amplia o diálogo com a chamada história cultural. Uma das explicações para isso é que tanto a cultura escolar como a história cultural contribuem para a criação de um lugar confortável para a educação no terreno da cultura, dando relevância às práticas e às representações (FARIA FILHO, 2004). As definições de cultura escolar mais utilizadas são as elaboradas por Dominique Julia, Jean-Claude Forquin e António Viñao Frago.

Viñao Frago (1995) observa que a cultura escolar, à luz das ideias de Certeau, é vista como um conjunto de teorias, princípios ou critérios, normas e práticas sedimentadas ao longo do tempo no seio das instituições educativas [...] Julia (2001), por seu turno, toma cultura escolar como um conjunto de ‘normas’ que define conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de ‘práticas’ que permite a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas com finalidades que podem variar segundo as épocas [...] Por fim, Forquin (1995) conceitua cultura escolar como um conjunto de significados, expectativas e comportamentos compartilhados por um determinado grupo social, o qual facilita e ordena, limita e potencia os intercâmbios sociais, as produções e realizações individuais e coletivas dentro de um marco espacial e temporal determinado (GATTI JR., 2005, p. 78).

Quando nos perguntávamos sobre a relevância de estudarmos a criação e implantação da Escola Normal Primária de Mossoró, encontramos o artigo intitulado “O passado e o presente dos professores” (1999), do pesquisador português António Nóvoa, texto que nos fez refletir sobre o fato de que o processo histórico de profissionalização do professorado tem uma importância cabal para a compreensão dos problemas atuais da profissão docente. Nóvoa (1999) afirma que, mais do que formar professores (a título individual), as escolas normais

produziram a profissão docente (a nível coletivo), contribuindo de forma ímpar para a socialização dos seus membros e para gênese de uma cultura profissional.

Quando foi preciso lançar as bases do sistema educativo atual, a *formação de professores* passou a ocupar um lugar de primeiro plano: desde meados do século XIX que o ensino normal constitui um dos lugares privilegiados de configuração da profissão docente. Em torno da produção de um *saber* socialmente legitimado relativo as questões do ensino e da delimitação de um *poder* regulador sobre o professorado (NÓVOA, 1993, p. 16).

Betânia Ramalho (2003, p. 49), em seu livro “*Formar o professor, profissionalizar o ensino: perspectivas e desafios*”, baseando-se nas ideias de M. T. Pacheco, nos diz que:

Cada profissão apresenta sua própria caracterização histórica, disciplinar, sócio-econômica e política, o que ratifica a importância de estudar sua história, no sentido de aprofundar as especificidades e desenvolvimentos. Assim é possível compreender a tendência de fortalecimento, desaparecimento ou possíveis modificações nos diversos campos de atuação, o que implica na necessidade de explicar as profissões na sua gênese, desenvolvimento, tendências e perspectivas suscetíveis de mudança.

Relevância também observada por Paolo Nosella & Ester Buffa (2002, p. 8):

De fato, a antiga Escola Normal foi matriz pedagógica do ensino fundamental brasileiro. Formou professores primários que, nos Grupos Escolares, nas escolas isoladas, urbanas ou rurais, e nas escolas particulares empreenderam a tarefa de moldar uma nação republicana, educando seus pequenos cidadãos. Embora essa tarefa não tenha sido plenamente realizada, a antiga Escola Normal permanece uma referência fundamental para os educadores brasileiros. Lembrar-se dessa Escola é, ainda, referir-se a uma instituição séria, competente e, em parte, vitoriosa; é valorizar o ensino básico, público e de qualidade para todos.

É importante ressaltar que nosso estudo não pretendeu historiar uma versão oficial sobre a Escola Normal de Mossoró, nem tampouco tencionou julgar uma época e seus agentes, ademais, não buscou construir uma verdade histórica para esta instituição. As fontes utilizadas por nossa pesquisa não são aqui tomadas como única possibilidade de acesso ao conhecimento do passado dessa instituição, mas sim como elemento importante na busca do conhecimento da história dos primeiros anos de funcionamento da Escola Normal de Mossoró. Desejamos apenas compreender essa trama histórica através da memória daqueles que vivenciaram os fatos. Assim posto, entendemos a relevância dessa pesquisa no sentido que, como parte da história da profissão docente, as escolas normais apresentam-se como elemento importante no processo de profissionalização docente.

Sabemos também que a pesquisa não é um espaço para julgamentos e/ou condenações, mas um lugar de compreensão, até porque, como nos disse Vicentini (2009), contar uma história é sempre mais fácil do que tê-la vivido, considerando a multiplicidade de

acontecimentos que envolveram a vida desses agentes históricos. Tal como nós, hoje, eles estavam imersos em disputas, processos, campanhas e tendências educacionais.

Olhar para o passado faz tudo parecer mais simples e determinado, mas essa é uma miragem que não nos deve enganar – em cada momento, algumas escolhas possíveis estavam dadas aos agentes, tanto por seu modo de pensar como pelas condições objetivas a que se viram submetidos e, em cada momento, as diferentes posições sociais que os agentes ocuparam (no interior do Estado ou em instituições de prestígio) fizeram com que seus discursos sobre educação e suas opções tivessem consequências absolutamente diferentes daquelas que nós, observado o campo após a batalha, consideraríamos as melhores (VICENTINI, 2009, p. 28).

Destarte, tivemos o cuidado (conforme nos aconselhou Érico Veríssimo em seu clássico, *Incidente em Antares*) para não escrever a história seguindo um velho espírito maniqueísta, reproduzindo as clássicas antíteses – os bons e os maus, os heróis e os covardes, os santos e os bandidos. Porque a História não pode se escrita apenas em preto e branco. O que quisemos com esse trabalho foi apenas contribuir com mais um olhar sobre essa trama chamada História da Educação Brasileira.

Assim, almejamos com esta dissertação entender o processo histórico de gênese e implantação da formação docente institucionalizada na cidade de Mossoró, através das reminiscências de sujeitos que participaram desse processo; do desejo de aprender/desaprender sobre a história da formação de professores, da ânsia de problematizar a história dessa formação a nível local e da busca de respondermos o questionamento nasceu essa pesquisa. Nesse sentido, este trabalho problematiza o nascimento, implantação de uma instituição de ensino que se quer especial, a primeira escola Normal a ser fundada no interior (sertão) do Rio Grande do Norte. Para compreendermos esse fenômeno, antes de partirmos propriamente para a análise das fontes dessa pesquisa, refletiremos, no próximo capítulo, sobre o surgimento das escolas normais e a sua importância cabal no processo de profissionalização docente.

CAPÍTULO II

AS ESCOLAS NORMAIS E A PROFISSÃO DOCENTE

“Existirmos: a que será que se destina?”

(Caetano Veloso, 1979)

Qualquer pesquisa que almeja investigar a história da formação de professores no Brasil e se permite o desafio de pensá-la no período histórico que compreende do Primeiro Reinado até os anos iniciais da Nova República, irá se deparar com a presença marcante da escola normal como instituição de formação docente. Isto porque de 1835 (ano de surgimento da primeira escola normal: a Escola Normal de Niterói) até 1932 (momento do advento dos Institutos de Educação) a escola normal foi o *locus* privilegiado de formação institucionalizada de professores. Além disso, nesse momento histórico, os grandes nomes da educação nacional atuavam e discutiam a educação de dentro das escolas normais.

Como parte da história da profissão docente, as escolas normais podem ser pensadas em relação à discutida e discutível profissionalização docente (ARAÚJO *et al*, 2008). Nesse sentido, estudos que reflitam sobre a gênese, organização e consolidação das escolas normais, configuram-se como fundamentais para a compreensão da docência como profissão. Assim, fundamentando-nos no conhecimento acumulado pela historiografia sobre as escolas normais, almejando com esse capítulo refletir sobre o processo pelo qual se institucionalizaram os modos de formação docente por meio das escolas normais, isto é, de que modo práticas antes difusas e não escolares foram se sistematizando em um corpo de conhecimentos legitimados pelo Estado. Este itinerário reflexivo certamente nos ajudará a entender melhor a importância da fundação da Escola Normal Primária de Mossoró enquanto primeira instituição de formação de professores da cidade de Mossoró e da região Oeste do Estado do Rio Grande do Norte.

2.1 De mestre-escola a professor: traços de um ofício

Vicentini & Lugli (2009) nos mostram a importância dos estudos do pesquisador português António Nóvoa para reflexões que busquem pensar a formação de professores na dinâmica de sua temporalidade. A abordagem que Nóvoa realiza da profissão docente em Portugal fundamenta-se em um ponto de vista histórico e suas análises são baseadas no conceito de profissionalização.

O pesquisador português utiliza como eixo de suas análises o conceito de profissionalização com vistas a apreender a dinâmica do processo em que os professores passam a se constituir e se desenvolver enquanto uma categoria profissional, levando em conta tanto os esforços deles próprios para melhorar o seu estatuto socioeconômico quanto as iniciativas de outros segmentos para implementar dispositivos de normatização e controle do magistério. [...] Esse processo é entendido, portanto, como uma tarefa coletiva na qual diversos agentes se engajam, motivados por visões contrastantes acerca da docência, a fim de interferir nas tentativas de delimitar o espaço de atuação dos professores e estabelecer, assim, as práticas e os valores que deveriam caracterizar sua atuação. Ao reconstituir a história da profissão docente em Portugal, António Nóvoa (1986) privilegia o grupo cuja profissionalização ocorreu mais cedo – o professorado primário – compreendendo-a no âmbito do processo de produção do modelo escolar de educação das crianças (VICENTINI & LUGLI, 2009, p. 11-12).

Se para Nóvoa (1991, 1992, 1999) uma das características dessa profissionalização foram as iniciativas que partiram de fora da categoria docente, visando a normatização e controle do magistério, a escola normal se constituiu como parte importante desse processo. Criadas pelo Estado, as escolas normais surgiram para controlar um corpo profissional, que conquistou importância cabal no contexto dos projetos de escolarização de massas. Mas, para além desse controle, as escolas normais realizaram-se como um espaço de afirmação profissional, pois se por um lado elas legitimaram um saber produzido no exterior da profissão docente, por outro lado também se configuraram como lugar de reflexão sobre as práticas. Portanto, a escola normal é, para esse autor, um *locus* que possibilitou aos professores (e foi possibilitado por eles) constituírem-se como profissionais produtores de saber e de saber-fazer. Dessa forma, Nóvoa (1999, p. 18) é categórico ao afirmar que:

As instituições de formação ocupam um lugar central na produção e reprodução do *corpo de saberes* e do *sistema de normas* da profissão docente, desempenhando um papel crucial na elaboração dos *conhecimentos pedagógicos* e de uma *ideologia comum*. Mais do que formar professores (a título individual), as escolas normais produzem a profissão docente (a nível coletivo), contribuindo para a socialização de seus membros e para a gênese de uma cultura profissional.

Segundo Villela (2011), as escolas normais também contribuíram para o nascimento das primeiras associações profissionais. Baseando-se nos estudos de António Nóvoa ela nos mostra que a emergência desse ator corporativo constitui importante etapa do processo de profissionalização da atividade docente, pois significa uma tomada de consciência dos

professores dos seus próprios interesses como grupo profissional. “As escolas normais contribuíram para esse processo, posto que, na Europa do final do século XIX, encontram-se sempre antigos alunos e professores dessas escolas nos órgãos dirigentes das associações” (VILLELA, 2007, p. 127).

Sem dúvida, as escolas normais representaram uma relevante conquista na história da profissão docente. Elas surgiram em um momento histórico de secularização e estatização do ensino, ou seja, a partir da metade do século XVIII, um período chave na história da educação e da profissão docente. Nesse momento, por toda Europa começa a delinear-se um perfil de professor ideal, acompanhado de um conjunto de indagações: perguntava-se sobre a necessidade de o professor ser leigo ou religioso; buscava-se saber se os docentes deveriam integrar-se num corpo ou agir a título individual; elucubrava-se sobre o modo pelo qual os professores deveriam ser selecionados, sobre quem deveria pagar seu trabalho e de qual autoridade deveria depender (NÓVOA, 1999).

À medida que o Estado foi assumindo o controle da educação formal, procurando definir os conteúdos e os comportamentos que deveriam ser cultivados pela escola, os professores (principais responsáveis por esse empreendimento) encontraram as condições necessárias para sua profissionalização.

A profissionalização não é um processo que se produz de modo endógeno. Assim, a história da profissão docente é indissociável do lugar que seus membros ocupam nas relações de produção e do papel que eles jogam na manutenção da ordem social. Os docentes não vão somente responder a uma necessidade social de educação, mas também vão criá-la. A grande operação histórica da escolarização jamais teria sido possível sem a conjugação de diversos fatores de ordem econômica e social; mas é preciso não esquecer que os agentes desse empreendimento foram os docentes. “Promover o valor da educação na cabeça das pessoas”: eis aí uma palavra de ordem que eles respeitaram, seguros que estavam de que ao fazê-lo eles criavam as condições para valorização de suas funções sociais, e portanto para a melhoria de seu estatuto sócio-profissional (NÓVOA, 1991, p. 123).

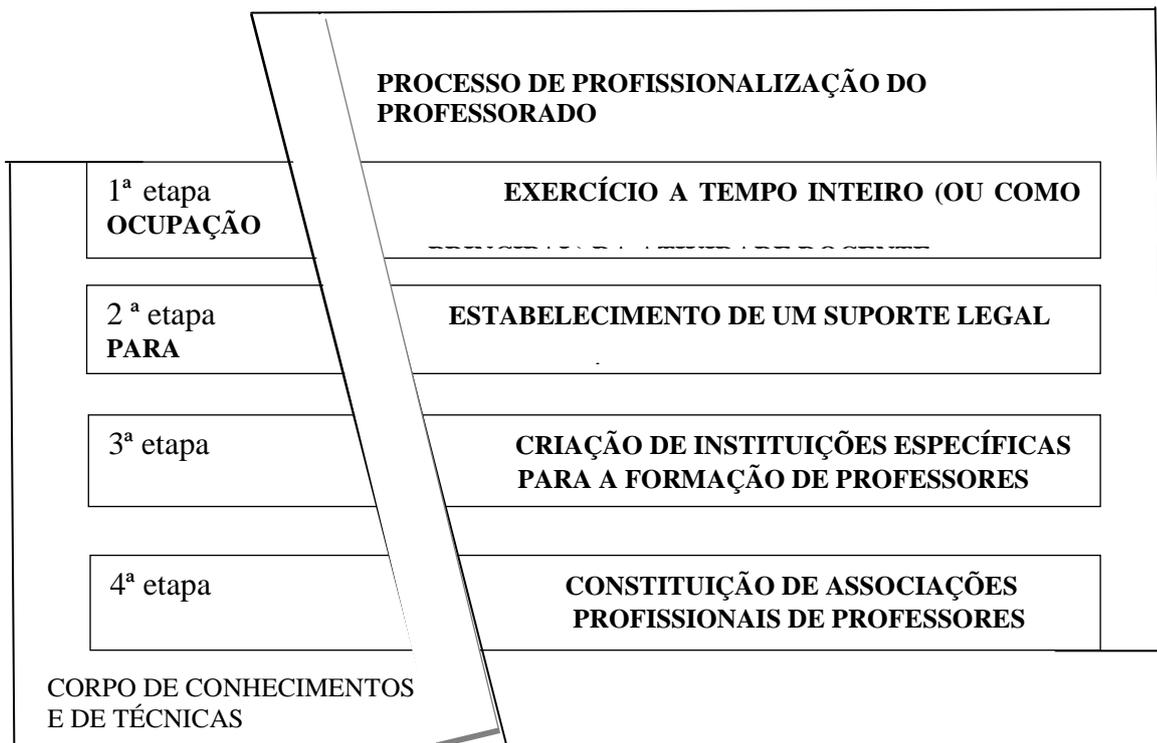
Vicentini & Lugli (2009) afirmam que somente no âmbito da difusão da escola moderna é possível entender o desenvolvimento da história da profissão docente. Encontramos essa ideia em Tanuri (2000, p. 62), quando inicia seu texto afirmando que o surgimento de escolas destinadas ao preparo específico dos professores está ligado à institucionalização da instrução pública no mundo moderno, isto é, o momento em que se buscou uma implementação das ideias liberais de secularização e extensão do ensino primário a todas as camadas da população.

Para Nóvoa (1992, p. 15), o exercício da atividade docente constitui-se em profissão graças à intervenção e o enquadramento do Estado, que substituiu a Igreja como entidade de tutela do ensino. Mas apesar disso, essa estatização, além das rupturas, carrega permanências:

O processo de estatização do ensino consiste, sobretudo, na substituição de um corpo de professores religiosos (ou sob o controlo da Igreja) por um corpo de professores laicos (ou sob o controlo do Estado), sem que, no entanto, tenha havido mudanças significativa nas motivações, nas normas e nos valores *originais* da profissão docente: o modelo do professor continua muito próximo do modelo de padre (JULIA, 1981a *apud* NÓVOA, 1999, p. 15).

O referido autor (1992, p. 20), desenvolveu um modelo de análise da história da profissão docente em Portugal, que se intitula: **Processo histórico de profissionalização do professorado**. Nesse modelo elenca **quatro etapas** (ocupação principal, licença do Estado, formação e associativismo), **duas dimensões** (conhecimento/técnicas e normas/valores) e **um eixo central** (estatuto social e econômico). As escolas normais aparecem como fruto da terceira etapa desse processo.

QUADRO 1



Fonte: NÓVOA, António. *Profissão professor*. Portugal: Porto Editora, 1999.

De acordo com Nóvoa (1999), nesse processo ocorreram: a primeira etapa cujo **exercício a tempo inteiro (ou como ocupação principal) da atividade docente**, tornou-se a principal ocupação daqueles que o exerciam; a segunda etapa caracterizada pelo **estabelecimento de um suporte legal para o exercício da atividade docente**, quando a

“licença para ensinar”, fornecida pelo Estado instituiu um suporte legal para a realização dessa atividade. Essa licença representou tanto uma forma de controle como de segurança para o corpo docente; a terceira etapa (que especialmente nos interessa), por seu turno, é caracterizada pela **criação de instituições específicas para a formação de professores**, momento em que se criaram instituições destinadas à formação dos futuros professores mediante a transmissão de técnicas, normas, princípios e conhecimentos específicos. Uma formação profissional, especializada e relativamente longa, no seio de instituições destinadas a esse fim; por último, a quarta etapa foi a **constituição de associações profissionais de professores**, aquelas que, além de ajudarem a produzir um conjunto de regras e valores próprios à categoria, também buscaram defender os interesses socioeconômicos dos professores. Tais associações desempenharam um papel *sine qua non* no desenvolvimento de espírito de corpo.

As dimensões desse processo revelam que os professores possuem um **conjunto de conhecimento e técnicas** necessários ao exercício de sua atividade; seus saberes não são simplesmente instrumentais, e devem integrar perspectivas teórico-práticas, possibilitando um contato estreito com as disciplinas científicas. Além de aderirem a **normas e valores** que tem a função de reger tanto o cotidiano educativo, como as relações no interior e no exterior do corpo docente (NÓVOA, 1999).

É importante dizer, conforme nos advertiu o próprio autor, que essas etapas não devem ser lidas de forma rígida. Assim sendo, a análise do processo de profissionalização do professorado não pode ser entendida como algo linear e inexorável, visto que esse é um percurso repleto de lutas e conflitos, de avanços e recuos, recheado de especificidades espaciais e temporais. Inclusive, Nóvoa sustenta, também, a hipótese de que, junto com esse processo de profissionalização, a profissão docente também é atravessada pela proletarização. De modo, a compreensão do processo de profissionalização exige um olhar atento às peculiaridades e tensões que o atravessam.

O modelo de análise criado por António Nóvoa nos serve de norte, mas não deve engessar a nossa compreensão, levando-nos ao equívoco de imaginar que esse processo de profissionalização já esteja finalizado. Ele é histórico e, portanto, não foge à regra do devir histórico. Ademais, contemporaneamente temos novos atores envolvidos nessa história, por exemplo, o mercado. A contribuição mais importante que esse modelo nos traz é nos permitir conceber a profissão docente, articulando o processo de formação, as instituições onde se

atua, os conhecimentos, as condições para o exercício da docência e os diálogos da categoria com o Estado, além de trazer à luz das discussões, sobre formação docente a importância histórica da escola normal.

Como nos disse Tanuri (2000), no Brasil, após a aprovação da nova LDB (Lei 9394/96), essa que visou superar a querela relativa ao nível de formação, elevando a formação do professor para o nível superior e estabelecendo que ela fosse realizada em universidades, institutos superiores de educação e cursos normais superiores, importantes e necessárias são as discussões sobre o *locus* de formação, os projetos pedagógicos e os saberes que estão implicados no exercício da docência. Nesse contexto, a construção da informação histórica acerca da evolução do ensino normal, pode nos oferecer subsídios e nos possibilitar uma melhor compreensão sobre questões atuais da formação de professores e da profissionalização docente.

Nosella & Buffa (2002), ao escreverem sobre a antiga Escola Normal de São Carlos, nos mostram que a escola normal foi uma importante instituição de formação de professores. No Brasil, sua importância se localiza, sobretudo, no período da Primeira República, inserida em uma política educacional de alfabetização das massas populares. Formou professores primários que, nos grupos escolares, nas escolas isoladas (tanto urbanas como rurais) e escolas particulares, empreenderam a tarefa de moldar uma nação republicana, educando seus pequenos cidadãos.

Embora essa tarefa não tenha sido plenamente realizada, a escola normal permanece como um marco para os educadores brasileiros. Apesar disso, ela é uma referência datada. O conhecimento da sua história tem sua importância não porque nos possibilitaria a busca de sua revitalização, mas por proporcionar possibilidade de refletirmos sobre os processos de constituição de modelos de formação de professores no Brasil e suas transformações. Importa-nos aqui também esclarecermos que:

É importante observar que a história da formação docente não corresponde a uma superação contínua de modos inadequados de estudo por outros melhores, na direção do aperfeiçoamento do ensino. De fato, trata-se de uma sucessão de conflitos entre professores, políticos e intelectuais ligados à educação que discutiram metodologias e currículos mais adequados em cada época. Em síntese, a história que se conta admite dois pressupostos: o primeiro, de que cada forma educativa corresponde e adequa-se a características da sociedade em seu momento histórico (portanto, não se pode falar em superação de modos menos eficazes de formação por outros, mais eficazes) e o segundo, de que a mudança histórica é sempre fruto de conflitos entre os grupos sociais envolvidos no processo (VICENTINI & LUGLI, 2009, p. 29).

Atualmente, os estudos sobre a profissionalização docente estão pautados na busca de uma identidade para docência profissional, na compreensão de que a formação superior é a base inicial do processo de profissionalização docente e que a profissionalização do professor implica, de um lado, na obtenção de um espaço autônomo, onde ele possa desenvolver o seu trabalho com liberdade e autonomia e, de outro, que a sociedade reconheça o valor, a necessidade e a especificidade do seu trabalho (RAMALHO, *et al.*, 2003).

Outro fator que deve ser levado em consideração, quando se estuda a docência como profissão, é que é impossível contar a história dos professores no Brasil como se eles constituíssem uma categoria homogênea. Tal característica do sistema educacional brasileiro reforça um aspecto do magistério que não pode ser negligenciado quando se pretende compreender o processo de profissionalização. Trata-se da heterogeneidade da categoria e suas divisões internas (FERNANDEZ ENGUITA, 1991 *apud* VICENTINI & LUGLI, 2009, P. 19-20) decorrentes das inegáveis distinções entre o magistério primário, o secundário e o superior. Não somente se trata de professores com formações diferenciadas, como as suas práticas de trabalho também se constroem diferentemente (pedagogos, licenciados, bacharéis). Mas, apesar disso os docentes são reconhecidos socialmente como grupo.

Está muito claro, então, que Nóvoa (1999) criou esse modelo no momento em que estudava a história da profissionalização docente em Portugal e, por isso, tomou como referência a realidade portuguesa. No entanto, muitos pesquisadores têm utilizado a sua obra como referencial teórico para estudar a história da profissão docente no Brasil. Vejamos o que no dizem Vicentini & Lugli (2009, p. 14-15):

Apesar de pensadas tendo como referencia a realidade portuguesa, as fases estabelecidas por Nóvoa (1986) têm se mostrado potencialmente férteis para desenvolver pesquisas a respeito da história da profissão docente em outros países e, em especial, no Brasil. Esse esquema interpretativo evidencia, inclusive as especificidades da profissionalização do magistério identificadas em diferentes tempos e lugares.

As hipóteses lançadas por Nóvoa têm sido usadas como fundamentação em pesquisas pelos historiadores da educação brasileira, nos seus trabalhos sobre a história da profissão docente. Ao estudar o duplo processo de construção da escola estatal e de constituição da funcionarização dos mestres-escolas em Portugal Nóvoa (1991) considerou essas mudanças como parte intrínseca das próprias transformações sociológicas da docência, tendo como traço fundamental a passagem da forma artesanal de aprendizagem prática do ofício às formas estatais e hierarquizadas de profissionalização.

Como exemplo da influência das ideias de Nóvoa (1991, 1992, 1999) na produção acadêmica brasileira sobre a história da profissão docente, temos artigo “O mestre-escola e a professora”, de Eloísa de O. S. Villela. Segundo a autora, para discorrermos sobre a história da formação de professores no Brasil se faz necessário reflexões que coloquem frente a frente o velho mestre-escola e a nova figura do professor. Através de suas pesquisas nos mostra que, também no Brasil, a escola normal foi a primeira instituição de formação docente. Formar professores em instituições organizadas especialmente para esse fim pressupunha, pois, o domínio de pré-requisitos que demarcavam a diferença entre a formação do tipo “artesanal” e uma formação “profissional”.

Destarte, a escola normal trouxe consigo a proposta de uma nova formação profissional, posto que se esperava que os professores formados por essa escola (pelo domínio de conteúdos, métodos específicos e pela aquisição de uma postura, um *ethos* profissional) se distinguíssem do antigos mestres e suas formas improvisadas de aprendizagem do ofício, baseadas na tradição e imitação das características da cultura pragmática.

Em termos de produção acadêmica sobre a história da profissão docente no Brasil temos um importante trabalho de Dermeval Saviani. Esse autor, ao estudar a história da formação de professores no contexto brasileiro, elencou seis períodos considerados fundamentais para pensar a profissão docente em sua historicidade. Logo, tem-se como 1º período o que Saviani denomina de **Ensaio intermitentes de formação de professores (1827-1890)**, período que se inicia com a promulgação da Lei das Escolas de Primeiras Letras (1827), aquela que obrigava os professores, a suas próprias custas, instruírem-se no método de ensino mútuo, e estendendo-se até 1890, quando prevalece o modelo de escolas normais. Como 2º período tem-se o **Estabelecimento e expansão do padrão das Escolas Normais (1890-1932)**, cujo marco inicial é a reforma paulista da escola normal, prolongando-se até a reforma do ensino no Distrito Federal (que a essa época era o Rio de Janeiro), empreendida por Anísio Teixeira. É importante dizer que em virtude do recorte temporal dessa pesquisa, nos deteremos a pensar a formação de professores nesses dois primeiros períodos.

A **Organização dos Institutos de Educação (1932-1939)** apresenta-se como 3º período: engloba as importantes e basilares reformas empreendidas por Anísio Teixeira (no Distrito Federal acima citada) e Fernando Azevedo que empreendeu uma reforma em São Paulo em 1933; Já o 4ª período, é caracterizado pela **Organização e implementação dos Cursos de Pedagogia e Licenciatura e consolidação do modelo das Escolas Normais**

(1939-1971). Quanto ao 5º período, intitula-se **Substituição da Escola Normal pela Habilitação Específica do Magistério (1971-1996)**. Por último o 6º período é o **Advento dos Institutos Superiores de Educação, Escolas Normais Superiores e o novo perfil do curso de Pedagogia (1996-2006)**.

Segundo Saviani (2009, p. 143), desde o século XVII, na obra de Comenius, *Didática Magna*, já se pode observar uma preconização da formação de professores. Para Araújo *et al* (2008, p. 14), antes mesmo de Comenius, a formação de professores é reclamada por pensadores como Lutero no texto, *Educação e Reforma*, publicado em 1524, e Erasmo de Roterdã, em *De Pueris*, publicação de 1529.

No século XVII, portanto, encontra-se a primeira experiência de formação docente institucionalizada de que se tem notícia: Charles Démia, um abade francês, funda, em 1678, uma escola de formação de professores, no entanto essa não sobrevive à sua morte. Também no final do século XVII, nasceu o Seminário dos Mestres, instituído por São João Batista de La Salle, em Reims, na França (ARAÚJO *et al* 2008, p. 14). Mas apesar disso, uma iniciativa, de fato, por parte do Estado, de criar instituições escolares especificamente voltadas para a formação de professores só ocorreu entre o final do século XVIII e início do século XIX.

A preocupação mais intensa com a formação de professores para o ensino público surgiu na Europa do século XVIII. A ascensão da burguesia, as ideias iluministas, o avanço das forças produtivas e o conseqüente processo de urbanização produziram discursos em prol da instrução popular ainda no período absolutista (Julia, 1981). Entretanto essas ideias tiveram pequeno alcance, traduzindo-se em experiências esparsas, conduzidas por particulares, pela iniciativa de comunas locais ou de ordens religiosas que se dedicaram à educação popular como a criada por La Salle. Somente no final do século XVIII, os estados nacionais em constituição começaram a perceber a necessidade estratégica de institucionalizar esse ofício, passando então a exercer um controle direto sobre os conhecimentos teóricos e práticos dos professores, ao mesmo tempo em que passavam a estabelecer o conjunto de normas que deveriam regulamentar a profissão. Foi a partir dessa preocupação de incutir “normas” que surge a ideia de institucionalizar as escolas normais, como locais autorizados para a formação de um novo corpo de funcionários públicos. A primeira experiência de escola “normal” estatal, com o objetivo de formar professores leigos para a escola pública e universal, aconteceu na França, idealizada por Lakanal, durante o período revolucionário. Embora tenha tido existência efêmera, mais tarde, no início do século XIX durante o período da Restauração, retomou-se a ideia e várias dessas instituições surgiram no território francês (VILLELA, 2008, p. 29-30).

A criação das instituições de formação é um projeto antigo, mas que só se institucionalizou no século XIX, em virtude de interesses tanto do Estado como dos professores. No caso do Brasil, é possível iniciar uma história das preocupações oficiais com preparo docente somente no início do século XIX, enquanto que as preocupações com as

condições de trabalho podem remeter às Reformas Pombalinas, em razão do vínculo inédito que se estabeleceu com o Estado.

Após a Revolução Francesa, o debate sobre a problemática da instrução popular e da formação de professores se tornou mais forte. No Brasil, esse debate só emergirá de forma evidente após a independência do país. O certo é que, tanto no mundo como no Brasil, é em meio aos debates sobre a instrução popular, a educação laica e a formação de professores, que deriva o processo de criação de escolas normais (SAVIANI, 2009; TANURI, 2000). A partir de então, as instituições encarregadas da formação de professores, em especial para as escolas primárias, tenderam a receber o nome de escolas normais.

A denominação Escola Normal foi utilizada pela primeira vez pelo abade La Salle, na França, no ano de 1685. Naquele momento, significava ensino coletivo, dado a um grupo de crianças, na forma aproximada de uma conversa. No início do século XIX, essa mesma expressão passou a significar 'escola modelo'. Na concepção francesa, a Escola Normal seria aquela na qual os futuros professores aprenderiam o modo correto de ensinar (a norma), por meio de sala de aula modelo, nas quais observariam docentes ensinarem crianças de acordo com as formas exemplares. Por essa razão, a criação das Escolas Normais sempre era acompanhada da criação da escola-modelo anexa, onde os futuros professores poderiam se aproximar das práticas de ensino desenvolvidas com alunos reais (VICENTINI & LUGLI, 2009, p. 33).

A primeira instituição criada pelo Estado com o nome de escola normal foi proposta pela convenção, em 1794, e instalada em Paris, em 1795. Desde o início, existia uma distinção entre a Escola Normal, simplesmente, também chamada de Escola Normal Primária, e a Escola Normal Superior. A Escola Normal Superior destinar-se-ia a formação de professores para lecionarem no ensino secundário, enquanto a que carregava o nome de Escola Normal ou Escola Normal Primária destinava-se ao preparo de professores para ministrarem aulas no ensino primário. Esse padrão de escola se expandiu pela Europa na esteira das conquistas Napoleônicas. Ao longo do século XIX esse modelo se alastrou para países de outros continentes (SAVIANI, 2009), enquadrando-se entre estes o Brasil.

Refletir sobre os primórdios do processo de profissionalização docente é necessariamente pensar sobre o processo de laicização da instrução, ocorrido em diversas partes do mundo, em épocas e ritmos diferentes. O nascimento do empreendimento de escolarização em massa esteve ligado à visão de uma escola produzida como a instituição capaz não apenas de instruir e educar a infância e a juventude, mas de produzir um país ordeiro, progressista e civilizado (FARIA FILHO, 2002 *apud* GATTI JUNIOR & PESANHA, 2005, p. 83). Segundo Veiga (2002), a escolarização é um processo que se desenvolveu

associado ao de monopolização dos saberes elementares pelo Estado, como continuidade do processo civilizador. Nesse contexto, os professores foram importantes agentes desse processo civilizatório.

Baseando-se nas ideias de Norbert Elias e sua compreensão do “processo civilizador”, Veiga (2002) no diz que o conceito de civilização expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo e descreve aquilo que constitui o seu diferencial, ou seja, o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica e sua visão de mundo. Todavia, é preciso destacar a raiz europeia desse conceito e a impossibilidade de referir-se à nação brasileira como uma civilização tal qual os países do continente europeu, considerando ser impossível transportar um conceito que teve uma construção histórica bastante demarcada e localizada.

Nas nações europeias do século XIX, concluiu-se a “consciência da civilização, a consciência de superioridade de seu comportamento e sua corporificação na ciência, tecnologia ou arte.” (ELIAS, 1994, apud, VEIGA, 2002, p. 101). Portanto, constituiu-se como componente dessa imagem uma referência ao outro, o não civilizado, que deveria ser civilizado. E essa busca por civilizar-se é o que insere o Brasil nessa rede discursiva, pois, no país, o termo civilização foi incorporado pela sociedade e pelo Estado.

As elites políticas e intelectuais brasileiras, em geral, ao apropriarem-se do termo civilização, ao longo do século XIX, não o tomaram para se referir a uma nação, mas como forma de produzir a sua auto-imagem. Na tradição intelectual brasileira do século XIX e início do século XX, a representação de um Brasil não se fez com base no conceito de uma nação civilizada que se autoreconhece como tal, mas constituiu-se pela permanente dúvida em relação às condições de possibilidade de tornarem seus habitantes civilizados (VEIGA, 2002, p.101).

Para Veiga (2002) o Estado monopolizou técnicas e saberes, no momento em que se tornou definitivamente necessário para o programa civilizador a incorporação dos pobres na sociedade civilizada. Sobre isso, vejamos o que nos diz Villela (2011, p. 105):

Os dirigentes que assumem o poder nas várias províncias no período regencial, sintonizados com o pensamento iluminista que marcou fortemente as ideias pedagógicas da época, tanto na Europa como no novo continente, acreditavam de forma convincente aos seus interesses que somente pela instrução se atingiria os estágios mais elevados da “civilização”. Elegendo as nações europeias como o modelo mais aperfeiçoado, entendiam que a falta de instrução do nosso povo era a verdadeira causa da distância existente entre o Brasil e as nações civilizadas [...] Essa expressão, plena de representações oriundas do racionalismo iluminista, não traduzia necessariamente uma proposta democrática, pois, tanto no continente europeu como aqui no Brasil, poderia amoldar-se perfeitamente a uma sociedade hierarquizada [...] não havia uma intenção de subverter a ordem estabelecida, mas, ao contrário, o propósito de unificar certos padrões sociais, difundindo o que aqueles homens denominavam de uma “moral universal” [...] Além dessa busca por uniformidade, uma questão estava posta: a instrução poderia ser uma eficiente arma contra a criminalidade. Havia um enorme temor por parte das elites dirigentes com a

massa de homens “incultos” que habitava esse vasto território, “os bárbaros dos sertões”.

A experiência com as escolas normais nascia num momento em que a nossa história política educacional se caracterizava pela busca de uniformidade e civilidade, por meio da instrução. As escolas normais foram encarregadas de formar aqueles a quem caberia, por missão, elevar o nível intelectual e moral da população, unificando padrões culturais e de convivência social (VILLELA, 2011).

Esse processo começou no Brasil Imperial, mas foi na República que ele se intensificou. Como publicou Kuleza (1999, p. 79), citando a visão de um intelectual da época, “a era republicana abria a possibilidade do Brasil – através da educação – se integrar ao movimento de evolução geral da humanidade e cumprir, assim, seu glorioso destino de se tornar uma pátria, em suas palavras, grande, poderosa e invejável”.

Nesse contexto, “coube à escola normal a disciplinarização dos espaços dos saberes, a normalização dos comportamentos, a formação da subjetividade no nível da profissionalização e a constituição de um perfil para os futuros mestres, assim como para própria educação nacional” (MENEZES, 2009).

Nessa discussão sobre o momento histórico que marcou a passagem da figura do velho mestre-escola para o surgimento do novo(a) professor(a) primário no Brasil, o século XIX aparece como marco temporal desse processo de profissionalização docente.

A criação das escolas normais marcou uma nova etapa no processo de institucionalização da profissão, balizado por um duplo movimento: de um lado, o controle estatal se faz mais restrito; de outro, os docentes, de posse de um conhecimento especializado melhoravam o seu estatuto socioprofissional. As escolas normais, no século XIX, substituem definitivamente o “velho mestre-escola pelo “novo” professor. [...] No Brasil, esse processo de institucionalização da formação docente teria início a partir das décadas de 30 e 40 do século XIX, com o surgimento das primeiras escolas normais provinciais (VILLELA, 2011, p. 100-101).

Além de representar a passagem de uma forma “artesanal” para uma forma “profissional” de formação, o século XIX, foi um momento de ampliação dos dispositivos de normatização e controle do magistério. Por conseguinte, foi momento da criação de cursos para formar o magistério primário e da produção de impressos especializados destinados a servirem ao preparo pedagógico dos professores e, por isso, ambos representam uma forma de impor determinadas formas de conceber e praticar a docência.

De acordo com Villela (2008), no modelo de formação artesanal o aprendiz de professor aprendia a ensinar vendo e praticando na própria sala de aula. Poderia atuar como monitor, adjunto ou substituto, de um mestre mais experiente no ofício. Já no modelo profissional a formação passou a basear-se em critérios racionais com separação nítida entre conhecimentos teóricos e práticos, onde os conhecimentos práticos aconteciam, a partir de então, em lugares distintos dos lugares específicos para a parte teórica. Isso propiciou um alargamento do conteúdo, dos programas e do domínio de métodos específicos.

2.2 A formação do professor e a profissão docente no Brasil

Segundo Azevedo (1971), em virtude de ser exercido por padres, os quais eram membros da elite colonial, o magistério no Brasil-Colônia consistia em ocupação de alto nível. Nesse momento histórico, os jesuítas eram quase os únicos mestres do Brasil. Apesar da catequização dos povos indígenas ter se constituído como uma especialidade dos jesuítas a instrução da classe dirigente foi uma constante em sua história. A educação jesuítica tinha forte característica aristocrática baseando-se no ensino de humanidades clássicas, universalistas e europeizantes. Foi, portanto, a partir da educação ministrada pelos professores jesuítas que o conteúdo clássico da cultura europeia foi sendo transplantado para o Brasil.

As escolas de ler e escrever serviram de instrumento de penetração da Companhia de Jesus na sociedade brasileira em formação, muito embora eles não se detivessem ao ensino primário. Os jesuítas formavam uma legião de padres mestres, tios padres, capelães de engenho e preceptores dos filhos da aristocracia rural. Em sua maioria, provinham desta mesma aristocracia, o que lhes permitia gozar de bastante prestígio na sociedade colonial e lhe possibilitava receber doações e dotações de recursos para os seus colégios (AZEVEDO, 1971). A Companhia de Jesus atribuía grande importância ao professor, e a sua formação pedagógica vinha da linha da educação literária de Sócrates e da tradição clássico-cristã, uma formação essencialmente humanista.

A formação do mestre jesuíta começava por dois anos dedicados ao aperfeiçoamento moral, continuava por mais dois anos de estudo das letras clássicas, latim, grego, hebreu e se completava com três anos de formação filosófica caso ele não se destinasse ao ensino superior, quando deveria continuar os estudos por mais seis anos. Após o curso teórico, o futuro professor jesuíta recebia uma formação prática fornecida por um homem possuidor de grande experiência de ensino. A formação

ainda se completava por meio da leitura de obras especialmente compostas para esse fim (FRANCA, 1952 *apud* ACCÁCIO, 2005, p. 80).

Os Jesuítas estiveram por séculos na predominância da educação no Brasil, desde a sua chegada, em 1549, até a expulsão da Companhia de Jesus de Portugal e do Brasil, em 1759, pelo Marques de Pombal. Segundo Villela (2011), o processo de laicização da instrução só iniciou-se na colônia com o envio de professores régios. Para Saviani (2004), a expulsão dos jesuítas e o estabelecimento de aulas régias não se configura, de fato, como uma reforma no ensino, mas sim demonstra somente que ocorreu uma paralização do ensino religioso jesuítico. No entanto, não se pode negar que as chamadas “reformas pombalinas da instrução pública” abriram caminho para a circulação de ideias pedagógicas inspiradas no laicismo que caracterizou a visão iluminista.

Apesar da expulsão dos jesuítas e o estabelecimento de aulas régias, a influência dos mestres padres e tios capelães na educação permaneceu, uma vez que padres de outras ordens continuaram ensinando nas casas grandes, nos engenhos, nas fazendas e nos sobrados da burguesia. O que demonstra que a influência dos jesuítas foi, de certa forma, transferida para padres e frades como porção mais letrada da sociedade colonial. Às aulas régias e à instrução em casa (para famílias abastadas) somavam-se as aulas abertas nos conventos e mosteiros. Desse modo, o ensino se mantivera tradicional. Da expulsão dos jesuítas até a vinda de D. João VI, em 1808, a instrução apresentou-se fragmentária, desorganizada e dispersa, tanto pela inadequada formação de muitos novos mestres régios, quanto pela, ainda forte, influência da tradição pedagógica jesuítica. (ACCÁCIO, 2005).

No decorrer de três séculos da época moderna, a função docente, de início, não especializada e exercida como ocupação secundária, vai mudar radicalmente. Nesse percurso, a ação das ordens religiosas que se dedicavam ao ensino e realizavam o trabalho de definição do corpo de saberes e do conjunto de normas e de valores próprios da atividade docente ainda é bastante relevante. Assim, pode-se perceber a manutenção das formas e dos modelos escolares elaborados sob a tutela da igreja, aos quais se justapõe um novo “corpo de docentes”, recrutados e vigiados pelas instâncias emanadas do poder estatal. Como nos mostra Villela (2011, p. 97-99):

Os três séculos da época moderna marcados, no ocidente, por um longo processo de produção de uma nova “forma escolar” em detrimento de modos antigos de aprendizagem. Nesse período ocorreu a transição de uma sociedade em que a educação se faz por *impregnação cultural* para uma sociedade munida de um complexo sistema estatal. Assim, por muito tempo ainda, iriam conviver várias formas de transmissão de conhecimentos e várias instituições se ocupariam dessa

tarefa, mas, à medida que os Estados Nacionais, os novos '*Estados docentes*' foram se consolidando e passaram a absorver todas as outras formas dispersas, conformando um sistema homogêneo, regulado e controlado.

Assim como na Europa, no Brasil existia uma variedade de formas e locais de ensinar e aprender, mas, em relação ao ensino primário, os finais do século XVIII e, sobretudo, o século XIX, foi um momento onde passaram a ser desenvolvidas, por parte do Estado, ações que visavam unificar o sistema de ensino, por meio de padronização de métodos e conteúdos, autorizações sobre materiais didáticos e estabelecimentos de ensino, além da produção de normas burocráticas e padrões morais a serem seguidos. Apesar disso durante todo esse tempo formas diferentes e dispersas de ensino aprendizagem coexistiram. O mais relevante é perceber a seguinte constatação: o processo de surgimento dos sistemas estatais de ensino imbrica-se com o início de um processo de profissionalização docente e, nesse sentido, o aparecimento das escolas normais é um marco.

O momento anterior ao surgimento das Escolas Normais caracterizava-se, de modo geral, pela inexistência de uma formação específica para docência, substituída pelo atestado de moralidade e conhecimento do que se deveria ensinar, avaliados pelos **concursos de nomeação**. Para além disso, pode-se, também, identificar a aprendizagem da prática do ofício, que era realizada no **sistema de professores adjuntos**, ou seja, os futuros mestres aprendiam a lecionar acompanhando um profissional durante as aulas. Não havia, portanto, um currículo específico, ou seja, um corpo de saberes socialmente aceitos como próprio para capacitar para o trabalho de ensinar (VICENTINI & LUGLI, 2009, p. 27).

O concurso de nomeação para as aulas régias exigia a apresentação de provas de moralidade, que poderiam ser fornecidas tanto pelo padre da paróquia quanto por um juiz de paz da localidade de origem do candidato. Exigia-se também que o candidato à licença docente conhecesse o conteúdo que iria ensinar. No caso dos professores de primeiras letras, para comprovar seus conhecimentos deveriam provar que sabiam ler, escrever, contar e que tinham conhecimentos de religião.

O estabelecimento de modos padronizados de formação docente foi crucial para constituição desse trabalho como profissão, pois acompanhou a criação e disseminação de conhecimentos especializados e a delimitação do grupo autorizado a atuar nos processos de instrução. O surgimento de instituições, especificamente escolares, de preparação docente no Brasil pode ser localizado em meados do século XIX, tendo sido estas, consideravelmente, modificadas desde então.

O certo é que, segundo Saviani (2009, p. 144), durante todo o período colonial, desde os colégios jesuítas, passando pelas aulas régias implantadas pelas reformas pombalinas até os

cursos superiores criados a partir da vinda de D. João VI, em 1808, não se manifesta preocupação explícita com a questão da formação de professores. É na Lei das escolas de Primeiras Letras, promulgada em 15 de outubro de 1827, que essa preocupação apareceu pela primeira vez. Ao determinar que o ensino, nessas escolas, deveria ser desenvolvido pelo método mútuo, a referida lei estipula no artigo 4º que os professores deverão ser treinados nesse método, às próprias custas, nas capitais das respectivas províncias. Portanto, está colocada aí a exigência de preparo didático, embora não se faça referência propriamente à questão pedagógica.

Com isso também concorda Villela (2009, p. 100):

No Brasil, esse processo se inicia com o envio dos professores régios portugueses, no século XVIII e início do século XIX, ainda sob o regime colonial e avança sob o reinado de D. João com algumas iniciativas de organização e normatização do exercício da profissão docente. Mas é somente após a Lei Geral de Ensino de 1827, durante o Primeiro Império, que a intervenção estatal se efetivará quanto a organização docente. [...] Em termos legais o caminho estava aberto, as primeiras iniciativas mais efetivas só ocorreriam mais tarde com o ato Adicional de 1834 e a política de transferir para as províncias a responsabilidade pela formação dos seus quadros docentes.

Segundo Saviani (2009), após a promulgação do Ato Adicional de 1834, que colocou a instrução primária sob a responsabilidade das províncias, estas tendem a adotar, para a formação de professores, a via que vinha sendo seguida nos países europeus: a criação de escolas normais. A província do Rio de Janeiro sai à frente, instituindo em Niterói, já em 1835, a primeira escola normal do Brasil. Esse caminho foi seguido pela maioria das províncias no século XIX. Entretanto, essas escolas, tiveram existência intermitente, sendo fechadas e reabertas periodicamente. A Lei das Escolas de Primeiras Letras (1827) e o Ato Adicional de 1834 são colocados por ambos os estudiosos como marcos nesse processo.

É importante destacar, conforme nos mostra Demartini & Antunes em seu clássico *Magistério Primário: profissão feminina, carreira masculina* (1993), que com a Lei de 15 de outubro de 1827, a mulher adquiriu o direito à educação, através da criação de escolas de primeiras letras para meninas. Com isso, também surgiram as primeiras vagas no magistério para o sexo feminino. No entanto, havia diferenças de currículos para homens e mulheres o que implicava em diferenças salariais. Por ocasião das primeiras escolas normais, foram propostas algumas determinações legais para que as mulheres tivessem preferência no magistério primário das escolas públicas, porém, quando surgiram as primeiras escolas normais elas apenas recebiam o público masculino o que demonstra uma contradição dos valores vigentes.

... de um lado, o sexo feminino encontrava dificuldades consideráveis de acesso ao ensino, pois a educação formal não era considerada necessária para as funções que iria desempenhar na sociedade; por outro lado, o exercício da atividade docente, especialmente no que se refere as crianças, era visto como sendo função própria das mulheres, para qual tinham habilidades inatas (CAMPOS *apud* DEMARTINI & ANTUNES, 1993, p. 6).

Somente nos últimos anos do Império é que essa situação começou a alterar-se, já que as mulheres foram sendo admitidas na escola normal e acabaram por transformá-la num espaço predominantemente feminino. A feminização do magistério ganhava espaço. Era a possibilidade que a mulher dispunha de se engajar no mundo do trabalho, já que isso não subverteria as funções femininas: ser mãe, esposa e dona-de-casa, pois eram funções cumulativas (MORAIS & SILVA, 2009). Mas, apesar disso os cargos de comando nas trincheiras da Educação como, direção inspeção e cargos técnicos e administrativos eram exercidos por homens, ou seja, por mais que a mulher tenha se tornado maioria, em termos numéricos, nas instituições educativas, tais instituições continuavam sob o controle masculino (DEMARTINI & ANTUNES, 1993).

As primeiras experiências com formação de professores em escolas normais ocorreram no Período Regencial do nosso Império, um momento de bastante instabilidade política, de ascensão de um projeto de descentralização do poder e execução de políticas conservadoras. Isso explica a formação de professores e o ensino primário terem ficado sob a responsabilidade das províncias e a ênfase que foi dada às questões morais em detrimento dos conteúdos instrutivos. Nesse momento os dirigentes acreditam que somente pela instrução se atingiria o patamar de civilização.

Os primeiros decretos de criação de escolas normais no Brasil remontam às décadas de 30 e 40 do século XIX como consequência das reformas previstas pelo Ato Adicional de 1834. A proposta de formação de professores contida na Lei Geral do ensino de 1827 não tivera desdobramentos concretos, mas, a partir desse novo instrumento legal, cada província deveria se responsabilizar pela organização e administração de seus sistemas de ensino primário e secundário. Nesse contexto, a intenção de formar professores encontra conjuntura mais favorável [...] Embora criadas, nem todas foram logo inauguradas, como, por exemplo, a de Minas e a da Bahia, que optaram por enviar dois professores para fora do país para que se preparassem para utilizar os métodos simultâneo e mútuo (VILLELA, 2011, p. 104).

Segundo Azevedo (1976), em virtude da descentralização do ensino, determinada pelo Ato Adicional de 1834, que transferiu a responsabilidade da formação de professores e da Instrução Primária às províncias, as primeiras escolas normais que foram fundadas no Brasil podiam ser criadas e extintas conforme o desejo dos administradores das províncias, de modo, que em muitas delas não existia regularidade no seu funcionamento. Trabalhavam com programas de ensino improvisado e de modo fragmentado. A Proclamação da República e a

promulgação da sua primeira Constituição, em 1891, não alterou essa realidade jurídica e a descentralização do ensino continuou. As escolas normais ficaram na tutela dos Estados da Federação, sujeitas às condições econômicas e a inspiração pessoal e política dos governantes de cada Estado.

Visando à preparação de professores para as escolas primárias, as Escolas Normais preconizavam uma formação específica. Logo, deveriam guiar-se pelas coordenadas pedagógico-didáticas. No entanto, como nos mostrou Saviani (2009), contrariamente a essa expectativa, nas primeiras décadas de funcionamento dessas escolas predominou a preocupação com o domínio dos conhecimentos a serem transmitidos nas escolas de primeiras letras.

O currículo dessas escolas era constituído pelas mesmas matérias ensinadas nas escolas de primeiras letras. Portanto, o que se pressupunha era que os professores deveriam ter o domínio daqueles conteúdos que lhes caberia transmitir às crianças, desconsiderando o preparo didático pedagógico. A via normalista de formação docente, embora adotada já a partir de 1835, além de somente adquirir essa estabilidade após 1870, permaneceu ao longo do século XIX como uma alternativa sujeita a contestações.

Conforme Kulesza (1998), antes de ser fundada propriamente uma escola normal, muitas províncias adotaram o modelo de criar um curso normal anexo ao Liceu simplesmente pela adição de uma cadeira de pedagogia ao currículo. Já a parte prática poderia ser vivenciada em qualquer escola primária pública. Outro modelo adotado em algumas províncias foi transformar o Liceu em escola normal, estabelecendo-se para isso graduações em seu interior, ficando o grau mais baixo de formação destinado aos futuros professores.

Como evidencia Tanuri (2000), antes que se fundassem as primeiras instituições destinadas a formar professores para as escolas primárias, já existia preocupação no sentido de selecioná-los. Iniciativas pertinentes à seleção não somente antecedem as de formação, mas permanecem concomitantemente com estas. Criadas as escolas normais foram por muito tempo insuficientes, tanto numericamente, quanto por sua efetiva capacidade de atrair candidatos.

Nesse momento, a pequena procura pelos cursos de formação oferecidos pelas escolas normais foi explicada por Azevedo (1976) e Tanuri (2000), como sendo fruto do desprestígio

docente, associado à baixa remuneração. Como nos mostra Vicentini & Lugli (2009) as pesquisas de Heloísa O. S. Villela têm demonstrado o seguinte:

Mas recentemente, Villela (2005) indica que também pode-se considerar como um fato significativo explicar esse fenômeno a preferência pelo modelo artesanal de formação, representados pelo sistema de professores adjuntos: muito mais econômico para o Estado e suficientemente adequado às demandas de uma sociedade em que a escola não se tinha disseminado como instituição para formação da população em geral. Se observarmos as condições de entrada na profissão, veremos que a idade mínima para prestar o exame de seleção para a Escola Normal era de 18 anos, enquanto que com 12 ou 13 anos já se podia exercer atividade remunerada no ensino como professor adjunto, esperando a idade mínima para prestar concurso público de nomeação, de 21 anos [...] Desta perspectiva, parece lógico que as pessoas naquele momento histórico não vissem sentido em matricular-se na Escola Normal, uma vez que seu diploma não era obrigatório para obter uma “cadeira” (escola) de primeiras letras.

Conforme dito em outro momento do texto, a primeira escola a iniciar suas atividades ainda na década de 30 foi a de Niterói, capital da província fluminense. Esta foi uma importante instituição de formação de professores no Império. Embora não se situasse na Corte, exerceu grande influência nas decisões sobre a esfera educacional. Como destacou Villela (2008), essa província funcionou como laboratório de práticas que eram estendidas a todo o país pela supremacia que os políticos fluminenses exerciam em nível nacional e cujas bases se encontravam em Niterói, capital da província do Rio de Janeiro.

Tanuri (2000) no diz que a primeira escola normal brasileira foi criada pela Lei nº 10, de 1835. Essa lei foi criada para habilitar as pessoas que se destinavam ao magistério da instrução primária e aos professores, que embora já estivesse em exercício, não tinham adquirido a necessária instrução nas escolas de ensino mútuo. A Escola Normal de Niterói deveria ser regida por um diretor, que exerceria também o cargo de professor, e contemplaria o seguinte currículo: ler e escrever pelo método lancasteriano; resolver as quatro operações e proporções; se aperfeiçoar na língua nacional; aprender elementos de geografia e princípios da fé cristã. “Comparando-se os currículos da Escola Normal e das escolas primárias observa-se que eles quase não diferiam, a não ser pela parte metodológica, já que os futuros mestres deveriam dominar, teórica e praticamente, o método lancasteriano.” (VILLELA, 2011, p. 107).

“Os pré-requisitos para ingresso limitava-se a ser cidadão brasileiro, ter 18 anos de idade, boa morigeração e saber ler e escrever” (TANURI, 2000, p. 64). Como se pode observar nacionalidade, idade e moral eram critérios definidores daqueles que poderiam candidatar-se a essa escola de formação de professores (VILLELA, 2011). Como a maior

parte das escolas normais do Período Imperial, a primeira escola normal do Brasil teve duração efêmera, sendo fechada em 1849. Mas é importante sabermos que nesse momento histórico surgiram outras escolas normais espalhadas por várias províncias:

Nos anos que se seguiram à criação da primeira escola normal, experiência se repetiu em outras províncias, sendo criadas instituições semelhantes: em Minas Gerais, em 1835 (instalada em 1840); na Bahia, em 1836 (instalada em 1841); em São Paulo, em 1846; em Pernambuco e no Piauí, em 1864 (ambas instaladas em 1865); em Alagoas, em 1864 (instalada em 1869); em São Pedro do Rio grande do Sul, em 1869; no Pará, em 1870 (instalada em 1871); em Sergipe, em 1870 (instalada em 1871); no Amazonas em 1872, embora já em 1871 tivesse sido criada uma aula de Pedagogia no Liceu; no Espírito Santo, em 1873; no Rio Grande do Norte, em 1873 (instalada em 1874); no Maranhão, em 1874, também com a criação de uma escola normal particular, subvencionada pelo governo, em 1876 com a criação de uma escola normal pública (instalada apenas em 1880); no Paraná, 1876; em Santa Catarina, em 1880; no Ceará, em 1880 (instalada em 1884) (Moacyr, 1939^a, 1939^b, 1940); no Mato Grosso, em 1874 (Sirqueira, 1999, p. 210); em Goiás, em 1882 (instalada em 1884) (Canezim & Loureiro, 1994, p. 28-35; Brzezinski, 1987, p. 39); na Paraíba, em 1884 (instalada em 1850 (Mello, 1956, p. 61). (TANURI, 2000, p. 64-65).

Diante disso pode-se dizer que o sentido da escola normal durante o Império caracteriza-se mais como um movimento no plano das ideias do que uma política de Estado (VICENTINI & LUGLI, 2009). Destarte, como nos mostrou Saviani (2009) foi a partir da reforma da instrução pública do estado de São Paulo (1890) que a escola normal pode se tornar de fato uma política de Estado.

Essa reforma da Escola Normal da capital se estendeu para as principais cidades do interior do estado de São Paulo e se tornou referência para outros estados do país, que enviaram seus educadores para observar e estagiar em São Paulo ou recebiam “missões” dos professores paulistas. Dessa forma o padrão de Escola Normal tendeu a se firmar e se expandir por todo o país (SAVIANI, 2009, p. 145).

O período da Primeira República no Brasil (1889-1930) foi o grande momento da escola normal como *locus* privilegiado na formação de professores. “O ideário republicano de forma um cidadão concedeu aos professores um papel simbólico na sociedade, envoltos numa áurea de prestígio.” (MORAIS & SILVA, 2009, p. 269).

Foi, portanto, assim, ora abrindo um curso normal, ou uma escola normal (anexa ou não a um Liceu); ora levando professores para outros países, ou outras regiões do país para conhecerem experiências de formação de professores; ora trazendo preceptores estrangeiros ou missões de professores de escola de referência dentro do próprio país, que se manifestaram as primeiras tentativas de organizar a formação institucionalizada de professores no Brasil.

2.3 A institucionalização do ensino normal no Rio Grande do Norte

Grande parte do que foi publicado sobre a Escola Normal de Natal, a primeira escola de formação de professores do Estado do Rio Grande do Norte, é fruto de pesquisas orientadas pelas professoras da Universidade Federal do Rio Grande Do Norte – UFRN, Marta Maria Araújo, Maria Arisnete Câmara Moraes e Maria Inês Sucupira Stamatto.

Em artigo publicado no livro *As escolas normais no Brasil: do Império a República* (2008), Marta Araújo, ao estudar a formação de professores e a criação de escolas normais no Rio Grande do Norte, entre os anos de 1839 a 1938, nos apresenta três importantes etapas para a história da formação de professores no estado. Uma primeira etapa, compreendida entre os anos de 1839 e 1888, caracterizou-se pela criação de uma escola normal que em síntese se justificava pela ausência de um modo de ensino e aprendizagem compatível com a tarefa de educar a infância, mas que se constituíram efêmeras. Em etapa posterior, no período de 1889 a 1930, as elites políticas republicanas norte-rio-grandenses conjugaram a implantação de uma rede de grupos escolares com a definitiva fundação da Escola Normal de Natal e a criação da Escola Normal de Mossoró. A partir da década de 1930 essa formação profissional foi repensada a partir dos fundamentos das ciências da educação.

Conforme Aquino (2002), Araújo *et al* (2008) e Moraes & Silva (2009) a primeira escola normal de instrução primária no Rio Grande do Norte foi criada pela lei n. 671 de 5 de agosto de 1873. O presidente João Capistrano Bandeira de Mello Filho, defendendo a abertura de uma escola normal como medida de aperfeiçoamento da escola primária, mandou instalar no prédio do Atheneu Norte Rio-grandense uma escola normal de instrução primária. A mesma funcionou até 1877, quando foi fechada. Em 1897, já em período republicano, foi reaberta mais só funcionou por três anos. Como em outras partes do país a justificativa para sucessivos fechamentos era a falta de recursos e a baixa procura por esses cursos.

Entre os anos de 1835 a 1886 surgiram as primeiras escolas normais nas capitais e principais cidades das províncias, uma medida que visava não só unificar o processo de ensino e aprendizagem por meio do modo de ensino mútuo, mas, sobretudo, tencionava formar professores a quem caberia a missão de elevar o nível intelectual e moral da população brasileira. A ampliação da escolarização primária ocorrida no Império aconteceu como programa de governo que almejava unificar os padrões culturais e educativos da população

(VILLELA, 2008). Com a Proclamação da República no Brasil, em fins do século XIX, a educação escolar passou a constituir-se parte ativa do programa de governo republicano.

com finalidades intelectual, cívica, moral e instrumental. Uma escola primária graduada e homogênea adequada a ampliação das oportunidades educacionais foi projeto ambicionado pelos republicanos northeriogrãndenses, a partir da rede de grupos escolares disseminada por São Paulo nos anos de 1890 (ARAÚJO, *et al*, 2008).

No governo de Antônio José de Melo e Souza (1906-1908), realizou-se a construção do prédio do Grupo Escolar Augusto Severo, o primeiro grupo escolar de Natal. O prédio foi entregue totalmente pronto no dia 24 de março de 1908. Mas, foi no governo de Alberto Maranhão (1908-1913) que vimos à expansão dos grupos escolares enquanto padrão para alfabetizar a infância. Na administração de Alberto Maranhão, no setor educacional, estabeleceu algumas conquistas. De início, restabeleceu a Diretoria Geral da Instrução para coordenar o sistema educacional a ser implantado. Possuía como meta de seu governo criar um grupo escolar em cada sede da comarca e uma escola mista em cada um dos outros municípios do Estado, conforme o Decreto nº 178, de 29 de abril de 1908. A fim de dar organicidade à instrução pública, foi criado um Código de Ensino, eivado de ideias atualizadas para o contexto da época (Decreto nº 239, de 15 de dezembro de 1910). Do ponto de vista prático, Alberto Maranhão, coadjuvado pelos presidentes das Intendências Municipais, implantou uma rede educacional primária que se estendeu a todo interior potiguar (SOUZA, 2008).

Na capital, criou o grupo escolar Freire Miguelino, situado no bairro do Alecrim. Note-se que esse foi o segundo grupo escolar de Natal, por ordem cronológica. Sensível às artes, criou a Escola de Música, destinada a ensinar música, estética, história, literatura e belas artes. Essa escola funcionava no Grupo Escolar Augusto Severo. Para atender a demanda de docentes do sistema educacional, ele criou a Escola Normal de Natal, que formava professores de ambos os sexos. No interior do Estado Alberto Maranhão criou 23 grupos escolares, a saber:

em Mossoró, o Grupo Escolar 30 de setembro; em Caicó, o Grupo Escolar Senador Guerra; em Acari, o Grupo Escolar Thomas de Araujo; em Caraúbas, o Grupo Escolar Antônio Carlos; em Martins, o Grupo Escolar Almino Afonso; em Serra Negra, o Grupo Escolar Barão de Mipibu; Goianinha, o Grupo Escolar Moreira Brandão; em Pedro Velho, o Grupo Escolar Fabrício Maranhão; em Jardim do Seridó, o Grupo Escolar Antonio Azevedo; em Nísia Floresta, o Grupo Escolar Nísia Floresta; em Pau dos Ferros, o Grupo Escolar Joaquim Correia; em Ares, o Grupo Escolar Jacumaúma; em Açu, o Grupo Escolar Tenente-Coronel Jose Correia; em Macaíba, o Grupo Escolar Auta de Souza; em Currais Novos, o Grupo Escolar Capitão-Mor Gouveia; em Apodi, o Grupo Escolar Ferreira Pinto; em Angicos, o

Grupo Escolar José Rufino; em Nova Cruz, o Grupo Escolar Alberto Maranhão, o governador homenageando a si mesmo; em Luís Gomes, o Grupo Escolar Coronel Fernandes; em Ceará-Mirim, o Grupo Escolar Felipe Camarão; em São Gonçalo do Amarante, o Grupo Escolar Dr. Otaviano; e, em Canguaretama, o Grupo Escolar Pedro Velho, em homenagem ao seu irmão. Em 1912, esses 23 estabelecimentos de ensino primário contavam com uma frequência em torno de 2.500 alunos (SOUZA, 2008, p.326-327).

Como nos mostra Morais e Silva (2009), no governo de Alberto Maranhão ocorreram várias mudanças no ensino primário do Rio Grande do Norte. O Congresso legislativo votou a Lei n. 249, de 22 de novembro de 1907, que autorizou o governo a reformar a instrução pública, dando especificamente ao ensino primário moldes mais amplos e modernos. Essa lei possibilitou a criação de uma rede de grupos escolares, tendo em vista, a escolarização da infância, assim como a construção da cultura letrada.

Nesse contexto, estava expressa a necessidade da criação de uma instituição de formação de professores para suprir o Estado com profissionais de educação qualificados. Desse modo, em 1908, tivemos de fato, através do Decreto nº 178 de 29 de abril, uma institucionalização do ensino normal no Estado do Rio Grande do Norte, através da reabertura da Escola Normal de Natal.

O Ensino Normal foi instituído definitivamente no RN, no ano de 1908, através do Decreto 178, de 29 de abril do mesmo ano, autorizado pela Lei 249 de 22 de novembro de 1907, que teve por objetivo restabelecer a Diretoria Geral de Instrução Pública, criar a Escola Normal de Natal e os Grupos Escolares Mistos. Tal reforma foi efetivada no Governo de Alberto Maranhão e orientada pelo então Diretor Geral da Instrução Pública, o Dr. Francisco Pinto de Abreu (AQUINO, 2002, P. 29).

Segundo Aquino (2002), o motivo dessa institucionalização só ter ocorrido de fato no início do século XX se justifica pelo próprio momento histórico. O fenômeno da urbanização, a higienização e o disciplinamento da cidade, o início da industrialização, a expansão da instrução primária, o próprio movimento de modernização pelo qual passava o país. Para ela a institucionalização da escola Normal de Natal representa uma insígnia da modernização da sociedade. No Rio Grande do Norte, alguns intelectuais não só estavam abertos as inovações trazidas pela modernidade e advindas de núcleos urbanos centrais do país, como São Paulo, Rio de Janeiro, e até mesmo da Europa, como ressaltavam a necessidade da formação de espírito moderno no estado. Dentre eles temos Nestor dos Santos Lima¹³ e Henrique Castriciano¹⁴.

¹³ Nestor dos Santos Lima era bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela faculdade de Direito do Recife. Foi professor e diretor da Escola Normal de Natal, no período de 1911 a 1923, e diretor do Departamento de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, de 1924 até 1928. Nestor Lima ocupou posições de destaque na instrução pública potiguar, durante quase três décadas, imprimindo sempre uma proposta modernizadora, seja na

Não só Castriciano, mas o jovem Nestor Lima e outros intelectuais norte-rio-grandenses, viam a instrução como um veículo transmissor dos conhecimentos necessários ao novo homem, um caminho para a formação de novos hábitos, e a assimilação dos padrões de convivência coletiva que a vida urbana exigia. Para tanto administradores juntos aos intelectuais norte-rio-grandenses, mais precisamente os ligados à educação, passaram a criar mecanismos e instituições com vista a formar cidadãos com padrões de comportamento condizentes com os novos tempos, entre essas instituições, apontamos a Escola Normal de Natal (AQUINO, 2002, p. 31).

A Escola Normal de Natal surgiu como produto da Reforma da Instrução Pública de 1908, Reforma Pinto de Abreu, essa que também regulamentou os grupos escolares, introduzindo no Rio Grande do Norte o ensino primário seriado e graduado. A edificação de grupos escolares representou uma ação de progresso. Inicialmente criados na capital se expandiram para o interior do estado e tornaram-se um programa prioritário dos governos potiguares na Primeira República. Muitas vezes essa rapidez na expansão dos grupos escolares pelo estado fazia com que esses fossem mal instalados e funcionassem em condições precárias, faltando inclusive profissionais qualificados para ensinar. O que revelou a impossibilidade de haver um ensino primário moderno sem uma escola normal que lhe desse suporte.

Os Grupos Escolares surgem junto a uma nova proposta de orientação metodologia, exigindo por sua vez, mestres mais qualificados para o ensino. A Escola Normal, portanto, nasceu com a missão de formar *o novo mestre*, ou seja, professores que ministrassem o ensino primário conforme as novas exigências educacionais dos *métodos intuitivos*. Destinada a esse fim, a Escola Normal de Natal inicia seu funcionamento, sem prédio próprio, anexa ao Atheneu Norte-Riograndense, até 1910; sendo transferida em 02 de jan. de 1911, para o Grupo Escolar *Augusto Severo*, no qual, os normalistas efetivavam as aulas práticas (AQUINO, 2002, p. 33).

Aquino (2002) também nos mostra que quando surgiu, a Escola Normal de Natal, tinha um caráter laico. Funcionava para atender ambos os sexos e tinha a duração de três anos. Seu primeiro diretor foi o Diretor Geral da Instrução Pública que acumulou o cargo, situação que foi mudada em 1910, quando foi criado o cargo de Diretor da Escola Normal e nomeado para ele o professor Nestor dos Santos Lima. A grade curricular compreendia as seguintes disciplinas: Português, Francês, Aritmética Elementar, Álgebra Elementar, Geografia Geral,

esfera da prática pedagógica, concernente ao desenvolvimento técnico do ensino primário e normal, seja na esfera da política educacional, relativa à implantação do ensino público. Autor de quarenta e oito publicações no campo da Educação é um símbolo da modernidade educacional no Rio Grande do Norte (MENEZES, 2009, p. 11).

¹⁴ Henrique Castriciano de Souza (1874-1977) foi integrante de uma elite esclarecida que governou o Rio Grande do Norte no limiar do século XX, cujas figuras mais emblemáticas foram, Pedro Velho e Alberto Maranhão. Castriciano era filho de família ilustre no mundo político e intelectual, irmão do senador Eloy de Souza e da poetisa Auta de Souza. Foi secretário de governo (1900-1910), procurador-geral do estado (1908-1914) e vice-governador do Estado (1915-1923) e também fundou a Escola Doméstica de Natal em 1911, destacando-se também na sociedade potiguar como jornalista, escritor, poeta e professor. As várias viagens que fez a Europa lhe fizeram dispor de uma ideologia que acreditava no progresso linear da humanidade através da inserção do país, em especial, do Rio Grande do Norte, na chamada civilização.

Geografia do Brasil, História do Brasil, Desenho Geométrico, Desenho de Ornato e Figura, Caligrafia Escrita e Mecânica, Noções de Física e Química, Noções de História Natural e Higiene, Trabalhos Manuais, Pedagogia, Instrução Moral e Cívica, Economia Domestica, Legislação escolar, Exercícios Físicos e prática na Escola Modelo. Em 1910, além de ser acrescentado mais um ano a essa formação, foram inseridas no currículo as disciplinas: Latim, Inglês, Geometria e Música.

No final dos dois primeiros anos, os alunos submetiam-se a uma avaliação para aferir o aproveitamento nas matérias. Ao termino dos dois últimos passavam por mais um exame de suas aptidões nas matérias e, por fim, na prática escolar adquirida no Grupo Escolar Modelo durante o ano letivo. Concluindo o Curso Normal, os docentes estavam habilitados para atuarem no Ensino Primário, como professores em qualquer uma das instituições primárias do Rio Grande do Norte (MORAIS & SILVA, 2009, p. 273).

A Escola Normal de Natal funcionou no Ateneu Norte-Rio-Grandense até 31 de dezembro de 1910. No ano seguinte, mudou-se para as instalações do Grupo Escolar Augusto Severo. Nesse local passou a funcionar a Escola Normal de Natal, um grupo escolar e um jardim de infância modelo, que serviam à prática dos normalistas (MORAIS & SILVA, 2009). Algo bastante relatado pelos pesquisadores dessa escola é o fato da mesma não ter sido criada com uma sede própria, o que gerou como consequência que essa instituição habitasse por vários locais durante seus anos de existência.

Um importante momento da educação no Rio Grande do Norte, durante a Primeira República, foi o momento da criação da Reforma do Ensino de 1916. O Rio Grande do Norte preparava-se para essa nova reforma da instrução pública e por isso Nestor Lima, diretor da Normal de Natal, foi encarregado de fazer uma visita a São Paulo e ao Rio de Janeiro para observar os melhoramentos técnicos do ensino normal e primário, com a finalidade de implantar melhorias ali observadas¹⁵. Os relatórios que Nestor Lima fez dessa viagem constituíram-se como subsídio relevante para a reforma vindoura. A Lei nº 405 de 29 de novembro de 1916 representou, conforme nos mostrou Aquino (2002), uma reorganização no ensino potiguar no sentido do amadurecimento de processo de modernização e imprimiu uma articulação entre o ensino normal e o ensino primário. Inclusive a Reforma do Ensino de 1916 é nomeada como a lei que consolidou a profissão docente no Rio Grande do Norte. Outra reforma no ensino, ainda na Primeira República, só ocorreria em 1928.

¹⁵ Segundo Aquino (2002, p. 37), “o professor Nestor Lima, já se encontrava na cidade do Rio de Janeiro, em férias, quando recebeu o telegrama do Governador Alberto Maranhão, no dia 29 de janeiro de 1913, que o designava para tal missão”.

Outro importante governo da Primeira República no Rio Grande do Norte foi o segundo mandato de Antônio José de Melo e Souza. A sua segunda administração (1920-1923), de acordo estudiosos, caracterizou-se pelos cuidados com a educação e a saúde pública. Segundo Souza (2008, p. 336), no setor educacional, o seu governo destacou-se pela criação de 54 escolas primárias distribuídas em todo o estado, do litoral ao sertão. Com a intenção de possibilitar que essas escolas do sertão tivessem professores habilitados, em 1922, criou a Escola Normal Primária de Mossoró, objeto de nossa pesquisa. Preocupado com a profissionalização da classe trabalhadora, criou uma escola profissional, com aulas de serralheria, marcenaria, sapataria e funilaria. Ainda no setor educacional ele organizou o primeiro estabelecimento de ensino superior do Rio Grande do Norte: a Escola de Farmácia.

É inegável que a Escola Normal de Natal tornou-se centro dos debates educacionais do estado. Em 04 de dezembro de 1920 vemos surgir a partir da Escola Normal de Natal a Associação de Professores do Rio Grande do Norte – APRN. Todos os alunos diplomados pela escola até então, e que assim desejaram, foram considerados sócios fundadores. Essa associação tinha por objetivo propagar o ensino leigo, combater o analfabetismo e proteger os interesses dos professores.

A Escola Normal de Natal, na década de 20, era o ponto de irradiação e de convergência das discussões referentes à educação no Estado, e que circulavam no país, especialmente, através de seu diretor o professor Nestor dos Santos Lima, o qual militou a favor da nacionalização dos diplomas do curso normal no Brasil (AQUINO & STAMATTO, 2008, p.1413).

Essa incursão em torno da historicidade da escola normal no Brasil e no Rio Grande do Norte nos ajudou a melhor localizar e contextualizar o nosso objeto de estudo: a Escola Normal Primária de Mossoró, e também perceber as suas regularidades e especificidade.

CAPÍTULO III

A GÊNESE E IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA NORMAL DE MOSSORÓ (1922 – 1934)

“Inexoravelmente, nossas lembranças voam com o passar das horas. No crepúsculo da vida restam imagens furtivas, amigos desaparecidos, perfumes evaporados e saudades insaciáveis.”

(J'ai la mémoire qui flanche, letra de Bassiak)

O presente capítulo constrói-se a partir do desejo de, por meio das memórias sobre a Escola Normal Primária de Mossoró, publicadas pela Coleção Mossoroense, adentrarmos o cotidiano dessa escola pioneira na formação de professores na região Oeste do Estado do Rio Grande do Norte. Nas páginas desse capítulo conheceremos o cenário que permitiu a fundação da Escola Normal Primária de Mossoró, no ano de 1922, suas instalações, o perfil do corpo docente e administrativo, o alunado, o clima cultural e o currículo, sobretudo, conheceremos uma história social e afetiva narrada por sujeitos que escreveram como quem desejava a imortalidade.

Pensar na relação do nosso objeto de estudo, a Escola Normal Primária de Mossoró, com os livros memorialísticos, fontes dessa pesquisa, nos faz refletir sobre a própria relação do homem com o tempo. Como canta Caetano Veloso em sua *Oração ao tempo*: o tempo é compositor de destinos, tambor de todos os ritmos. De tão inventivo até parece contínuo. Tempo, tempo, tempo... És um dos deuses mais lindos.

3.1 “Os guardiões da memória”: intelectuais e as narrativas sobre a Escola Normal Primária de Mossoró

O tempo mais que sentido e vivenciado, necessita ser compreendido e para interpretarmos o tempo se faz necessário a utilização da narrativa (Ricouer *apud* Epple, 2008, p. 149). Ricouer (1994), considera que a narrativa é a única maneira de humanizar o tempo, e por isso, legítima sua importância. Dessa forma a narrativa é entendida como uma reconfiguração das ações humanas, funcionando como uma imitação criadora das experiências temporais. O Passado, objeto de estudo da história, é um território de narrativas.

Decerto, a memória é a nossa primeira e mais fundamental experiência com o tempo. Por meio da memória o passado é evocado, reconstruído e presentificado. O ato mnemônico se expressa através de narrativas e estas são igualmente território da História e da Literatura. Tanto o discurso historiográfico quanto o literário (contos, romances, crônicas, poemas, escritas de si) lidam com o tempo e com a narrativa. Ambas, literatura e história têm personagens, tramas, enredos na urdidura de sua construção. Inclusive na Mitologia Grega, história e literatura são representadas por duas das nove musas-irmãs, Clio e Calíope, filhas de Zeus e Mnemósine (memória). No entanto, durante muito tempo acreditou-se que a efetiva distinção do que seria História ou Literatura estaria no fato de que aos historiadores caberia narrar os acontecimentos de forma objetiva e precisa, com o compromisso de buscar a verdade neles imanente. Já aos escritores seria permitida a ficção; a literatura, sim, poderia se dar ao “desfrute” de narrar misturando a imaginação, a subjetividade e o simbólico.

Era comum chamar o que os escritores escreviam de “estória”, enquanto o historiador escrevia a História. Isso porque os escritores de “estórias” poderiam certamente excluir, eliminar, silenciar ou privilegiar certos acontecimentos e pessoas do passado, alterando assim a realidade dos fatos. Mas o que os historiadores tradicionais fizeram com a história das mulheres, a história dos camponeses, a história dos negros, a história dos índios, a história dos homossexuais, e as histórias de todos aqueles que não tinham o domínio da escrita? É fato que paradigmas científicos outrora inquestionáveis passaram a ser questionados, a saber: neutralidade, objetividade, verdade e precisão. Após a revisão desses paradigmas os historiadores alargaram seu campo de discussão.

Angelika Epple (2008, p.150-153), baseando-se nas idéias de Michel Foucault e Paul Ricoeur nos diz que a essência da distinção que fazemos entre literatura e história está no que ela denomina de “o contrato do historiador”. Esse contrato seria feito entre narrativa e recepção, isto é, entre autor e leitor, e caberia aos historiadores escrever narrativas verdadeiras e a parte do leitor nesse contrato seria a de ler essas narrativas como verídicas. Essa verdade seria estabelecida a partir das relações de saber e poder de cada época.

O que se discute contemporaneamente é que, tanto as “estórias” da literatura quanto à história factual são construídas pela linguagem e igualmente submetidas às suas regras na prática da retórica e da construção das narrativas e que tanto historiadores como escritores não estão acima de sua realidade político-econômica, cultural e social, produzem

história ou literatura de dentro do fluxo da própria história. Resgatar o passado é transformá-lo pela simples evocação, seja na literatura ou na história.

Assim, quer se trate de uma recopilação de exemplos à moda antiga, quer se ofereça como conhecimento de si mesma na tradição historicista e romântica alemã, quer se proclame “científica”, a história não podia se recusar pensar-se como um relato, uma escritura (CHARTIER, 2009, p. 12).

Falar da escrita da história é não poder deixar de enunciar o papel do documento enquanto fonte. Não há dúvida de que as fontes históricas são a base para a escrita da história, mas a definição do que vem a ser um documento histórico é alvo constata de debates acalorados. Como no diz Karnal (2009, p.12), devemos conceber o documento histórico não apenas em sua materialidade, mas entendê-lo como um diálogo, esse que se estabelece entre o presente e o documento. Assim, é possível afirmar que todo documento histórico é uma construção permanente. Fato histórico e documento histórico demonstram nossa visão atual do passado, num *diálogo* entre a visão contemporânea e as fontes pretéritas.

O documento é um conceito em expansão. Tal afirmação se sustenta quando observamos que foi apenas no século XIX que a ideia do documento como prova histórica triunfou, superando o termo mais usado até então: Monumento. Pensar no documento é pensar também em uma concepção de história que o sustenta.

Um historiador da Escola Metódica do século XIX teria certeza de que o documento é, em essência, o texto escrito: a carta, o tratado de paz, o testamento etc. Todo o debate estava em torno da autenticidade do texto. Uma vez estabelecida essa autenticidade, o texto escrito brilhava aos olhos do analista como a fonte por excelência. Para os autores da Escola Metódica, a questão central da história é a heurística documental. A busca a seleção, a crítica e a classificação documental constitui-se no eixo em torno do qual gira a atividade do historiador. Desde o século XIX, o conceito e a abrangência do termo documento histórico foram sendo ampliados. A Escola dos *Annales*, no século XX, colaborou ainda mais para o alargamento da noção de fonte. Ao determinar que a busca do historiador seria guiada por tudo o que fosse humano (KARNAL, 2009, p. 14).

É importante que percebamos que apesar do alargamento da compreensão do que seja um documento histórico, a concepção de documento lançada pela Escola Metódica continua como a essência da compreensão de documento como base do fazer histórico, ainda que o conceito de documento tenha se ampliado. De modo, que mesmo sabendo que o documento é um produto humano, datado e subproduto das relações sócio-culturais, ele é a base para a escrita da história. A História é construída a partir de vestígios do passados, esses transformados em fontes pelo olhar do pesquisador.

Atualmente, as fontes são variadas indo desde os clássicos documentos oficiais do Estado até as chamadas “escritas de si” (cartas, diários). Na obra *Apologia da história ou o ofício do historiador*, Marc Bloch desejava dar o estatuto de “documento histórico” a tudo que contivesse a possibilidade de vislumbrar a ação humana. Um documento é dado como documento histórico em função de uma determinada visão de uma época. Isso introduz no conceito de documento um dado importantíssimo: o documento existe em relação ao meio social que o conserva. Assim, para o historiador, o documento atinge valor pela teia social que o envolve e pelo que revela de mais amplo de uma época e de uma sociedade. Em síntese, o documento histórico é qualquer fonte sobre o passado, conservada por acidente ou deliberadamente, analisado a partir do presente estabelecendo diálogos entre a subjetividade atual e a subjetividade pretérita.

Memórias de um Retirante (1957), *A escola de outro tempo: professores de Mossoró (1968)*, *Somando os dias do tempo: memórias (1973)*, *A Escola Normal de Mossoró (1973)*, livros de autoria de Raimundo Nonato da Silva; *Eliseu Viana o educador: (1890-1960) (1971)* de Walter Wanderley e *Memórias de um jornalista de província (1981)* de Lauro da Escóssia, são fontes de nossa pesquisa e são entendidas como livros de memórias. Usamos essa expressão ao invés de obras historiográficas por nos referirmos a obras de cunho memorialista que seguem regras diferenciadas. E mesmo que elas apresentem algumas semelhanças com textos historiográficos (uso de fontes, uso da narrativa, uso da cronologia, etc.), não possuem reconhecimento, enquanto produção historiográfica por conta do tratamento metodológico que conferem a suas fontes.

Numerosos são os memorialistas e variados são os cronistas que escrevem sobre história, mas cada um o faz da sua maneira. Como nos disse Domingues (2011), é essa a primeira característica diferenciadora de um trabalho memorialístico para um historiográfico: as regras teórico-metodológicas previamente estabelecidas no caso da escrita acadêmica não existem na narrativa produzida por memorialistas. Nos textos memorialistas os escritores, na maioria das vezes, constroem textos de cunho autobiográficos, nos quais o autor utiliza, a sua experiência de vida e da tradição oral para construir a narrativa histórica, sem que para isso se utilizem das normas metodológicas e teóricas da escrita acadêmica sobre história.

Geralmente esses escritores realizam pesquisas de fôlego, debruçando-se durante anos sobre arquivos, mas, na maioria das vezes, misturam na escrita o que é material autobiográfico ou da tradição oral com citações de documentos consultados, sendo difícil para

o leitor distingui-las. Esses escritores muitas vezes autodenominam o seu trabalho como sendo histórico, mas seguem caminhos diferentes dos acadêmicos. Uma das maiores diferenças dos textos memorialísticos para a escrita acadêmica da história é a problematização das fontes. Na história acadêmica os documentos são inquiridos, não são tidos como testemunhas oculares do passado. Por não estar sujeito às imposições das mesmas leis dos textos históricos produzidos dentro da academia, o memorialista acaba produzindo uma escrita valendo-se de práticas distintas. Isso se dá, como vimos, sobretudo, em relação ao tratamento das fontes, mas também ocorre em relação a uma ausência do uso de conceitos.

Tais características podem ser observadas nas obras aqui analisadas. Vejamos o que escreveu Raimundo Nonato da Silva em sua obra, *A escola de outro tempo: professores de Mossoró*:

Os fatos, estão esboçados com observações e com registros sobre figuras do magistério mossoroense, resultam de pesquisas demoradas, promovidas nos documentários da época, que nem sempre eram os mais esclarecedores e no roteiro da tradição oral, a grande fonte das informações e das memórias, que sobrevivem depois que passam as gerações e os homens desaparecem na eternidade do tempo (NONATO, 1968, p. 13).

A leitura desse fragmento do texto nos mostra várias das características dos textos memorialistas que foram supracitados: uma pesquisa longa e demorada (pesquisa de fôlego) e uso, sobretudo, de informações autobiográficas e da tradição oral. A leitura que fizemos das obras aqui analisadas nos permite afirmar que é recorrente o fato de os autores fazerem uma mistura dos elementos das suas memórias com as lembranças de seus entrevistados e a informações dos documentos escritos, dificultando ao leitor fazer essa diferenciação. Os autores tiveram acesso a uma infinidade de fontes, mas ao escrever sua narrativa não conseguiram delimitar com precisão como e onde utilizaram essas fontes. Além do que em nenhum momento problematizaram as fontes. Outro fato interessante é que eles tanto se denominam como historiadores quanto como memorialistas, inclusive deixando muitas vezes a entender que as duas atividades seriam a mesma coisa, o que sabemos não fazer parte do mesmo *metier*. Tal diferença entre os textos memorialistas e os historiográficos nada tem a ver com a questão da neutralidade, pois como hoje sabemos, ela não existe nem mesmo nos textos da história acadêmica.

Michel de Certeau, em sua obra *A Escrita da História* (2010), em síntese, compreende a história como uma operação, ou seja, uma relação entre um lugar social de produção, práticas científicas e a construção de um texto. De modo, que uma obra ganha o seu valor de

histórica quando reconhecida por seus pares. Apesar de não gozarem desse reconhecimento, assim como os historiadores, os memorialistas deixam vestígios do lugar social em que sua produção se insere. Os autores aqui pesquisados são membros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGB), da Academia Norte-rio-grandense de Letras e do Instituto Cultural do Oeste Potiguar (ICOP).

Independente do reconhecimento, ou não, dessas obras como sendo obras de cunho historiográfico, é importante perceber o fato de que nesses textos os sujeitos reclamam a incumbência de contar através da narrativa de suas vivências a história da Escola Normal Primária de Mossoró. Sem a mesma preocupação com as fontes, mas com característica e estilos semelhantes ao da escrita da história, os memorialistas são, há muito tempo largamente utilizados como fonte para os trabalhos dos historiadores.

Tanto a história acadêmica, quanto os textos memorialísticos se configuram com importantes informações sobre o passado e expressam uma consciência histórica, nos termos de Jörn Rüsen (2001). O trabalho da consciência histórica compreende à atribuição de sentido a experiência temporal que, embora seja o fundamento da ciência histórica, não é monopólio dos historiadores. A Escola Normal Primária de Mossoró faz parte da história de vida desses sujeitos que teceram suas memórias em livros da Coleção Mossoroense. A partir dessas obras memorialísticas temos uma dizibilidade e uma visibilidade para a história da Escola Normal Primária de Mossoró. Elas são tomadas aqui como lugares de Memória.

Os historiadores sabem que o conhecimento que produzem não é mais que uma das modalidades da relação que as sociedades mantêm com o passado. As obras de ficção, ao menos algumas delas, e a memória, seja ela coletiva ou individual, também conferem uma presença ao passado, às vezes ou amiúde mais poderosa do que a que estabelecem os livros de história (CHARTIER, 2009, p. 21).

Os limites e potencialidades das obras memorialísticas como fonte para a História da Educação devem ser considerados tendo em vista sua existência concreta, historicamente situada. É preciso que tenhamos ciência de que o documento deve ser tomado em seu contexto, o que permite o alcance de suas dimensões históricas, e não apenas tomado como um “espelho do real”. No entanto, esse é um cuidado que deve ser tomado com todo e qualquer tipo de fonte, e não apenas em relação as obras memorialistas, uma vez que todas elas trazem as marcas de quem as produziu, seja do ponto de vista individual, coletivo ou institucional. Porém tais marcas não invalida nenhuma obra para ser usada como documento. Assim, as memórias publicadas pela Coleção Mossoroense merecem ser tomadas como fontes

e suas memórias não devem cair no esquecimento, pois esclarecem dimensões importantes da história dessa instituição de ensino como, por exemplo, aspectos da vida cotidiana da escola.

É interessante observarmos que Raimundo Nonato (e isso é perceptível já no início do livro *A Escola Normal de Mossoró*) tinha a intenção de deixar preservados através da escrita os fatos e as datas sobre a Escola Normal de Mossoró para que estes pudessem servir de fontes para os historiadores futuros. Assim, essa obra tem por objetivo tornar-se ela mesma fonte histórica ao descrever os fatos, datas e detalhes importantes da história da Escola Normal de Mossoró contada por quem a vivenciou e pesquisou sobre ela. Vejamos o que nos disse Nonato (1973, p. 5):

E como por uma intuição natural, as coisas teimam em me assegurar que não serei presente às comemorações do seu PRIMEIRO CENTENÁRIO, que vem aí, pelo ano de 2022, submeto-me a essa implacável lei da razoabilidade, escrevendo para as futuras gerações. DAI, a minha intenção de contribuir, embora modestamente, com o trabalho dos futuros historiadores da ESCOLA, através destes registros de que faço veículo “O MOSSOROENSE” e da coleção Mossoroense, que passarão a ser forçosamente, fonte de consulta. Não há nisto, evidentemente nenhuma preocupação de alcançar mérito literário, pois trato apenas de situar nomes, datas e números relacionados com a vida e com a crônica do tradicional educandário mossoroense.

Nonato, tinha consciência não só da finitude inevitável de todos aqueles que fizeram parte da história da Escola Normal, inclusive ele, como também o possível extravio e desaparecimentos dos documentos relativos à escola. Como grande humanista que era, herdeiro de uma tradição, costumava registrar suas memórias em matérias jornalísticas e livros e escolheu o jornal *O Mossoroense* e a coleção *Mossoroense* como lugares para a guarda da memória de uma época que ele julgava não deveria ser esquecida. Atitude também do escritor Walter Wanderley e do jornalista Lauro da Escóssia. Esse humanismo que partilhavam pode ser observado quando Nonato ao prefaciar a obra de Walter Wanderley nos apresenta Eliseu Viana como um humanista e o coloca como exemplo para uma geração.

Mestre na concepção dinâmica do termo, e homem de alto saber humanístico, que se fixava, especialmente, no setor de Filosofia e História da educação – no seu mais justo conceito clássico – era admirável sua versatilidade na interpretação dos textos doutrinários em que se estribavam as vetustas escolas dos grandes pensadores da antiguidade (2001, p. 8).

Apesar de narrar fatos ocorridos principalmente nas primeiras duas décadas do século XX, esses livros começaram a ser escritos apenas a partir da década de 40 do mesmo século. Essas narrativas tornaram-se públicas primeiramente ao serem publicadas em jornais, em forma de crônicas ou artigos de opinião. Somente foram publicados na íntegra e em forma de livro entre as décadas de 50 e 80 do mesmo século. Algo que pode ser explicado, como nos

ensinou Barros (2009), pelo fato de que quando a memória viva de determinados processos e acontecimentos começa a se dissolver através do desaparecimento natural das gerações que os vivenciaram, começa a se tornar ainda mais necessário um movimento de registro destas memórias. Algo que podemos observar nas palavras de Nonato (1973, p. 19):

E daquele ponto de partida, há tantos anos esquecidos, vou recomeçar uma grande viagem e reiniciar a narração, continuar as memórias. Neste contacto do passado, a vida vai recomeçar... Nele vão desfilar, como se fossem paisagens caleidoscópicas, os quadros e as reminiscências de uma época desgastada com o tempo, também pelo fenômeno de desmemorização dos seus remanescentes.

Como nos mostrou Nora (1993), se a memória não corresse o risco do esquecimento, ou ainda, se ela fosse vivida plenamente não haveria necessidade de lhe consagrar lugares onde pudesse se ancorar. Quando a memória deixa de ser vivida no interior dos grupos ela necessita de suportes exteriores, o que para ele levou à obsessão pela construção de arquivos. A partir de então deixa de ser uma memória viva para tornar-se uma memória arquivo. A obrigação individualizada da memória levou todos a transformarem-se em historiadores de si mesmos. A memória tornou-se um dever.

Nora (1993,p. 9) nos apresenta a relação da história com a memória:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente: a história uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam: ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas censuras e projeções. A história porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga a continuidades temporais, às evoluções, e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo.

Paul Ricoeur (1994) atentará para o fato de que a Memória é sempre a memória de alguém (ou de um grupo) que faz projetos e visa ao devir. A memória não é um mero depósito de dados e de informações relativas à coletividade ou à vida individual. Devemos pensar na Memória como instância criativa, como uma forma de produção simbólica, como dimensão fundamental que institui identidades e com isto assegura a permanência de grupos.

É importante ressaltar que os autores das obras que são fontes dessa pesquisa têm em comum o fato de terem tido contato com a Escola Normal Primária de Mossoró no período estudado. Raimundo Nonato da Silva e Lauro da Escóssia foram alunos da primeira turma da Normal de Mossoró, já Walter Wanderley foi aluno do Grupo Escolar “30 de Setembro”, escola anexa à escola normal. Todos eles tiveram forte ligação entre si: eram amigos, se encontravam para longas conversas sobre o seu passado, suas memórias serviam de fonte um para o outro. Gostavam inclusive de trocar prefácios e apresentações: Raimundo Nonato tanto prefaciou a obra de Walter Wanderley como teve livro seu prefaciado por Walter Wanderley.

Também faziam parte das mesmas associações culturais, a saber: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), da Academia Norte-rio-grandense de Letras e do Instituto Cultural do Oeste Potiguar (ICOP) entre outras. Ligados ao Direito, a educação, a política e ao jornalismo, eram escritores e, portanto intelectuais. Humanistas, se sentiam herdeiros de uma tradição e costumavam registrar suas memórias e publicá-las em jornais e livros.

A obra *Eliseu Viana o educador: (1890-1960)* de Wanderley fora prefaciada por Raimundo Nonato. Ele a descreve como um ensaio, um livro de memorização, uma recomposição dos fatos. Nesse mesmo prefácio Nonato demonstra mais uma vez o seu desejo de que as obras se configurem como documento para as gerações futuras: “Neste livro de conotação do tempo e do espaço, tudo está definido, contado e marcado em lugar certo, porque êle tem o sentido de uma mensagem endereçada às gerações do futuro.” (2001, p. 7)

Interessante também é a maneira como esses escritores se referem a Mossoró: a província, o torrão, o burgo, o empório comercial, a capital da zona Oeste do Estado, a cidade tentacular. E a Escola Normal de Mossoró aparece como um micro-cosmo da grandiosidade da cidade.

3.2 A necessidade de uma escola de formação de professores para Mossoró

Como citado no 1º capítulo desta dissertação, a Escola Normal Primária de Mossoró foi criada pelo Decreto nº. 165, de 19 de janeiro de 1922. Apesar de ter sido criada em 1922, já em 1913, através do depoimento de d. Celina Guimarães colhido por Walter Wanderley e publicado na sua obra *Eliseu Viana: o educador 1890-1960*, é possível constatar que a Escola Normal de Mossoró já era um projeto político em nível estadual. A vinda de Eliseu para Mossoró desde o início esteve atrelada à fundação da Escola Normal, conforme podemos observar na citação abaixo:

Naquele final de 1913, eis que chega a Acari o Diretor-Geral da Instrução Pública, dr. Manuel Dantas. Era portador de um convite do Governo a Eliseu e Celina, da transferência deles para o Grupo Escolar “30 de Setembro”, de Mossoró. Dizia, justificando-o, que estava precisando de um novo diretor para o Grupo e o nome indicado fôra o do prof. Eliseu Viana. O convite era também extensivo a d. Celina para reger a cadeira Infantil Mista do mesmo Grupo. Falava-se, dizia o dr. Manuel Dantas, na criação da Escola Normal de Mossoró, e podia adiantar que o Governador do Estado pretendia nomear o prof. Eliseu para a sua direção. Era um compromisso que êle viera assumir, desde já. O prof. Eliseu, diante da surpresa do convite, pôde apenas dizer: - “Ora, dr. Manuel Dantas, é uma honra para mim ter o meu nome lembrado. Sempre desejei criar alguma coisa dentro do ensino e reorganizar o Grupo Escolar de Mossoró e mais tarde dirigir a Escola Normal, é um supremo galardão, um prêmio até” (WANDERLEY, 2001, p. 34).

Segundo Raimundo Nonato (1973, p. 7), utilizando-se de dados do recenseamento de 1921, na época da fundação da Escola Normal Primária de Mossoró, o Rio Grande do Norte tinha uma população estimada de 572. 135 habitantes; a cidade de Natal, sua capital, registrava 30.960 vivas almas; Ceará-Mirim constava com uma população de 26.000 indivíduos; já Santa Cruz e Caicó, tinha cada uma mais de 25.000 habitantes; Jardim do Seridó e Santana dos Matos constavam ambas com população superior a 21.000 pessoas; Mossoró, a esse tempo possuía uma população de 20.300 habitantes. Esses dados populacionais chamaram a atenção de Nonato, porque, segundo ele, demonstram que, ao contrário do que seria esperado, não foi o fator demográfico que determinou a escolha do município que receberia a primeira Escola Normal instalada fora da capital.

Nonato (1973, p. 8-9) conclui que os dois possíveis fatores que levaram à instalação dessa escola na cidade de Mossoró foram tanto a tradição de seus colégios, quanto o fator econômico comercial. Fora da capital do Estado foi em Mossoró, no início do século XX, anos de 1900 e 1901, que se fez funcionar pioneiramente dois grandes educandários voltados para o ensino das humanidades, a saber, Colégio Sete de Setembro e Colégio Diocesano Santa

Luzia. Já quanto o cenário econômico-social, naquele ano de 1922, no Rio Grande do Norte, Mossoró era a segunda cidade na hierarquia da arrecadação de impostos, ou seja, contribuía de forma significativa para a engorda do orçamento do Estado. A cidade de Mossoró ainda se encontrava, a essa época, na Era do seu Apogeu Comercial, constituindo-se como um dos mais fortes centros comerciais do interior nordestino, abastecendo cidades do interior do Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba e Pernambuco, desde o final do século XIX.

Em 1870, precisamente aos 11 de novembro, a vila é elevada a cidade, que já contava com uma praça comercial. O ciclo do gado não era mais uma economia hegemônica, a cidade cumpria a função de empório comercial que fez surgir outros capitais e outros sujeitos sociais, representados pelo comerciante, comprador e exportador. Nascia, assim, uma burguesia mercantil, relativamente dinâmica, que impunha uma nova organização do espaço urbano, no intuito de consolidar a função de entreposto comercial de uma significativa região, a qual envolvia grande parte do sertão do Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará. É nesse momento que surgem os primeiros arranjos no espaço da cidade, seja através de políticas públicas, por iniciativa privada ou ambas associadas (FELIPE, 2001, p. 17).

É importante percebermos que para Raimundo Nonato configura-se como relevante pensar as motivações que levaram Mossoró a ser escolhida, pelo Governador Antônio José de Melo e Souza¹⁶, para sediar a primeira escola de formação de professores no interior do Rio Grande do Norte, pioneirismo de que ele se orgulhava. Mossoró era à época da instalação da Escola Normal Primária, possuía energia elétrica, telégrafo, estrada de ferro, jornais, associações literárias e esportivas, escolas de ensino primário e secundário, teatro e sala de projeção cinematográfica. Era um grande empório comercial.

A elite agrário-comercial de Mossoró adquire com a convivência com os estrangeiros hábitos e formas de comportamentos cosmopolitas, daí o consumo de tecidos finos vindos da França e da Inglaterra, as temporadas das companhias teatrais e estrangeiras, o gosto pela leitura que induzia a formação de bibliotecas com livros adquiridos na Europa e no Rio de Janeiro. A criação de instituições culturais, bibliotecas, clubes literários, semanários, jornais, grupos de teatro amadores e sala de projeção cinematográfica sinalizavam os novos hábitos da modernidade local que se completavam com a criação dos colégios para a instrução secundária, no caso, o Colégio Sete de Setembro, criado em 1900 e o Colégio Diocesano Santa Luzia, em 1901. A postura cosmopolita ficava comprometida pela pobreza da maioria da população, naquele momento, bastante acrescida por anos de seca (FELIPE, 2001, p. 50-51).

Enquanto nas obras de Nonato (1968, 1973a, 1973b, 2001) é uma constante os motivos que justificam a vinda da escola normal para Mossoró, no livro de Walter Wanderley a ênfase é no relato do quão difícil foi a vida da Escola Normal para Mossoró:

¹⁶ Antônio José de Melo e Souza, governou o Rio Grande do Norte por dois mandatos, primeiro entre os anos de 1906-1908 e o segundo mandato de 1920-1923. Era um intelectual: professor, romancista e jornalista. E teve seus governos sempre ligados a conquistas na área de educação.

‘Forças Ocultas’, já existiam naquela época, retardaram, o mais que puderam, a criação da Escola. Natal não queria perder sua posição nesse setor de ensino e daí êsses seis anos pacientemente esperados pela terra mossoroense, embora intercalados de relatórios, pedidos, sugestões, protestos veementes de tôdas as suas classes sociais e administrativas. Viagens sucessivas de Eliseu a Natal. Enfim, o Governador do Estado dr. Antônio José de Melo e Sousa face aos últimos protestos e relatórios enviados pelas fôrças políticas e econômicas do município, assinou o ato criando a Escola Normal Primária de Mossoró. A 30 de janeiro de 1922, o prof. Eliseu Viana era designado para dirigi-la interinamente. Os mossoroenses não gostaram daquele *primária*. Fôra estranhamente pôsto alí talvez para situá-la em secundário à de Natal. Em outro ato, na mesma data, era a prof.^a Celina Guimarães Viana comissionada para reger interinamente, a cadeira de Desenho, Trabalhos, Manuais e Economia Doméstica da mencionada Escola. Dera-se, afinal, parto da montanha. Mossoró passaria a ter um estabelecimento educacional que, realmente, poderia mudar o seu destino. E a escola Normal de Mossoró continuou assim até que o interventor Mário Câmara, pelo decreto nº 693, de 16-7-1934, equiparou-a à Escola Normal de Natal (WANDERLEY, 2001, p. 55-56).

Podemos conjecturar algumas formulações que, de certa forma, explicam essa resistência em fundar em Mossoró uma escola normal e que podem nos dar pistas das tais “forças ocultas”. Primeiro, a ligação de líderes políticos locais com o projeto da vinda dessa escola, pode ter tornado a sua implantação uma disputa política, ou seja, a Escola Normal Primária de Mossoró pode ter sido um quinhão de guerra. Em segundo lugar, a essa época a Escola Normal de Natal concentrava as discussões e decisões referente ao ensino primário, à formação de professores e as causas educacionais do Estado, talvez a criação de outra escola normal fosse vista, por alguns, como uma perda de poder de decisão, o que explicaria o fato de ao ser criada a Escola Normal de Mossoró (e por dozes anos) não era equiparada à Escola Normal de Natal. O certo é que a crença por parte do governo de que a expansão do ensino primário seria fundamental para a modernização do estado e a urgente necessidade de professores que essa implantação gerou preponderou, além, claro da força econômica que Mossoró representava nesse momento histórico.

Um dos pontos mais intrigantes da narrativa é a resistência, que os autores aqui estudados relatam, dos mossoroenses em aceitarem o título de Escola Normal Primária, já que isso tornava essa escola inferior a de Natal que seria secundária. No entanto, em relação à Escola Normal de Natal, vejamos o que nos dizem Aquino & Stamatto (2008, p. 1413):

No final da década de 30, a escola passou de Normal Primária a Normal Secundária, através do decreto de nº 411 instituído em janeiro em janeiro de 1938, o qual reformou o ensino normal Norte-Riograndense (RIO GRANDE DO NORTE, 1938). Separou o curso de formação geral, do curso profissional, foram introduzidas as disciplinas ditas modernas, baseadas nas ideias escolanovistas, tais como: a Psicologia, a Sociologia, a Antropologia Educacional. Estas se traduziam num avanço educacional.

O que de fato existia e que tornava a Escola Normal Primária de Mossoró num grau menor que a de Natal era a formação mais rápida e um currículo menor, como veremos mais a frente.

Conforme nos mostra Wanderley (2001), apesar da grande oposição que existia por parte de alguns grupos políticos da capital, o governador Antônio de Melo e Souza entendia que havia a necessidade de organizar uma escola que preparasse professores para servir no alto sertão. Mossoró, por suas condições culturais, possuía colégios desde 1900, matinha imprensa regular (os jornais, *O Mossoroense*, da família Escóssia e, *O Nordeste*, de J. Martins de Vasconcelos), centros de atividade culturais, sendo o local que poderia exercer esse importante papel no sertão potiguar. Essa luta que visava, segundo o autor, o progresso da região foi encabeçada pelo prof. Eliseu Viana e este teve o apoio de políticos, empresários e intelectuais da cidade. Sem dúvida, isso expressa o que nos fala Nóvoa (1999, p. 19):

A profissão docente exerce-se a partir da *adesão coletiva* (implícita ou explícita) a conjunto de normas e valores. No princípio do século XX, este ‘fundo comum’ é alimentado pela crença generalizada nas potencialidades da escola e na sua expansão ao conjunto da sociedade. Os protagonistas desse desígnio são os professores, que vão ser investidos de um importante poder simbólico. A escola e a instrução incarnam o progresso: os professores são os seus agentes (grifo nosso). A época de glória do modelo escolar é também o período de ouro da profissão docente.

A importância da vinda dessa escola para Mossoró foi descrita por Wanderley (2001) quando esse transcreveu uma reportagem do jornal O Nordeste que narra a recepção calorosa de Eliseu Viana e Celina Guimarães Viana ao chegarem de Natal após o Decreto de criação da Escola Normal primária de Mossoró:

Deve-se, em grande parte, ao dr. Eliseu Viana, a criação da Escola Normal de Mossoró. Seu constante vaivém entre Mossoró e Natal, entendimentos com o Governador do Estado e Diretor do Departamento de Educação, entrevistas dadas aos jornais da Capital, portador que foi de abaixo-assinados e relatórios do povo, administração e comércio daquela cidade, todo esse esforço teve, por fim, depois de alguns anos de espera, o resultado desejado. E, tal foi o reconhecimento desse trabalho que, a respeito, já de volta da capital do Estado, com o Decreto de criação da Escola, publicado no Órgão Oficial, o jornal O Nordeste, nº 166, de 9-2-1922, faz o seguinte registro: “Acompanhado da Exma. Esposa d. Celina Viana, chegou de Natal, 29 do mês findo, nosso distinto e particular amigo – dr. Eliseu Viana, recentemente diplomado bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito do Ceará. Dr. Eliseu, diretor do Grupo Escola “30 de Setembro”, veio nomeado Diretor da Escola Normal desta cidade, ora criada pelo governo estadual, e que há de funcionar brevemente. S. S. teve carinhosa recepção de amigos e familiares, na gare da Estrada de Ferro, de onde seguiu até a residência do farmacêutico Jerônimo Rosado, onde foram servidos aos presentes bandejas de cerveja e licores, a par de bom acolhimento. Nossos cumprimentos de boas vindas ao dr. Eliseu Viana” (WANDERLEY, 2001, p. 83).

A Escola Normal foi instalada, em um prédio, localizado na Rua Dionísio Filgueira (onde atualmente funciona a Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN), esse local chamava-se na época de Alto do Pão Doce. Esse edifício já tivera várias utilizações e, nele funcionava, desde 1909, o Grupo Escolar 30 de Setembro e por esse fato o prédio precisou passar por algumas reformas para receber a Escola Normal e permitir o funcionamento das duas instituições no mesmo prédio.

A sede da instituição fôra um aproveitamento de emergência do antigo prédio do *Alto do pão Doce*, que servira de hospital de variolosos, 1877/79, perdido em pleno mato e situado depois do local onde existia a primeira casa de pólvora [...] O prédio teve várias utilizações inclusive no serviço público, onde se realizaram eleições, vindo daí o nome de *Alto do pão doce*, dado àquele local, em razão do lanche de pão doce levado para os Mesários, durante a votação. Anos depois, foi instalado o Colégio “Sete de Setembro”, no início do século, em 1900, dirigido pelo paraibano Antônio Gomes de Oliveira Barreto, que o transferira de Bejo do cruz. Ali ficou até os fins de 1903, ano seco, quando todos, temendo uma epidemia, aconselharam o prof. Antônio Gomes a transferir o estabelecimento para Serra do Martins [...] O edifício não perdera sua tradição e, em 1909, ali se instalara o Grupo “30 de Setembro” (WANDERLEY, 2001, p. 96-97).

Informação que também encontramos na obra de Nonato (1973b, p. 25-26):

Acredito que, de todas as imagens desse passado, a que permanece mais viva no meu pensamento é, sem dúvida, a do velho casarão de cor cinzenta, que ficava no Alto do Pão Doce, pois aí morava a escola. O prédio rustico e secular e de estilo indefinido, estava marcado para o destino singular de agasalhar instituições de ensino e cultura. Assim, rememorando os fatos, a crônica registra nele a presença do Colégio Sete de Setembro, que durante quatro anos se alojou debaixo do seu teto. [...] Não se passaram muitos anos, e outro acontecimento que ficou na memória do povo teve lugar naquele edifício. A 12 de maio de 1909, era alí instalado, oficialmente o grupo 30 de Setembro, criado pelo Decreto n.º 180, de 15 de novembro de 1908 [...] Finalmente, numa sucessão de fatos ligados ao ensino e seus problemas, vinha pedir acolhida, à sombra das suas telhas a Escola Normal de Mossoró [...] não seria demais esclarecer que o prédio do Alto do Pão Doce foi construído para servir de hospital aos variolosos da seca de 77/79, quando grupos de retirantes morriam à mingua, estregues à própria sorte.

Em *Memória de um retirante*, Raimundo Nonato (2001, p. 121) fala novamente sobre o prédio onde se instalou a Escola Normal Primária de Mossoró. Diz que o prédio abrigaria a escola apenas a título de empréstimo e demonstra que achava inadequado o prédio em que foi instalado a Escola Normal Primária de Mossoró, mesmo que nele tenham sido realizadas reformas. Algo que nos remete ao que aconteceu com a Escola Normal de Natal que ao ser criada também não tinha sede própria:

Naquele estabelecimento que passaria a ocupar o antiquado prédio do Grupo escolar da Praça do Moinho. Como fossem, porém, as instalações antigas as mais precárias, de alguns meses pra cá, se processaram, no velho casarão do Alto do Pão Doce, apressadas remodelações, procurando adaptá-lo, por força das necessidades, às exigências da nova instituição, que passaria nele a se abrigar, a título de empréstimo, e que por lá permaneceria dias sem fim, e talvez, sem maiores esperanças de

localização mais condizente com sua alta finalidade educativa. Todas as tardes, quando retornava do centro alegre da cidade para o recanto esquecido do Bom Jardim, mais por curiosidade do que, propriamente, por interesse, deitava uns olhares de esguelha àquelas paredes que tentavam, com o aspecto rústico da primitiva construção. De todo esse trabalho, levantando a calçada, alargando as estradas e tampando buracos, inevitavelmente chegaria o serviço ao seu limite, e lá um dia a quem transitasse pela praça, era dado observar, emergindo alto, bem da parte central do edifício, em caracteres berrantes, de impressionar pelo tamanho e desproporção que guardava dos espaços, a modéstia inscrição – ESCOLA NORMAL – que representava o novo batismo da casa. Com este nome de agora por diante, se enriqueceriam a nomenclatura da cidade e os destinos da tentativa cultural que nascia debaixo daquele signo.

Para Raimundo Nonato (1973) a obra de reforma e adaptação do prédio só foi possível pela dedicação de Jerônimo Rosado. Jerônimo era farmacêutico, comerciante, professor de Física e Química do Colégio Sete de Setembro, político (foi membro da Intendência Municipal no triênio de 1908-1910 e seu presidente entre 1917-1919), patriarca da família Rosado, essa que até os dias atuais domina o cenário político da cidade.

O PRÉDIO E AS INSTALAÇÕES – A ESCOLA NORMAL iria funcionar no mesmo e velho edifício, onde se encontrava, desde 1909, o GRUPO ESCOLAR 30 DE SETEMBRO. A casa tinha tradição de ensino. Ali, vivera seus dias áureos o colégio do pedagogo paraibano ANTONIO GOMES. Muitos outros serviços também por lá tinha vivido, acolhidos a sua sombra. Os trabalhos de adaptação foram dirigidos pelo farmacêutico JERONIMO ROSADO, que fez daquela obrigação uma espécie de sua casa, pois até o almoço (o depoimento é de sua filha SEIZE ROSADO) hoje, falecida, sua mãe mandava-o numa marmita, e ele se alimentava sentado a sombra de um pé de tamarindo que dava sombra ao pátio. A água, segundo a informante, era mandada pela vizinhança, em quartinha resfriada. Ali, passava o dia inteiro, discutindo com o mestre-de-obra, o pedreiro JOÃO DIAS, que também era teimoso como ROSADO. Com essa dedicação a obra foi executada sem transtornos, e o prédio ficou em condições de receber a nova escola (NONATO, 1973a, p. 10-11).

Sobre as reformas no edifício para instalação da Escola Normal Primária de Mossoró também nos falou Walter Wanderley (2001, p. 98):

Em princípio de 1922, é chegado o período áureo do velho prédio, remodelado e transformado na sede da Escola Normal. Êsse trabalho material considerável, foi dirigido pessoalmente pelo farmacêutico Jerônimo Rosado, num elogiável esforço de abnegação e paciência. Inclusive fazendo ali, muitas vezes, as suas refeições, embaixo de um tamarineiro, recebendo moringas de água da vizinhança, como conta Luís da Câmara Cascudo, no livro *Jerônimo Rosado (1861-1930) – Uma ação brasileira na província* – Pongetti – Rio, 1967.

Em alguns textos da historiografia local, a figura de Jerônimo Rosado aparece mitificada e ligada à vida de Mossoró no período da Primeira República. Câmara Cascudo, afirmou que Jerônimo Rosado contribuiu fundamentalmente para vinda do progresso e da civilização para Mossoró, pois este teve sua vida marcada pelo esforço que fez em prol da construção da Estrada de Ferro Mossoró – São Francisco, do açude Taboleiro Grande e da criação de escolas. Segundo Cunha (2012, p. 152):

Luís da Câmara Cascudo vai destinando a Jerônimo Rosado um lugar de liderança junto à elite, tornando centro gravitacional da bandeira de luta contra a seca e também pela civilidade, tendo em vista que para essa elite, a Estrada de Ferro, a solução do problema de abastecimento d'água e instrução dos jovens, são elementos vitais para a construção da realidade civilizada [...]

A incursão pela historiografia local nos fez perceber que palavras como modernização e progresso são conceitos fundamentais para qualquer reflexão sobre a sociedade mossoroense na Primeira República (1889-1930). Esse é um período da construção de grandes obras e de muitas mudanças na cidade de Mossoró, a instalação de importantes escolas, tais como, o colégio Sete de Setembro (1900); o colégio Diocesano Santa Luzia (1901), com uma formação somente para meninos; o Grupo Escolar 30 de Setembro (1909), a Escola Comercial União Caixeiral (1912), a Escola Sagrado Coração de Maria (1912), chamado também de Colégio das Freiras, com uma educação voltada ao ensino de meninas; a Escola Normal (1922); e também da construção da Estrada de Ferro (1915); da instalação do Serviço de Energia Elétrica e Iluminação da cidade (1916) e a construção de importantes açudes e barragens, entre outros.

Os primórdios do que chamamos modernidade remontam à Europa do século XVIII, mas seu apogeu se dá no compartilhamento dos preceitos da modernidade com a zona de influencia dos países europeus no século XIX. Porém, tais preceitos da modernidade, e modernidade enquanto padrão, não se esgotam com fim do século XIX, eles adentram o século XX. No início do século XX, no Brasil, é possível observar, por parte de nossos governantes e intelectuais, a busca da construção de uma sociedade, que se quer moderna, a partir da utopia do progresso linear para humanidade. E nesse contexto a educação como valor de civilização mostra-se como remédio contra a barbárie e o atraso. Tal formulação nos permite pensar a vinda da Escola Normal Primária de Mossoró como representação da busca de civilizar o sertão através da formação dos professores, já que como nos falou Veiga (2002) e Villela (2011) os professores foram os principais agentes do processo civilizador almejado pelas elites brasileiras. Sobre a modernidade vejamos o que explica Magalhães (2005, p. 99-100):

Por modernidade visa traduzir-se um conjunto amplo das transformações históricas, cuja linha evolutiva ficará marcada por uma grande afinidade ente as instituições (sua gênese, evolução, ruptura), as ideologias (suas formas de mobilização e de acção), e os grupos, suas dinâmicas, mobilidade, participação, inclusão, (re)composição, nos planos social e cultural. Ou seja, em outro registro epistêmico e de forma simplificada, pode dizer-se que a modernidade ficara historicamente marcada por um processo de articulação entre estruturas e sujeitos, através das instituições e dos grupos. Ainda que corresponda a um grande movimento histórico para o progresso e para o desenvolvimento, marcados por homologias e sentidos

evolutivos comuns entre o social, o material e o cultural, estruturados basicamente por referência ao Estado-nação, a modernidade não deixa de ser perpassada por tendências e orientações de sentido contrário e por alguns paradoxos [...] Movimento de longa duração, pois que há dimensões que a gênese remonta ao século XVII, a modernidade compreende basicamente três grandes eixos de desenvolvimento histórico: científico/tecnológico; político-social; ideológico-cultural. Beneficiando do método experimental a partir do século XVII, e reforçada ideológica, metodológica e substancialmente com o Iluminismo, a ciência integra desde então a evolução histórica, nos planos, macro, meso e micro [...] No plano político-social, a modernidade, iniciando-se com uma revolução na instituição do poder político – definitivamente atribuído à nação que o delega no estado –, caracterizou-se por uma radical transformação das estruturas e da sociedade, superando definitivamente a organização hierárquica do Antigo Regime, através de classes sociais progressivamente indexadas ao capitalismo e aos modos de produção, circulação e terceirização industrializados e mecanizados. Associadas ao urbanismo, estas mutações traduzem-se em novas dinâmicas e formas de hibridismo e de inclusão, afirmação e participação social. Ainda no plano cultural a modernidade ficará marcada por uma prevalência progressiva da cultura escrita perante a cultura material, por uma afirmação do impresso, designadamente sob a forma de livro [...] Ainda nos planos científico, político e social, a modernidade ficará também marcada pela cultura escolar e pela escolarização. Instituído-se e universalizando-se, a escola e o processo de escolarização constituíram-se um dos movimentos mais fecundos de informação, normalização, integração e mobilização social e ideológica dos últimos tempos. De forma integrada, o contexto traduz-se, entre outras, pelas categorias de: progresso, desenvolvimento e cidadania.

Nas primeiras décadas do século XX, o Brasil republicano, testemunha o fenômeno da industrialização e da urbanização. O desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação, a expansão da imprensa, dos códigos escritos e as novas técnicas de trabalho e aprendizagem exigiam um novo padrão de comportamento e pensamento, a serem apreendidos através da instrução escolar. Nesse sentido, a educação primária representada pela figura do grupo escolar e a formação do professor primário pela escola normal são elementos que expressam o desejo de uma sociedade em modernizar-se e com isso inserir-se no rol das sociedades civilizadas.

3.3 A instalação oficial da Escola Normal de Mossoró e a sua organização e funcionamento

Conforme Decreto nº 165 de 19 de janeiro de 1922 (decreto esse transcrito na íntegra, no corpo do texto, por Walter Wanderley, 2001, p. 85-86) a Escola Normal Primária de Mossoró, era destinada, especialmente, ao preparo de professores para as escolas isoladas, rudimentares e ambulantes do interior do Estado. Quando criada a escola Normal Primária de Mossoró não tinha os mesmos atributos da Escola Normal de Natal. Como nos mostra Nonato (2001, p. 126):

Dalí começariam a sair, de agora por diante, professores para as escolas rudimentares e isoladas. Os Grupos Escolares continuariam a ter provimento com os professores diplomados na Escola de Natal, pois que a de Mossoró com um currículo de apenas de três anos, era um estabelecimento com atribuições mais restritas, preso, como se encontra pela própria lei, àquela subdenominação esdrúxula de Escola Normal Primária de Mossoró.

Em tese, a Escola Normal Primária de Mossoró diplomaria seus professores para o exercício da docência nas escolas de mais difícil acesso no interior da região Oeste do Estado do Rio Grande do Norte. Isso se comprova não só porque estava no corpo da lei, mas, sobretudo, pela própria narrativa de Nonato (1973b, p.24) quando nos fala da sua empolgação após a formatura:

Passados aqueles anos de desordenados estudos, deixava a forma de moldagem da cerâmica pedagógica da Escola Normal, feito professor normalista. Tudo dava a entender que, terminado o curso, estivesse em condições de ingressar no magistério estadual, começando com a nomeação para uma escola perdida no oco do mundo, lá nos confins do sertão dos cangaceiros, terras onde Judas perdeu as apragatas. O lugar não importava. Podia ser uma fazenda, um povoado com dez ou doze casas, até por muita sorte, um vilarejo tão sem importância, que nem ao menos constasse no mapa geográfico do Estado. O que significava muita coisa era o emprego, o dinheiro que iria receber dos cofres do tesouro. Enfim, professor de meninos...

A sessão de instalação da Escola Normal Primária de Mossoró, ocorreu em 02 de março de 1922. Segundo as narrativas aqui analisadas, fora um dia bastante festivo que arregimentou várias autoridades, locais e regionais, comerciantes e intelectuais. Raimundo Nonato da Silva, como testemunha ocular, descreve esse momento em duas de suas obras:

Em Memórias de um retirante (2001):

Da solenidade de instalação oficial da Escola Normal, guardo nomes e presenças inesquecíveis: Francisco Xavier, Jerônimo Rosado, Camilo de Figueiredo, Prof. Eliseu Viana, Dr. Antonio de Oliveira, Cunha da Mota, Bento Praxedes, Dr. José Gurjão, Manuel Assis, Dr. Soares Júnior, Irineu dos Santos e Manuel Chaves. O salão, que ficava depois da Diretoria, apresentava cor festiva. Além de autoridade, representantes da imprensa e do comércio, professores e alunos, a sociedade de Mossoró mandara, ali, os seus elementos de maior projeção. Confesso que esta foi, realmente, a primeira e grande reunião da vida social a que compareci. Durante os discursos, que, por sinal foram muitos, um dos oradores afirmou: esta escola vai mudar o destino de Mossoró (NONATO, 2001, p. 124).

Em A Escola Normal de Mossoró (1973):

Destaque-se dessa solenidade, de que hoje tão poucos dão notícia, que seus trabalhos foram dirigidos por FRANCISCO XAVIER FILHO, Presidente em exercício da INTENDENCIA MUNICIPAL DE MOSSORÓ. Foram notáveis os discursos então pronunciados pelo Dr. ELISEU VIANA, Diretor da Escola. Dr. ANTONIO DE OLIVEIRA, Juiz de Direito da Comarca, Dr. ALMEIDA CASTRO, Deputado Federal e o Coronel BENTO PRAXEDES, chefe-político opositor (NONATO, 1973, p. 11).

O curso dessa escola era comum aos dois sexos. Com duração de três anos, compreendia as seguintes matérias (Art. 2º): Português; Francês; Aritmética e noções de Geometria; Geografia Geral e particular do Brasil; História Universal do Brasil; Noções de Física, Química e História Natural; Educação cívica e Pedagogia; Higiene escolar e Educação Física; Trabalhos manuais; Economia doméstica para o sexo feminino; Princípios de música e cantos escolares; Desenho.

Tais disciplinas foram distribuídas da seguinte forma (Art. 3º): 1º ano – Português, Francês, Aritmética e Geometria, História, Música e Desenho; 2º ano – as mesmas matérias do primeiro e mais Educação Cívica e Pedagogia e Trabalhos Manuais; 3º ano – Noções de Física, Química e História Natural Aplicadas, Educação Cívica e Pedagogia, Higiene escolar, Educação Física e Economia Doméstica. Salienta-se que no segundo e no terceiro anos era obrigatória a prática escolar no Grupo “30 de Setembro”, anexo à Escola Normal.

O ensino das disciplinas do Curso deveria ser dado nas seguintes cadeiras (Art. 4º): 1 (uma) de Português; 1 (uma) de Francês; 1 (uma) de Aritmética e Geometria; 1 (uma) de Geografia e História; 1 (uma) de Física, Química e História Natural; 1 (uma) de Pedagogia e Educação Física; 1 (uma) de Higiene Escolar e educação Física; 1 (uma) de Desenho, Trabalhos Manuais e Economia Doméstica; 1 (uma) de Música e Cantos Escolares.

Observando essa grade curricular, assim como aconteceu com a maior parte das escolas normais, as disciplinas teóricas são mais contempladas do que as disciplinas específicas de formação docente. O que expressa um currículo com um caráter de formação intelectual, humanística, conteudista e enciclopédica. Também percebemos que o número de disciplinas é inferior ao da escola Normal de Natal, não só do currículo contemporânea, mas inferior ao currículo dos primeiros anos da Escola Normal de Natal, quando também tinha a duração de três anos.

Em Nonato (1973a, 11-12), encontramos a informação de que as primeiras nomeações de lentes e professores foram feitas a título provisório, pelo prazo de (um) ano, findo o qual deveria se processar o concurso para provimento efetivo das cadeiras. Os primeiros professores nomeados para o corpo docente foram: Eliseu Viana (Português), José Gurjão (Geografia e História), Antonio Soares Junior (Aritmética e Noções de Geometria), Tércio Rosado (Francês), Irineu Wanderley (Música), Celina Viana (Desenho e Economia Doméstica). Informação que também encontramos em outra obra sua:

De todos eles, dos velhos primeiros mestres, com suas virtudes, suas falhas, guardo memória inapagável, daqueles dias inesquecíveis do anos de 1922, quando a Escola Normal entrou em atividade. A relação do primeiro corpo docente, em que figuravam nomes de relevo, nas letras da província, era assim constituído: Dr. Eliseu Viana, Português; Dr. Tércio Rosado, Francês; Dr. José Gurjão, Geografia e História do Brasil; Dr. Antônio Soares, Aritimética e Geometria; Professor Irineu dos Santos, Música e Celina Guimarães, Desenho (NONATO, 2001, p. 125-126).

Entre a lista dos primeiros professores apenas uma mulher aparece no quadro docente da Escola Normal Primária de Mossoró. Algo que nos diz muito, pois mostra-nos que apesar da escola normal ser um espaço onde a maior parte dos alunos eram mulheres, entre os professores o números de homens supera o de mulheres e, sobretudo, elas pouco aparecem nos cargos de chefia. Algo que não é um mero fato corriqueiro, mas representa a forma pela qual a mulher era inserida nos espaços públicos. Basta observarmos o que pensava o Governador do Rio Grande do Norte Juvenal Lamartine¹⁷:

Nas Escolas Normais de Natal e Mossoró grande é o número de alunas, ao passo que o número de alunos e sempre diminuto [...] o ensino público não se pode privar da cooperação do elemento masculino, pois a prática nos tem demonstrado que, nos estabelecimentos dirigidos por homem, a atuação sobre o meio é muito mais intensa do que os dirigidos por senhoras (RIO GRANDE DO NORTE, *apud* AQUINO & STAMATTO, 2008, p. 1414).

Dentre as várias descrições feitas por Raimundo Nonato de professores da Normal em diferentes épocas apenas duas mulheres figuram entre elas: Professora Celina Guimarães e Professora Bertilde Guerra. Sobre as aulas da professora Celina Guimarães tece os seguintes comentários:

Dona Celina, a esposa do Diretor, era professora de Desenho. Exercia na escola uma espécie de Vigilância secreta, sombra de “Javert de saia”, espalhado por todos os recantos, por dentro e por fora da classe. Mantinha, deste modo, e com rara habilidade, o controle social e político dos alunos da escola Normal. Em tudo ela aparecia e dava sinal de sua vontade. A idéia das festas, o planejamento das atividades, orientação e sugestões tudo ela indicava com um risinho maneiroso, disciplinador, imperativo. Daquele jeito com aquela sua conversa inocente, fazia e desfazia, pois a professora de desenho era quem mandava, realmente, naquele setor da vida escolar. Dotada de uma qualidade excepcional de observação, ela sondava via e tomava conhecimento, com antecipação, de quanto ia acontecer Durante as aulas de desenho, passeava por entre as carteiras, girando um lápis-contê na ponta dos dedos, dando riscos indiferentes no caderno de um e de outro, conversando, soltando perguntas cujas respostas iam repisando, na teia de aranha, nas sutilezas de seu pensamento. Dona Celina exercia, de fato e de direito, a supervisão da Escola (NONATO, 2001, p. 136-137).

Em relação à Professora Bertilde Guerra, Nonato (1968, p. 207-208) faz o seguinte relato:

¹⁷ Juvenal Lamartine governou o Rio Grande do Norte no período de 1º de janeiro de 1928 ao dia 05 de outubro de 1930. Paradoxalmente a essa citação do discurso de Lamartine, ele ficou conhecido na história potiguar por se engajar na luta pela equiparação de direitos entre homens e mulheres. Eliseu Viana e Celina Guimarães eram amigos próximos de Juvenal Lamartine.

Diplomada pela Escola Doméstica de Natal, com um dos cursos mais brilhantes de quantos se apontam naquele educandário. Nomeada pelo Govêrno do Estado para a cadeira de Geografia e História da Escola Normal de Mossoró, substituindo o Dr. José Gurjão, onde passou a lecionar em 1923. A presença da nova docente na Escola Normal veio imprimindo uma orientação nova ao ensino. Desde as primeiras aulas, e diga-se de passagem, em substituição a um dos melhores professôres do estabelecimento. A prof.^a Bertilde Guerra conseguiu forma um ambiente de simpatia os rotineiros trabalhos das classes em centro de interesse e de motivação para o aprendizado. Grande parte da aula da professora era consumida no esforço com que ela estimulava o trabalho dos alunos. Quase uma revolução verificou-se com a indicação do livro didático, pois a professôra não apontava nenhum compêndio, de modo obrigatório. Apenas recomendava que lêssem qualquer autor, ou vários dêles, contanto que fôssem assim, acompanhando o programa e a matéria lecionada. O livro que vinha do outro professor era História Universal de João Ribeiro, por sinal, um livro de boa orientação para os estudantes do tempo.

Nos livros *A escola de outro tempo: professores de Mossoró* (1964) e *Memórias de um retirante* (2001), encontramos informações sobre alguns professores da Escola Normal de Mossoró, inclusive do período estudado nessa pesquisa. O que nos permite não só conhecer a formação de cada um como também ter contato com descrição das suas aulas.

José Gurjão, formou-se médico, em 1920, pela Faculdade de Medicina da Bahia. Figura entre os fundadores da Escola Normal Primária de Mossoró. Foi professor de Geografia, História, Português, Higiene Escolar e Educação Física. Vejamos o que Raimundo Nonato falou a respeito de suas aulas:

O Dr. José Gurjão era o professor de Geografia e História do Brasil. O ensino da disciplina era dado à margem dos programas dos compêndios de Geografia de Horácio Scrozzopp e da História do Brasil de João Ribeiro. Com vista ao critério dos livros indicados, pode-se ter uma idéia da qualidade e do valor do ensino ministrado. Logo cedo, o Dr. José Gurjão grangeara a fama de conhecedor de história, pois disso dera prova durante o exame de admissão dos candidatos ao primeiro ano [...] Com um método todo especial de conviver com a classe, num estilo de debates, suas aulas eram muito bem dirigidas e despertavam interesse geral. Já no segundo ano de escola, em 1923, por ter sido reprovado em Desenho pela Prof.^a Celina Guimarães, não acompanhei mais as aulas do Dr. José Gurjão, na série imediata. E, no primeiro ano, que passou a lecionar aquelas disciplinas, foi a Prof.^a Bertilde Guerra. A essa época, com a transferência do Prof. Eliseu Viana para Pedagogia, Moral e Civismo, o Dr. José Gurjão passou para a cadeira de Português. Não cheguei, assim, a freqüentar as suas aulas de língua vernácula, razão por que não posso formar juízo sôbre as mesmas. Pela cidade, corriam, no entanto, certos comentários, segundo os quais, em português, o Dr. José Gurjão deixara de ser o professor de Geografia e História, pois suas aulas eram muito diferentes [...] No ano de 1925, era o Dr. José Gurjão era meu professor de Higiene escola e Educação, voltando a ter o mesmo brilho do período inicial com aulas que ficaram memoráveis, nos velhos salões da Escola Normal (NONATO, 1968, p. 189-190).

Alfredo Simonetti era professor formado pela Escola Normal. Foi diretor da Escola Normal de Mossoró por duas vezes, de 14 de outubro de 1930 a 01 de janeiro de 1932 e de 19 de janeiro de 1934 até sua morte, a 23 de janeiro de 1939, e lecionou as disciplinas de Pedagogia e Pedologia (NONATO, 1968).

Eufrásio Mário de Oliveira, Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1909, foi professor de francês da Escola Normal de Mossoró em substituição a Tercio Rosado que fora lecionar outra disciplina. Esteve no exercício de diretor dessa escola em 1926 em substituição a Aprígio Câmara.

Antônio Quintela Júnior, era Jornalista, foi nomeado professor de Português da Escola Normal, em substituição ao Dr. Manuel Onofre. Sobre as aulas de Português encontramos a seguinte referência: “O jornalista Quintela Júnior era um homem de cultura e ensinava a Língua Portuguesa com muita proficiência. Nas suas aulas dedicava longo tempo, à análise dos temas camonianos. Seu roteiro gramatical era o do latinista maranhense Sotero dos Reis.” (NONATO, 1968, p. 188).

Nessas obras memorialísticas percebemos que a única escola de formação profissional na área de educação em Mossoró atraiu os jovens não só pelo desejo de formar-se para o magistério, mas, sobretudo, pela ânsia que tinham por um aprendizado de boa qualidade, considerando o corpo docente da Escola Normal de Mossoró ser de alto predicado, formado em sua maioria por professores que tinham algum título acadêmico e uma sólida formação cultural: Juízes, advogados, médicos, farmacêuticos, jornalistas, poetas, padres e professores diplomados na Escola Normal de Natal e Escola Doméstica de Natal. Atualmente vários são os nomes de professores da Escola Normal de Mossoró que são encontrados em livros de história do Rio Grande do Norte e nomeando ruas, escolas e órgãos públicos de Mossoró, tais como, Eliseu Viana, Celina Guimarães Viana, Antonio Quintela Júnior, Alfredo Simonetti, Manoel Onofre de Andrade, Mário Negócio de Almeida e Silva, Solon Moura, Cônego Amâncio Ramalho Cavalcante, Dom Jaime de Barros Câmara, entre outros.

À época, o corpo docente da Escola Normal era constituído de nomes que se recomendavam pelo seu valor e formação cultural. Assim é que quase todos os professores nomeados para o estabelecimento eram titulados por escola de curso superior (NONATO, 1968, p. 189).

É importante observarmos que apesar de existir alguns professores diplomados pela Escola Normal, ou seja, com preparo específico para o magistério, a maior parte dos professores da escola Normal Primária de Mossoró eram bacharéis em Direito e Medicina, além disso, era significativo o número de sacerdotes católicos entre os professores. Fato que também se apresenta como bastante relevante é, como nos mostra Nonato (1968), a partir do segundo ano de funcionamento da escola, em 1923, começou a “dança das cadeiras”, ou seja, a troca constate dos professores que lecionavam as disciplinas do currículo o que demonstra

que não existia um critério pedagógico para tal seleção e a mesma não acontecia por concurso e sim por nomeação. Segundo Wanderley (2001), os concursos passam a ser uma realidade na Escola Normal de Mossoró a partir da década de 30.

As lembranças dos nossos memorialistas fazem referências sobre as primeiras nomeações do pessoal docente dando destaque às qualidades intelectuais dos professores. O perfil do corpo docente da Escola Normal Primária de Mossoró sugere que a escola normal da época devia seu brilho não tanto à preocupação com formação pedagógica profissional, mas sim à ênfase dada à cultura geral. Outro fato que nos chamou a atenção é o que levava esses bacharéis a dedicarem suas vidas ao magistério? Como nos disse Nosella e Buffa (2002, p. 54): “Provavelmente o prestígio atribuído aos professores da Escola Normal daquela época é fruto da reverência da sociedade pela distinção cultural e não tanto pelos salários”.

Além dos professores a Escola Normal Primária de Mossoró era composta por secretário, Inspetor de alunos, porteiro, contínuo e servente. “Eram funcionários auxiliares da administração: Francisco Medeiros (Seu Chico), porteiro; Vicente Higino (Major), contínuo; Manuel Chaves, Ilná Melo Rosado e João Firmo da Costa, inspetores de aluno, e Manuel Assis (Mestrão), secretário crônico.” (NONATO, 2001, p. 126). Segundo Nonato (1973b, p. 12), os funcionários tinha o seguinte vencimento:

- 1 – DIRETOR: Dois contos e seiscentos mil reis anuais.
- 2 – PROFESSOR: três contos de reis por ano.
- 3 – PROFESSORES DE MÚSICA E DESENHO: Dois contos e quatrocentos mil reis anuais.
- 4 – SECRETÁRIO: Dois contos de reis por ano.
- 5 – INSPETORES DE ALUNOS: Um conto e quinhentos mil reis por ano.
- 6 – CONTINUO: Um conto e duzentos mil reis por ano.
- 7 – SERVENTE: Novecentos e sessenta mil reis por ano.
- 8 – VERBA DE EXPEDIENTE: Um conto de reis por ano.

Conforme narrou Wanderley (2001) Após a publicação do Decreto de criação da Escola Normal Primária, Eliseu Viana e Eufráasio Mário de Oliveira, líder político local, saíram visitando as famílias da terra, pedindo-lhes que mandassem seus filhos e filhas para o exame de admissão da escola que acabara de ser criada. E isso deu os melhores resultados. Dentro de poucos dias as inscrições estavam fechadas. Foi preciso até selecionar e dispensar alguns pretendentes, especialmente de famílias que tinham mais de um membro, o que não se

fez sem algum constrangimento à direção da Escola. Também a imprensa publicou matérias incentivando a mocidade local a participarem da seleção (WANDERLEY, 2001). Fato que fora apontado também nas memórias de Raimundo Nonato (2001, p. 122-123):

Vinha sabendo que, dias antes, o próprio diretor, acompanhado do Dr. Eufrásio de Oliveira, visitara as casas das famílias importantes onde havia jovens em idade escolar, e tinham pedido que os mesmos concorressem ao exame [...] Demais, a representação dos candidatos, atestava, também, a eficiência do trabalho do diretor, ao sair pela residência, em companhia do Dr. Eufrásio de Oliveira convidando os elementos que julgavam mais credenciados para integrarem o primeiro ano da escola. A campanha dera seus resultados positivos. As famílias tinha compreendido o bom sentido do apelo, tanto que o que se via, ali, era já uma espécie de uma seleção antecipada de valores onde se configuravam nomes, posição e estado econômico.

Para a primeira turma eram 40 vagas a que se inscreveram 50 pessoas. A seleção constou com prova escrita de português e matemática e prova oral das demais disciplinas. Em português foi solicitado que os candidatos produzissem uma carta convite. Em matemática pediu-se que escrevessem em linguagem numérica o número de vinte e três bilhões. Foram feitas também arguições. Vejamos o que nos conta Nonato (2001, p. 124):

A prova escrita de português foi a primeira. Assunto: uma carta de convite. Sabia decorada em duas ou três formas. Mas, a letra ruim, disforme, indecifrável, não dava maiores esperanças. As orais, forçosamente, seriam a reafirmação do meu atestado de incapacidade, pois de início em matemática, tive de entregar os pontos, sem atinar o meio de escrever em número, 23 bilhões. Botei e tirei zero, mas o resultado foi o mesmo: parece que o Dr. Soares desfrutou um bocado do meu embaraço. Ainda hoje, não sei por que em vez de ser arguido em português, como vinha sendo feito com os outros, fui logo chamado em História do Brasil. Esse salto de matéria, passando do professor mais moderado para o mais feroz, foi, aliás a minha salvação. Aquela conversa de saber Rocha Pombo, de cor e salteado, foi realmente uma prova de fogo. Tanto que, agarrando no ar a pergunta catastrófica do Dr. José Gurjão, respondi com facilidade, ao que parece com segurança, pois ante a admiração do examinador, fui até dispensado na chamada nas outras disciplinas.

Nonato (1968, p. 189) nos conta que as perguntas elaboradas e aplicadas pelo Professor de Geografia e História, José Gurjão, “tinham acabado com a pretensão de muita gente que se inscrevera sem o necessário preparo para a prova, amparada, talvez, nas esperanças dos pistolões, alguns ao que dizem muito poderosos.” Foram aprovados nesse processo seletivo 40 candidatos, mas apenas 39 se matricularam, dos quais, 28 eram mulheres e 11 homens. Uma aluna ovinete foi aceita para frequentar as aulas:

RAPAZES: Aduato Miranda, Joel Carvalho, Lauro da Escóssia, Lucilo Wanderley, Duodécimo Rosado, Raimundo Reginaldo, Odilon Bandeira, José Hemetério Leite, José Bandeira da Mota, João Batista de Oliveira (bitu), Raimundo Nonato da Silva. MOÇAS: Ozelita Cascudo, Ester Fernandes da Silva, Debora Caldas, Maria Anita Mota, Maria Eleonora Mota, Joaquina Veras Leite, Edite Leite, Isabel Dina, Raimunda Dias, Ernestina Leão, Benigna Cunha, Carmelita Almeida, Maria Silva, Maria elisa, Quatorzieme Rosado, Maurina Melo, Maria do Carmo, Delmira

Queiroz, Hilda Lopes, Leopoldina Fernandes, Navegantina Soares de Gois, Margarida Negueiros, Alina Wanderley, Felina Miranda, Laura de Souza Noronha, Maria Diniz Rocha, Vicência Décima Rosado e Estefânia Dias. 1 aluna oovinte – Trezieme Rosado (NONATO, 1973, p. 12-13).

Apesar de ser um estabelecimento misto acontece na Escola Normal Primária de Mossoró algo característico das demais escolas normais do país na época: o maior número de matrículas era de alunas, fenômeno conhecido como *feminização do magistério*. Walter Wanderley (2001, p. 99) destaca que a maior parte dos alunos matriculados na primeira turma da Normal de Mossoró eram filhos da elite política e econômica da cidade:

Assim, a primeira turma encontrava-se constituída de figuras representativas da sociedade local, filhas de ilustres comerciantes, autoridades e altos funcionários públicos. Tôdos integrava aquele conjunto, a exemplo das famílias de João Ferreira Leite, Manuel Cirilo dos Santos, Jerônimo Rosado, Cunha da Mota, Raimundo Leão, Francisco Ricarte, Avelino Cunha, Olinto Cascudo, Manuel Benício, José Martins de Vasconcelos e outras.

Mas, existiam as exceções. Raimundo Nonato, por exemplo, é uma delas. Já que o mesmo era engraxate e não tinha posse e nem sobrenome ilustre. Ele chegara a Mossoró como retirante que fugia da seca. Algo muito comum em Mossoró, já que no início do século XX era para Mossoró que a população pobre da região Oeste do estado migrava para fugir da seca. No entanto, apesar das exceções é possível observar que a maior parte dos alunos era proveniente das classes médias e altas da cidade.

Além de seleção, os alunos deveriam também ter boa morigeração. Basta observarmos o que narrou Escóssia (1981, p. 39):

Tive receio de não ser admitido, por se tratar de um estabelecimento misto, de vagas limitadas para o primeiro ano, em razão do que estava tendo uma seleção. Sei que ao apresentar a documentação exigida pelo regulamento da Escola houve uma discordância de um dos professores com o diretor, não querendo aquele admitir que eu fosse incluído como aluno, por ser um jovem turbulento, incorrigível, dizia o professor, ao que o diretor Eliseu Viana argumentava: – Deixe comigo. Eu tomo conta de Lauro e tenho certeza, farei dele um bom aluno. (Essa conversa me foi revelada posteriormente pelo Dr. Eliseu Viana).

Dos trinta e nove alunos que ingressaram na primeira turma da Escola Normal de Mossoró, em 1922, só dez alunos concluíram ao final de três anos, dente eles como podemos observar, não estavam presentes Raimundo Nonato e Lauro da Escóssia porque ambos foram reprovados. Estes e a maior parte da turma só concluiu o curso em 1925.

DIPLOMAÇÃO DA PRIMEIRA TURMA, EM 1924. NOMES: Joel Carvalho, Raimundo Reginaldo, Lucilo Wanderley, Joaquina Veras Leite, Maria Carmelita de Almeida, Ozelita Cascudo, Maria Eliza, Quatorzieme Rosado, Maria Silva, Hilda Lopes (NONATO, 1973a, p. 17).

Essa reprovação é explicada por Escóssia (1981, p. 40) da seguinte forma:

Em 1923 não fui bem sucedido. Faltou-me aprovação no fim do ano. Automaticamente, em 1924 tive que acompanhar, como repetente, a segunda turma que havia ingressado na Escola no ano anterior. Um dos motivos do meu fracasso naquele ano foi ocasionado pela liderança assumida num grupo de alunos que desejava derrotar a candidatura oficial da normalista Benigna Cunha à presidência da Associação de Normalistas, movimento esse fracassado e que resultou em nota zero no comportamento meu e de mais 11 colegas que formavam a oposição.

Nonato (2001, p.139) diz que era algo bastante relevante na escola Normal de Mossoró nota de comportamento. Além das notas das disciplinas do currículo, aos normalistas também era atribuída uma nota de comportamento, por isso os inspetores sempre andavam com uma caderneta para fazer as anotações relativas à disciplina dos alunos.

As aulas aconteciam das 16:00 às 19:00 horas. Esse horário só foi modificado no segundo semestre de 1925, já na direção de Aprígio Câmara. A partir de então a escola normal primária de Mossoró passou a funcionar das 14:00 às 17:00 horas. Segundo Nonato (1973) os motivos alegados foram a falta de luz e a distância dos bairros.

A farda das normalistas de Mossoró era toda branca, com a gravata azul. A saia azul só veio a fazer parte do fardamento, em 1927, quando o professor Antonio Fagundes assumiu a direção desse estabelecimento de ensino e implantou o modelo usado pelas normalistas da Escola Normal de Natal. (RAIMUNDO, 1973a, p. 15-16). Já os normalistas diferentemente das meninas não tinham um fardamento específico como narrou Nonato (2001, p. 125): “De princípio, a grande novidade foi a farda branca das normalistas. Os rapazes continuavam como estavam, vindo vestido era o bastante.” A Escola Normal Primária de Mossoró, assim como as demais Escolas Normais do Brasil e demais países tornaram-se um lugar generificado. “Concebê-la dessa forma significa vê-la como um lugar social que é constituído e constituinte dos gêneros, ou seja, um lugar onde as práticas ali realizadas convergem para a construção de significados baseados nas diferenças sexuais. (AQUINO & STAMATTO, 2008, p. 1412) Na medida em que criam, através de ações corriqueiras, normas diferenciadoras entre normalistas de diferentes sexos produzem também um lugar para a mulher professora.

Nonato (2001, p. 139) narra como ocorria o recreio dos normalistas e demonstra que apesar de ser um estabelecimento misto, nas horas do intervalo meninos e meninas eram separados:

Logo no início dos trabalhos escolares, os dois bandos ficaram assim separados. As moças, depois das aulas, durante os dez minutos regulamentares de intervalo, ficavam no recreio do poente, do lado que confinava com o muro da casa de Viriato Silva, enquanto os rapazes, em número bem menor, permaneciam às vistas da administração, na área livre, que dava para a diretoria da escola.

Com a instalação da Escola Normal Primária de Mossoró, surgiram em seu entorno vários órgãos de cunho cultural e várias atividades festivas:

ATIVIDADES CULTURAIS DA ESCOLA NORMAL. Com sua instalação, abriu-se novos horizontes para as letras da cidade. De suas iniciativas algumas são de apontar: 1 – Fundação da ASSOCIAÇÃO DE NORMALISTAS, em 1º de maio de 1922. 2 – SOLENIDADE DE SUA POSSE, em 13 de maio. 3 – FESTAS DAS ÁRVORES, nesta mesma data que vinha sendo feita em Natal desde 1913, sob orientação de Nestor Lima. 4 – SESSÃO COMEMORATIVA DO 13 DE MAIO, RELEMBRANDO A LEI AUREA. 5 – SESSÃO SOLENE DA DATA DE 14 DE JULHO, QUEDA DA BASTILHA, ENTÃO FERIADO NACIONAL NO ANO SEGUINTE, EM SESSÃO DESSA MESMA DATA, FOI CANTADA A MARSELHESA, EM FRANCÊS, PELAS ALUNAS DA ESCOLA. 6 – ENTRA EM CIRCULAÇÃO A REVISTA ABC. Com excelente colaboração dos alunos e dos professores educandário. Saía mensalmente e era ilustrada. 7 – CRIAÇÃO DA BIBLIOTECA DA ASSOCIAÇÃO DE NORMALISTA. 8 – CRIAÇÃO DO ÓRFEÃO DA ESCOLA NORMAL, constituído de diversos instrumentos: piano, violinos, violoncelo, flautas, contrabaixo de corda. O piano foi presente do Governador Antonio de Sousa. POSSE DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO DE NORMALISTAS (NONATO, 1973a, p. 13-14).

A ocorrência de festas cívicas no cotidiano escolar é uma prática bastante característica na vivência profissional de Eliseu Viana. Tais festas e comemorações já eram uma prática corrente no dia a dia do Grupo Escolar “30 de Setembro”. E quando as duas instituições passaram a funcionar no mesmo estabelecimento e o Grupo Escola tornou-se a escola modelo da Normal de Mossoró, essa passou a ser uma prática mais acentuada:

Assim, é notável a presença do prof. Eliseu Viana nesses 14 anos. Dinamizou tudo. Reorganizou o Grupo escolar, reestruturando-o. Reacendeu entusiasmos nos alunos, criando nêles patriotismo. Realizou festas escolares, promoveu passeios, comemorações cívicas, desfiles. Quando cheguei para o Grupo, em 1922, encontrei campos de futebol e bolas ao cêsto. Eliseu criou a Caixa escolar, biblioteca, deu destaque ao dia da Árvore, do descobrimento do Brasil, da América, da nossa Independência, da Abolição Mossoroense (WANDERLEY, 2001, p. 97).

Segundo Raimundo Nonato (2001, p. 125):

Não tardou muito, e no começo de maio, foi fundada a Associação de Normalistas, modelo da que já existia em estabelecimento congênere de Natal. A sociedade teria tempo de agitar a vida estudantina da cidade. Criou-se uma revista, ABC, que viveu por largos anos. A parte social não era descuidada, sempre promovendo muitas festas, das quais a mais importante, a de 19 de abril, no aniversário do Diretor. Eram também constantes as solenidades cívicas, nos dias feriados, onde as moças faziam discursos importantes que não eram delas como um sobre Tiradentes, cuja cópia padre Gadelha perdeu, aos sair da igreja e andou depois, de mão e mão.

A **Associação de Normalistas**, criada em 1º de maio de 1922, foi uma entidade que promoveu importantes ações para melhoria da qualidade da educação da Escola Normal e do

Grupo Escolar 30 de Setembro. Promoveu importantes sessões cívicas, nas datas nacionais, em conferências de professores e no cotidiano das escolas supracitadas. A ata da sessão inaugural dessa entidade foi publicada na íntegra, no corpo do texto, por Walter Wanderley (2001, p. 86-88). Reuniram-se no Salão “Antônio Souza” da Escola Normal, o diretor Eliseu Viana, os normalistas, os professores da Escola Normal Primária de Mossoró e do Grupo Escolar 30 de Setembro, com o intuito de criar uma associação destinada a combater o analfabetismo e incrementar e desenvolver a cultura literária e educativa dos associados, além de promover laços e um ideal de solidariedade entre todos aqueles que se dedicam ao trabalho com a alfabetização.

É interessante que na oportunidade Eliseu Viana propôs a institucionalização do dia Árvore e discursou sobre a importância da mesma para os destinos da humanidade. Nessa reunião aprovaram algumas diretrizes, a saber: A sociedade passou a ser regida por uma Diretoria cujos membros eram escolhidos dentre os normalistas e tinham mandatos de um ano. Os normalistas foram considerados membros efetivos e os professores da Escola, sócios honorários, mas todos estavam igualmente isentos de mensalidade. A sociedade manteria uma revista ilustrada de publicação mensal denominada, ABC. A revista foi dirigida pelo Diretor da Escola Normal, e teve como gerentes os normalistas Lauro da Escócia e Maria Sílvia de Vasconcelos e como redatores os professores do Grupo escolar 30 de Setembro Paulo Vieira Nobre, Julieta Guimarães e Alzira Gonçalves e uma comissão de normalistas assim constituída: Esther Silva, Raimundo Reginaldo, Maria Eliza, Maria Anita Mota, Delmira Queirós, Hilda Lopes, Lucilo Wanderley e Débora Caldas.

Foram considerados sócios beneméritos da associação, o Dr. Antônio José de Melo e Sousa, Governador do Estado e o Dr. Manuel Dantas, Diretor-Geral da Instrução Pública. Por fim, a Diretoria, no ano presente, foi composta dos seguintes normalistas: Aduino Miranda, presidente; Benigna Gurgel, vice-presidente; Joaquina Veras Leite, 1ª secretária; Joel Carvalho, 2º dito; Maurina Melo, oradora; Ozelita Bezerra Cascudo, vice-oradora; Maria do Carmo, tesoureira; Quatorzième Rosado, adjunta da tesouraria; Maria Carmélia de Almeida, bibliotecária; José Hemetério Leite, adjunto da biblioteca. A diretoria da associação tomou posse solene, no dia 13 de maio, o que a partir de então ocorreria todo ano.

A revista ABC, da Associação de Normalistas, órgão de imprensa da classe estudantina, era impressa nas oficinas gráficas do Jornal O Mossoroense. Tanto Wanderley (2001), como Nonato (1973) afirmam que essa revista tinha um ótimo viés literário. Publicava

versos de Eliseu Viana, sonetos de Augusto Moreira e vários poetas, inclusive da terra. Hinos, músicas, reflexões sobre educação e apresentação das atividades da Normal e da escola anexa. A revista ABC era mensal e circulou a partir de maio de 1922 e se manteve em atividade até o ano de 1924, quando saiu pela última vez, com seu número 22 (NONATO, 1973b). Também possuía uma **Biblioteca Escolar** bastante equipada.

Foi organizado pela Associação de Normalista um **Orfeão Escolar**. Esse era composto por uma parte vocal e outra instrumental. A parte instrumental, como vimos, era composta por piano, violinos, violoncelo, flautas e contrabaixo de corda. Orfeão se apresentava em várias datas festivas, tocando além de hino nacionalistas a Marselhesa francesa. Wanderley (2001, p. 104-105) publicou uma matéria da revista ABC que assim falava:

A propósito da criação desse orfeão, a Revista ABC, no seu número 19, de abril de 1924, publicava o seguinte: “ORFEÃO ESCOLAR – Está organizado, dentre os discentes da Escola Normal de Mossoró um Orfeão Escolar, com uma parte vocal e outra instrumental. Obrigatória para o canto das escolas públicas do Estado, para ser ensinada pelo único método possível – o da audição, é preciso que as normalistas adquiram no curso de sua aprendizagem as noções de música indispensáveis, a fim de ministrarem, com vantagem, esta disciplina. No entanto, nem todos tem vocação natural, sendo o solfejo o maior dos martírios. É por isso que já uma autoridade competente no mister, dissera que o ensino da música vocal, praticado nas escolas normais de mestres, não terá eficácia nunca em relação às escolas primárias, enquanto os normalistas não aprenderem um instrumento. E adianta que o instrumento mais conveniente para o exercício do canto nas escolas é o violino[...]

Grandes eventos eram as formaturas dos normalistas da Escola Normal Primária de Mossoró. Vejamos como Nonato (1973b, p. 19-20) narrou a sua formatura.

Era a diplomação da segunda turma de professores que concluíram o curso na Escola Normal Primária de Mossoró. educandário, daquele nível, o primeiro que se instalara no interior do Estado, fora criado em 1922 ano do centenário da Independência do Brasil, pelo Governador Antônio José de Melo e Sousa [...] A imprensa da cidade, que contava com três jornais bem feitos, abriu colunas e no seu noticiário teceu comentários a respeito da solenidade daquele dia, com abundância de adjetivação e estilo laudatório, como era o da época. Enalteceu o valor daquela obra de cunho cultural, que se projetava no campo da formação da mocidade, a quem não faltava entusiasmo para sonhar com grandes ideais. Assim, dizia um daqueles periódicos provincianos, *os novos mestres saíam da escola, centro de preparação pedagógica, com uma mentalidade diferente, especializados em conhecimentos e novas técnicas de ensino, cujo exercício poderia modificar, profundamente, o quadro da aula tradicionalista. Dessa aula ou dessa escola antiquada nos seus métodos, já estavam ultrapassados todos os planos de ensino, fechando-se o ciclo das suas atividades, definitivamente.*

Essas considerações tecidas pelo jornal (o qual Raimundo Nonato não cita o nome) demonstram que a vinda de uma escola normal para Mossoró foi um marco na formação institucionalizada de professores. Uma ruptura no exercício do magistério improvisado

baseado na tradição e na imitação da cultura pragmática. Ainda sobre a solenidade de formatura no conta Nonato (1973b, p. 20):

A festa de encerramento do ano letivo revestia-se mais em importância pelo auspício que lhe emprestava a presença do Diretor Geral do Departamento de Educação do Estado, dr. Nestor dos Santos Lima, escolhido paraninfo pelos diplomados. A colação de grau constituía, assim, um acontecimento de relevo, fora do comum, na vida social da cidade e no seu meio educativo. O cinema Almeida Castro, de propriedade de Francisco Ricarte de Freitas, transformado em auditório, desde cedo, ficava literalmente lotado. A solenidade foi iniciada com a execução do Hino Nacional, rigorosamente às 20,30 horas [...] E ali estava reunida a Congregação de Professores da Escola Normal, num dos momentos de primacial significação para sua história, pois, pela segunda vez, dava sua presença para aquele fim.

Conforme nos mostrou Wanderley (2001, p. 214), o primeiro diretor da Escola Normal Primária de Mossoró foi Eliseu Viana que, em 30 de janeiro de 1922, foi designado pelo governador do Estado para dirigir interinamente a recém-criada escola e para lecionar a cadeira de Português; em 05 de janeiro de 1923, foi transferido da cadeira de Português para a de Pedagogia; sua nomeação efetiva se deu por um ato do governador do Estado, em 20 de dezembro de 1923, que o declarou professor efetivo da cadeira de Pedagogia e Educação Cívica. Eliseu Viana se manteve no cargo de diretor até 1925, quando foi substituído por Aprígio Soares da Câmara. Também em 1925, assumiu a regência de Francês da escola Normal de Mossoró, em substituição ao professor efetivo que fora licenciado.

Eliseu Viana se desligou da Escola Normal Primária de Mossoró, em 1928, quando fora transferido para Natal, mas desde 1925, já não era seu diretor por questões de desentendimento ocorridos fora da escola que ao terem repercussão no cotidiano da Normal transformaram-se em desavenças políticas a nível estadual. Sobre isso publicou Walter Wanderley (2001, p. 108-109):

Já a esse tempo, estava organizada e instalada, em Mossoró, a *Arcádia Littero-Cívica*, congregando nomes da mais alta projeção cultural da cidade [...] A entidade passou, paralelamente a Associação de Normalistas, a promover grandes festas cívicas e culturais, em que o dr. Eliseu Viana era sempre parte saliente, muitas das quais contando com o concurso de alunos da Escola Normal, que eram chamados para declamação. Sabe-se que a política da *Arcádia*, como ocorre geralmente com entidades associativas, não era das mais pacíficas. Na 2ª eleição, foi escolhido orador o dr. Manuel Onofre de Andrade. Embora o dr. Eliseu fosse um homem superior, nesses casos, evidencia-se que a maneira como se realizava aquela mudança, não foi do seu agrado, vendo-se substituído. Vem daí uma espécie de política que, se não era desentendimento, não era a mais harmônica, entre seus membros. Os pontos de divergência começaram a fluir. As coisas continuavam nesse pé, quando numa movimentada sessão da *Arcádia Littero-Cívica*, o dr. Antônio Brasil pronunciou um discurso, fora da ética acadêmica, havendo, por isso mesmo, larga divergência entre seus associados. A maioria indicou um caminho para dirimir a crise: a exclusão de Antônio Brasil. Houve interferência de terceiros e, como sempre acontece em Mossoró, a ingerência de ordem político-partidária, em que o dr. Rafael Fernandes Gurjão, um homem pacifista e conciliador, não foi alheio,

vetando essa possibilidade da exclusão referida. Como ninguém recuou, apesar de todos os empenhos, só houve uma saída: a dissolução da *Acádia*. Êsses fatos tiveram, como era natural, repercussão, no ambiente escolar, nos comentários dos alunos, entre os amigos do diretor, e na própria Associação de Normalistas. A agitação que se criara fora, era refletida na escola, adquirindo densidade. O dr. Manuel Onofre, que pertencera a *Arcádia*, era professor de Português da Escolar Normal. Vinha agradando às classe pela eficiência do ensino que ministrava. Estabeleceu, porém, uma norma até então desusada no educandário. Desde o comêço do ano que não chamava os alunos pelos nomes que estavam nas cadernetas, mas, simplesmente, pelo número de ordem. Isto até deu motivo a demonstração de humorismo [...] Um dia, um grupo resolveu que não responderia mais a chamada daquela maneira. Inevitavelmente, na sala de aula, deu-se um atrito quando uma aluna disse, alto e bom som, *que não responderia por número, pois tinha nome*. O prof. Manuel Onofre pediu a autoridade do dr. Eliseu Viana para retirar a môça da classe. Ela fêz finca-pé: não sairia. Eliseu respondeu que não podia retirá-la a força. Generalizou-se uma confusão desnecessária e o resultado iria ter repercussão duradoura. Menino, achava-me brincando na calçada da Escola Normal, quando a aluna, em referência, chega à janela e me pede que vá urgente à sua casa, na Praça da Redenção, chamar sua mãe. Fui a todo vapor [...] A política partidária não se fêz indiferente a êsses acontecimentos. Em particular, porque o dr. Manuel Onofre era advogado da firma Tertuliano Fernandes & Cia. E ligado a essa ilustre família mossoroense. De tudo resultou na nomeação do dr. Aprígio Câmara para diretor da Escola Normal, tendo chegado em Mossoró em fins de junho, para assumir a direção do educandário, no reinício do período letivo em julho.

Nonato (2001, p. 137) fez referência a esse acontecimento contando sobre a postura da professora Celina Guimarães em uma aula de Desenho:

Aquele famoso caso “Manoel Onofre”, que por tantos meses agitaria a vida do educandário e a própria política do Estado, foi, em grande parte, alimentado nessas insinuações tão significativas:

- Então, soltava ela a pergunta, vocês agora estão sendo chamados pelo número, hein?
- Bonita coisa essa que agora foi introduzida na Normal. Não é que estão pretendendo mudar a Escola de meu marido, num quartel ou numa penitenciária?
- Já pensaram, dizia de outra feita, como vocês vão ficar engraçadinhos, vestidos de roupa riscadas, como a zebras do zoológico?
- Ah! No meu tempo, na Escola de Natal, a coisa era diferente... E lá ia com essa conversa a fora, com essas insinuações, polvilhando veneno no espírito desprevenido da classe, até que um dia podia se transformar em explosivo, como se deu na aula do professor de Português.

Encontramos referência a esse acontecimento também em Escóssia (1981, p. 40-41):

Minha turma também foi diplomada em 1925. Era chamada a “turma da encrenca”, que girou em torno de uma das suas integrantes, a normalista Ildérica Silva não haver respondido à chamada em classe, na aula de Português, quando feita por número. Resultou daí uma divergência do Professor Manuel Onofre com o diretor Eliseu Viana e no fim do ano a não confecção do quadro de formatura porque não foi permitido ser incluído no mesmo o retrato do ex-diretor Eliseu Viana, alegando a então direção da Escola que a mesma tinha apenas um diretor e este seria o Dr. Aprígio Câmara.

Esse fato repercutiu tanto no cotidiano escolar que Nestor dos Santos Lima, Diretor Geral do Departamento de Educação, antecipou uma visita a Escola Normal Primária de Mossoró para acalmar os ânimos. Sobre isso Nonato (2001, p. 133-134) nos conta:

Presença do Dr. Nestor Lima – Para estudar a situação e desarmar os espíritos, o Dr. Nestor Lima, então Diretor do Departamento de Educação, dirigiu-se a Mossoró, antecipando-se de alguns dias, a própria viagem do Governador do estado, Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros, que numa espécie de marcha triunfal, percorria o sertão, numa visita oficial à cidade, com fins evidentemente políticos. O Dr. Nestor Lima andou, demoradamente, pela Escola, conversando, sondando as fisionomias, tomando a temperatura dos acontecimentos. Entrou pela classe assistiu algumas aulas, uma delas a de matemática.

Tais informações nos fazem inferir que a política partidária interferia diretamente no cotidiano das Escola Normal de Mossoró. A parte essa querela, para Wanderley (2001, 57) Eliseu Viana revolucionou Mossoró, no terreno das revistas musicadas e de costumes para o que contou, inicialmente, com a participação de moças e rapazes da melhor sociedade mossoroense, do Grupo Escola e da Escola Normal. Ao professor Eliseu é atribuída tanto a característica de um humanista clássico quanto de um educador antenado com a modernidade educacional.

Mestre na concepção dinâmica do termo, e homem de alto saber humanístico, que se fixava, especialmente, no setor de Filosofia e História da educação – no seu mais justo conceito clássico – era admirável sua versatilidade na interpretação dos textos doutrinários em que se estribavam as vetustas escolas dos grandes pensadores da antiguidade. Mas, nem por isso, se encontrava distanciados das conquistas da Pedagogia moderna e de suas ciências afins, pois, em dia, com todos os progressos, sempre ilustrava suas aulas com a orientação desses conhecimentos e com a indicação de métodos, processos didáticos e centros de motivação, que vinham abrindo novos rumos às práticas do ensino e da implantação da escola ativa, cujas idéias pioneiras eram entre outros, divulgadas pelos professores Lourenço Filho, Fernando Azevedo e Everaldo Backheuser, educadores de renome nacional” (WANDERLEY, 2001, p. 8).

Eliseu Viana, formado professor pela Escola Normal de Natal e Bacharel em Ciência Jurídicas pela Faculdade Livre de Direto do Ceará. Lecionou na Escola Normal Primária, entre os anos de 1922-1928, as disciplinas, Português, Pedagogia e Educação Cívica. Foi o primeiro diretor dessa instituição ficando no cargo de 1922 a 1925. Aprígio Câmara, foi o segundo diretor da Normal de Mossoró e exerceu esse cargo durante alguns meses do ano de 1925. Na sequência e até 1934, a Escola Normal de Mossoró teve os seguintes diretores: Eufrásio de Oliveira, Antônio Fagundes, Alfredo Simonetti, Vicente Almeida, Dário Andrade, Everton Cortez e José Augusto.

Após anos de luta a Escola Normal Primária de Mossoró só veio a se equiparar com a Escola Normal de Natal em 1934.

12 anos depois desse acontecimento memorável de 2 de março de 1922, pelo Decreto 698, de 16 de junho de 1934 (Interventoria de Mário Câmara) foi o curso da escola Normal de Mossoró equiparado ao curso da ESCOLA NORMAL DE NATAL. Era uma velha aspiração que se concretizava e para isso concorreu a ação do então Diretor do Departamento de Educação Dr. ANFILOQUIO CÂMARA (NONATO, 1973, p. 11).

A partir do ano de 1935, o curso da Escola Normal de Mossoró passou a ser de quatro anos e a contemplar as seguintes disciplinas: Português, Francês, Álgebra, Noções de Geometria, Geografia Geral e Particular do Brasil, História da Civilização, Noções de Química, Física e História Natural aplicadas à agricultura e à vida prática, Educação Moral e Cívica, Pedagogia, Pedologia, Higiene, Desenho, Princípios de Música e Canto Orfeônico, Trabalhos Manuais, Economia e Artes Domésticas (para o sexo feminino), Educação Física e Prática Pedagógica. Também a partir desse momento o diploma da Escola Normal de Mossoró passou a ter a mesma validade do diploma emitido pela Escola Normal de Natal e essa escola passou a não usar mais o título de Primária que tanto incomodava.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que subsidiou a presente dissertação tomou como objeto de estudo a gênese e o estabelecimento da Escola Normal Primária de Mossoró a partir das obras memorialistas, publicadas pela Coleção Mossoroense. Ao finalizarmos esse trabalho, ao contrário de encermos as discussões aqui postas, acreditamos que abrimos perspectivas para estudos futuros. Apesar disso é possível fazermos algumas afirmações. A Escola Normal Primária de Mossoró faz parte da história de vida desses sujeitos que teceram suas memórias em livros da Coleção Mossoroense. A partir dessas obras memorialísticas temos uma dizibilidade e uma visibilidade para a história da Escola Normal Primária de Mossoró.

Tal instituição nos foi apresentada através da memória de grandes humanistas, herdeiros de uma tradição. Raimundo Nonato da Silva, Lauro da Escóssia e Walter Wanderley faziam parte de um grupo que costumava registrar suas memórias em matérias jornalísticas e livros. Acreditavam que esses seriam lugares para a guarda da memória de uma época que eles desejavam salvar do esquecimento. O que demonstra que o significado da escola normal sempre esteve presente na fala daqueles que, de alguma forma, se relacionaram com essas instituições. Apesar de narrarem fatos ocorridos principalmente nas primeiras duas décadas do século XX, essas memórias só começaram a ser escritas a partir da década de 40 do século XX, nesse momento começam a serem publicadas em jornais. Somente foram publicados, na íntegra, e em forma de livro entre as décadas de 50 e 80 do mesmo século.

Esses intelectuais têm em comum o fato de terem tido contato com a Escola Normal Primária de Mossoró no período estudado. Todos eles tiveram forte ligação entre si, eram amigos e se encontravam para longas conversas sobre o seu passado. Suas memórias serviam de fonte um para o outro. Também faziam parte das mesmas associações culturais, a saber: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), da Academia Norte-riograndense de Letras e do Instituto Cultural do Oeste Potiguar (ICOP) entre outras. Ligados ao Direito, a educação, a política e ao jornalismo eram escritores e, portanto, intelectuais.

Apesar de ter sido criada em 1922, a Escola Normal de Mossoró, já, em 1913, era um projeto político em nível estadual. A vinda de Eliseu Viana para Mossoró, desde o início, esteve atrelada à fundação da Escola Normal. Provavelmente os fatores que levaram à instalação dessa escola, na cidade de Mossoró, foram tanto a tradição de seus colégios, quanto

o fator econômico comercial. Mossoró era à época da instalação da Escola Normal Primária, um grande empório comercial. Possuía energia elétrica, telégrafo estrada de ferro, jornais, associações literárias e esportivas, escolas de ensino primário e secundário, teatro e sala de projeção cinematográfica. Além disso, a crença por parte do governo do Estado de que a expansão do ensino primário seria fundamental para a modernização do Rio Grande do Norte e a urgente necessidade de professores pode ser descrita como suas motivações. A escola normal surgiu e se expandiu no Rio Grande do Norte como um projeto republicano ligado a expansão dos grupos escolares, esses inicialmente criados na capital, se expandiram para o interior do estado e tornaram-se um programa prioritário dos governos potiguares na Primeira República.

A Escola Normal Primária de Mossoró é subproduto de uma reorganização do ensino potiguar que começou com a Reforma do Ensino de 1916 (Lei nº 405 de 29 de novembro de 1916). Tal reforma caracterizou-se pela busca de um amadurecimento do processo de modernização pelo qual passava o Estado do Rio Grande do Norte. Essa escola de formação de professores foi criada associada à implantação de uma rede de grupos escolares, mesmo que pela sua lei de criação os professores da Normal de Mossoró fossem preparados para as escolas isoladas, rudimentares e ambulantes do interior do estado, na prática os professores formados pela Escola Normal Primária de Mossoró foram os mestres dos grupos escolares que se expandiram pelo interior do Rio Grande do Norte.

A resistência em fundar em Mossoró uma escola normal mostra-se relacionada à ligação de líderes políticos locais com o projeto da vinda dessa escola, ou seja, disputas políticas entre aliados e oposição certamente foram motivações para os impasses, além de que a Escola Normal de Natal, ao concentrar as discussões e decisões referentes ao ensino primário e à formação de professores pode ter motivado resistência a essa descentralização. Tanto que ao ser criada a Escola Normal Primária de Mossoró tinha currículo e diploma inferior ao da escola Normal de Natal.

A Escola Normal foi instalada em edifício localizado na Rua Dionísio Filgueira, esse local chamava-se na época de Alto do Pão Doce. Esse edifício já tivera várias utilizações: entre os anos de 1877 e 1879, foi hospital de variolosos. Serviu de local para a realização de votação nos pleitos eleitorais realizados no município de Mossoró; em 1900, funcionou nesse local o Colégio “Sete de Setembro”; em 1909, nele se instalou o Grupo Escolar 30 de Setembro. Por tal motivo o prédio precisou passar por algumas reformas para receber a Escola

Normal e permitir o funcionamento. O edifício abrigaria a escola apenas a título de empréstimo. Algo que nos remete ao que aconteceu com a Escola Normal de Natal que ao, ser criada, também não tinha sede própria. A Escola Normal de Mossoró funcionou nesse local até 1959.

Conforme Decreto nº 165 de 19 de janeiro de 1922 a Escola Normal Primária de Mossoró, era destinada, especialmente, ao preparo de professores para as escolas isoladas, rudimentares e ambulantes do interior do Estado. Não tinha os mesmos atributos da Escola Normal de Natal. A sessão de instalação da Escola Normal Primária de Mossoró, ocorreu em 02 de março de 1922. Segundo as narrativas aqui analisadas fora um dia bastante festivo que arregimentou várias autoridades, locais e regionais, comerciantes e intelectuais.

Na sua grade curricular, assim como aconteceu com a maior parte das escolas normais, as disciplinas teóricas eram mais contempladas do que as disciplinas específicas de formação docente. O que expressa um currículo com um caráter de formação intelectual, humanístico, conteudista e enciclopédica. Também percebemos que o número de disciplinas é inferior ao da escola Normal de Natal mesmo em seus primeiros anos quando também tinha a duração de três anos. A parte disso, a vinda de uma escola normal para Mossoró foi um marco na formação institucionalizada de professores. Uma ruptura no exercício do magistério improvisado baseado na tradição e na imitação da cultura pragmática.

As primeiras nomeações de professores foram feitas a título provisório, pelo prazo de um ano, findo o qual deveria se processar o concurso para provimento efetivo das cadeiras. O que não aconteceu. A partir do segundo ano de funcionamento da escola, em 1923, começou um rodízio constate dos professores que lecionavam as disciplinas do currículo o que demonstra que não existia um critério pedagógico para tal seleção e a mesma não acontecia por concurso e sim por nomeação. Os concursos passam a ser uma realidade na Escola Normal de Mossoró somente na década de 30.

Os primeiros professores nomeados para o corpo docente foram: Eliseu Viana (Português), José Gurjão (Geografia e História), Antonio Soares Junior (Aritmética e Noções de Geometria), Tércio Rosado (Francês), Irineu Wanderley (Música), Celina Viana (Desenho e Economia Doméstica). Entre a lista dos primeiros professores apenas uma mulher aparece no quadro docente da Escola Normal Primária de Mossoró. Algo que nos diz muito, pois mostra-nos que apesar da escola normal ser um espaço onde a maior parte dos alunos eram

mulheres, entre os professores o número de homens supera o de mulheres e, sobretudo, elas pouco aparecem nos cargos de chefia.

Nessas obras memorialísticas percebemos que a única escola de formação profissional na área de educação em Mossoró atraiu os jovens não só pelo desejo de formar-se para o magistério, mas, sobretudo, pela ânsia que tinham por um aprendizado de boa qualidade, tendo em vista o corpo docente da Escola Normal de Mossoró ser de alto predicado, formado em sua maioria por professores que tinham algum título acadêmico e uma sólida formação cultural: Juizes, advogados, médicos, farmacêuticos, jornalistas, poetas, padres e professores diplomados na Escola Normal de Natal e Escola Doméstica de Natal.

É importante observarmos que apesar de existir alguns professores diplomados pela Escola Normal, ou seja, com preparo específico para o magistério, a maior parte dos professores da escola Normal Primária de Mossoró eram bacharéis em Direito e Medicina, além disso, era significativo o número de sacerdotes católicos entre os professores. O perfil do corpo docente da Escola Normal Primária de Mossoró sugere que a escola normal da época devia seu brilho não tanto à preocupação com formação pedagógica profissional, mas sim à ênfase dada à cultura geral.

Para a primeira turma da escola Normal Primária de Mossoró foram aprovados 40 alunos através de processo seletivo. Além de seleção os alunos deveriam também ter boa morigeração. Apesar de ser um estabelecimento misto acontece na Escola Normal Primária de Mossoró algo característico das demais escolas normais do país na época: o maior número de matrículas era de alunas, fenômeno conhecido como *feminização do magistério*. Destaca-se que a maior parte dos alunos matriculados na primeira turma da Normal de Mossoró eram filhos da elite política e econômica da cidade.

A ocorrência de festas cívicas já era uma prática corrente no dia a dia do Grupo Escolar “30 de Setembro”, mas quando as duas instituições passaram a funcionar no mesmo estabelecimento e o Grupo Escolar tornou-se a escola modelo da Normal de Mossoró essa passou a ser uma prática mais acentuada. As principais entidades culturais que surgiram a partir da Escola Normal Primária de Mossoró foram: A Associação de Normalistas, criada em 1º de maio de 1922, foi uma entidade que promoveu importantes ações para melhoria da qualidade da educação da Escola Normal e do Grupo Escolar “30 de Setembro”. Formada por normalistas e professores da Escola Normal Primária de Mossoró e do Grupo Escolar 30 de Setembro. Surgiu com o intuito de criar uma associação destinada a combater o analfabetismo

e incrementar e desenvolver a cultura literária e educativa dos associados, além de promover laços e um ideal de solidariedade entre todos aqueles que se dedicam ao trabalho com a alfabetização. Essa associação fundou um órgão de imprensa chamado Revista ABC. Tal publicação era mensal e circulou a partir de maio de 1922 e se manteve em atividade até o ano de 1924. Também possuía uma Biblioteca Escolar bastante equipada. Foi organizado também pela Associação de Normalista um Orfeão Escolar.

Após anos de luta a Escola Normal Primária de Mossoró só veio a se equiparar com a Escola Normal de Natal em 1934. A partir do ano de 1935, o curso da Escola Normal de Mossoró passou a ser de quatro anos e a contemplar as mesmas disciplinas que a Escola Normal de Natal. Também a partir desse momento o diploma da Escola Normal de Mossoró passou a ter a mesma validade do diploma emitido pela Escola Normal de Natal. Esta pesquisa nos mostrou o quão significativa foi essa instituição de formação de professores para a cidade de Mossoró e que suas características se aproximam à de outras instituições de formação docente que funcionaram durante a Primeira República. Nossa pesquisa nos fez perceber que aqueles que se propõem a pensar a formação de professores, não devem esquecer-se de mensurar a importância histórica da escola normal, já que como nos disse Bosi (2003), o passado não é apenas antecedente do presente, mas é a sua fonte.

REFERÊNCIAS

- ACCÁCIO, Liéte Oliveira. A preocupação com a profissão docente: antiga, mas insatisfatória. **Revista Educação em Questão**. Natal, v. 23, n. 9, p. 79-101, maio/ago., 2005.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História**: a arte de inventar o passado. Ensaio de teoria da história. Bauru, SP: Edusc, 2007.
- AQUINO, Luciene Chaves de. A Escola Normal de Natal (1908-1938). Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.
- AQUINO, Luciene Chaves de; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. **De Escola Normal de Natal a Instituto de Educação Presidente Kenedy**: a trajetória de uma instituição de referência na formação de professores no Estado do Rio Grande do Norte. **Revista Educação em Questão**. Natal, v. 23, n. 15, p. 1411-1421, maio/ago., 2008.
- ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno; LOPES, Antonio de Pádua Carvalho (org.). **As escolas normais no Brasil**: do Império a República. Campinas: Alínea, 2008.
- ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio. (orgs.) **Novos temas em história da educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002.
- ARAÚJO, Marta Maria de; AQUINO, Luciene Chaves de; LIMA, Thaís Christina Mendes de. Considerações sobre a escola normal e a formação do professor primário no Rio Grande do Norte (1839-1938) In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno; LOPES, Antonio de Pádua Carvalho (org.). **As escolas normais no Brasil**: do Império a República. Campinas: Alínea, 2008. p. 191-202.
- ARAÚJO, Marta Maria de. **José Augusto Bezerra de Medeiros**: político e educador militante. Natal, RN: EDUFRN, 1999.
- ARAÚJO, Marta Maria de. A produção em história da educação das regiões Nordeste e Norte: O estado do conhecimento (1982-2003). In: GONDRA, José Gonçalves (org.). **Pesquisa em história da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 289-311.
- AZEVEDO, Fernando. **A cultura brasileira**: a transmissão da cultura. 5.ed. São Paulo: Melhoramentos/Instituto Nacional do Livro, 1971.
- BARROS, José de Assunção. **História e memória**: uma relação na confluência de tempo e espaço. **Mouseion**, vol. 3, n. 5, jan-jul, 2009.
- BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari K. Investigação qualitativa em educação; tradução Maria João Alvarez *et al.* Portugal: Porto Editora, 1994.
- BUFFA, Ester. História e filosofia da instituições escolares. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio. (orgs.) **Novos temas em história da educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002. p. 25-38.
- BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas; tradução de Magna Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

- BRAZ, Emanuel Pereira. **Abolição da escravidão em Mossoró** – pioneirismo ou manipulação do fato. (Dissertação de Mestrado). Natal: UFRN, 1999.
- CÂMARA, Maria Arisnete de Moraes. História da profissão docente em Natal/RN (1908-1920). **Revista Diálogo Educacional**. Paraná, n. 27, vol. 9, p. 267-278, 2009.
- CASTANHO, Sérgio. Institucionalização das instituições escolares: final do Império e Primeira República no Brasil. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. *et al.* **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, 2007.
- CARVALHO, Sadraque Micael Alves de. Um lugar (in)existente: o “país de Mossoró” nas tramas da consciência histórica. (Dissertação de Mestrado). Natal: UFRN, 2012.
- CERTEAU, Michel de. A escrita da história. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 13, v. 7, p. 97-113, 1994.
- CHARTIER, Roger. A história ou a leitura do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, n. 5, v. 11, 1991.
- CHARTIER, Roger. **História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.
- COSTA, Bruno Balbino Aires da. **“Mossoró não cabe num livro”**: Luís da Câmara Cascudo – O historiador da cidade. João Pessoa: Ideia, 2012.
- CUNHA, Teresa Maria. Diários Pessoais: territórios abertos para a história. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 251-279.
- DEMARTINI, Zelia de Brito Fabri; ANTUNES, Fátima Ferreira. **Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina**. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 86, p. 5-14, ago. 1993.
- EPPLÉ, A. Gênero e a espécie da história In: MALERBA, J et al. (org.). **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 139-156.
- ESCÓSSIA, Lauro da. Memórias de um jornalista de província. Mossoró: vol. CLVI, 1981 (Coleção Mossoroense)
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *et al.* A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 30, n. 1, p. 139-159, jan./abr. 2004.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). *et al.* **Educação, Modernidade e Civilização: fontes e perspectivas de análise para a história da educação oitocentista**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.
- FAUSTO, Boris. A primeira República (1889-1930). In: FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. p. 243-328.
- FAUSTO, Boris. O Estado Getulista (1930-1945). In: FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. p. 329-396.

FELIPE, José Lacerda Alves. **A (re)invenção do lugar**: os Rosados e o País de Mossoró. 1ª ed. João Pessoa: Grafset, 2001.

GATTI JR., A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio. (orgs.) **Novos temas em história da educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002. p. 05-24.

GATTI JR., Décio; PESSANHA, Eurize Caldas. História da educação, instituições e cultura escolar: conceitos, categorias e materiais históricos. In: INÁCIO FILHO, Geraldo; GATTI JÚNIOR, Décio. (orgs.) **História da educação em perspectiva**: ensino, pesquisa, produção e novas investigações. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002. p. 71-90.

INÁCIO FILHO, Geraldo; GATTI JÚNIOR, Décio. (orgs.) **História da educação em perspectiva**: ensino, pesquisa, produção e novas investigações. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. Documento e História: a memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O historiador e sua fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 9-27.

KULESZA, Wojciech Andrzej. A institucionalização da escola Normal no Brasil (1870-1910). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 79, nº. 193, p. 63-71, set./dez., 1998.

LE GOFF, Jaques. História e Memória. 5.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

MAGALHÃES, Justino. **Contributo para a história das instituições educativas**: entre a memória e o arquivo. Braga-Portugal, Mimeo, 1996.

MAGALHÃES, Justino. A história das instituições educacionais em perspectiva In: INÁCIO FILHO, Geraldo; GATTI JÚNIOR, Décio. (orgs.) **História da educação em perspectiva**: ensino, pesquisa, produção e novas investigações. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002. p. 91-116.

MARINHO, Márcia. **Natal também civiliza-se**: sociabilidade, lazer e esporte na *Belle Époque* natalense. Natal, RN: EDUFRN, 2011.

MENEZES, Antônio Basílio Novaes Thomaz de. **Nestor dos Santos Lima e a modernidade educacional**: uma história do discurso (1911-1928). Natal, RN: EDUFRN, 2009.

MENEZES, M. A. de. **História oral**: uma metodologia para o estudo da memória. In CAVIGNAC, J. A. (org.). Memória. Vivência. Natal: EDUFRN, n. 28, 2005. p. 23-36.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. Os arquivos e fontes como conhecimento da história das instituições escolares In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. *et al.* **Instituições Escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados, 2007.

MILLS, Charles Wright. Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de; SILVA, Francinaide de Lima. História da profissão docente em Natal/RN (1908-1920). **Revista Diálogo Educacional**. Paraná, n. 27, v. 9, p. 267-278, maio-agosto, 2009.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. *et al.* **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica.** Campinas: Autores Associados, 2007.

NOBREGA, Alessandro Texeira. **A Coleção Mossoroense e a construção dos mitos: Dix-sept Rosado, o herói imolado.** (Dissertação de Mestrado). Natal: UFRN, 2007.

NONATO, Raimundo. **A escola de outro tempo: professores de Mossoró.** Mossoró: Pongenti, V.22, 1968. (Coleção Mossoroense – Série “V”).

_____. A escola normal de Mossoró. Mossoró: n. 245, 1973a. (Coleção Mossoroense – Série “B”).

_____. Memórias de um retirante. Mossoró: vol. 1235, 2001. (Coleção Mossoroense – Série “C”).

_____. **Somando os dias ao tempo: memórias.** Mossoró: vol. 1235, 1973b. (Coleção Mossoroense – Série “C”).

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP.** São Paulo, n. 10, p. 1-178, dez., 1993.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Schola Mater: a antiga Escola Normal de São Carlos (1911-1933).** São Carlos: EdUFSCar, 2002.

NÓVOA, António. Formação de professores e profissão docente. In NÓVOA, António (org.). **Os professores e a sua formação.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1993. p. 15-33.

_____. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. **Teoria & Educação,** Porto Alegre, nº4, p. 109-139, 1991.

_____. Formação de professores e profissão docente. In Nóvoa, António (org.). **Profissão Professor.** Porto: Porto Editora, 1999.

PAIVA NETO, Francisco Fagundes de. Mitologias do “País de Mossoró”. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1997.

PAULILO, André Luiz. Uma historiografia da modernidade educacional. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, n. 45, v. 23, p. 27-49, janeiro-junho, 2010.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, n. 3, v. 2, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, n. 10, v. 5, p. 200-212, 1992.

RÜSEN, Jörn. Razão histórica: teoria da história, fundamentos da ciência histórica. Brasília: UnB, 2001.

SAMARA, Eni Mesquita; TUPY, Ismênia Spínola Silveira Truzzi. História e Documento e metodologia de pesquisa. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista brasileira de educação**. São Paulo, n. 40, v. 14, p. 143-155, 2009.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís (orgs.). **História e história da educação**: o debate teórico-metodológico atual. Campinas, SP: Autores associados, HISTEDBR, 2006.

SAVIANI, Dermeval. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. *et al.* **Instituições Escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados, 2007.

SILVA, Rosivânia Maria da. **A escola normal primária de Mossoró no período de 1950-1960**: práticas e formação de professores. Monografia (Especialização em Formação de Professores) – Faculdade de educação, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2008.

SOUZA, Itamar de. A República Velha no Rio Grande do Norte. Natal: EDUFRN, 2008.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n. 14, p. 61-88, 2000.

WANDERLEY, Walter. **Eliseu Viana, o educador**: 1890-1960. Mossoró: Pongentti. v. 22, n. 1740, Ago. 2001. (Coleção Mossoroense – Série “C”).

VEIGA, Cynthia Greive. A escolarização como projeto de civilização. **Revista Brasileira de Educação**, n. 21, p. 90-103, set./nov. 2002.

VEIGA, Cynthia Greive; LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (orgs.) **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes. **As lentes da história**: estudos de história e historiografia da educação no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2005.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. **História da profissão docente no Brasil**: representações em disputa. São Paulo: Cortez, 2009.

VILLELA, Heloísa de Oliveira Santos. A primeira escola normal do Brasil: concepções sobre a institucionalização da formação docente no século XIX. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno; LOPES, Antonio de Pádua Carvalho (org.). **As escolas normais no Brasil**: do Império a República. Campinas: Alínea, 2008. p. 29-45.

VILLELA, Heloísa de Oliveira Santos. O mestre-escola e a professora. In: VEIGA, Cynthia Greive; LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (orgs.) **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. p. 95-134.

ANEXO**DECRETO Nº 165, DE 19 DE JANEIRO DE 1922**

O Governador do estado, usando da autorização conferida pelo art. 9º, § 11, da Lei nº 524, de 9 de dezembro último,

DECRETA:

Art. 1º - É criada na cidade de Mossoró uma Escola Normal primária, especialmente destinada ao preparo de professores para as escolas isoladas, rudimentares e ambulantes do interior do Estado.

Art. 2º - O curso dessa Escola, comum aos dois sexos, compreenderá as seguintes matérias:

I – Português;

II – Francês;

III- Aritmética e noções de Geometria;

IV – Geografia Geral e particular do Brasil;

V – História Universal do Brasil;

VI – Noções de Física, Química e História Natural;

VII – Educação cívica e Pedagogia;

VIII – Higiene escolar e Educação Física;

IX – Trabalhos manuais;

X – Economia doméstica para o sexo feminino;

XI – Princípios de música e cantos escolares;

XII – Desenho.

Art. 3º - O curso será de três anos, assim distribuídas as disciplinas que o compõem:

1º ano – Português, Francês, Aritmética e Geometria, História, Música e Desenho.

2º ano – as mesmas matérias do primeiro e mais Educação Cívica e Pedagogia e Trabalhos Manuais.

3º ano – Noções de Física, Química e História Natural Aplicadas, Educação Cívica e Pedagogia, Higiene escolar, Educação Física e Economia Doméstica.

§ Único – No segundo e no terceiro anos será obrigatória a prática escolar no Grupo “30 de Setembro”, que ficará anexo a Escola Normal.

Art. 4º - O ensino das disciplinas do Curso será dado nas seguintes cadeiras:

1 (uma) de Português;

1 (uma) de Francês;

1 (uma) de Aritmética e Geometria;

1 (uma) de Geografia e História;

1 (uma) de Física, Química e História Natural;

1 (uma) de Pedagogia e Educação Física;

1 (uma) de Higiene Escolar e educação Física;

1 (uma) de Desenho, Trabalhos Manuais e Economia Doméstica;

1 (uma) de Música e Cantos Escolares.

Art. 5º - Na organização dos horários e tudo quanto entenda como regímen didático e administrativo, a escola reger-se-á pelo regulamento da Escola Normal da Capital.

Art. 6º - As primeiras nomeações de lentes e professores serão feitas a título provisório, pelo prazo de (um) ano, findo o qual se processará o concurso para provimento efeito das cadeiras.

Art. 7º - Os professores e funcionários da Escola perceberão até ulterior resolução do Congresso legislativo, os vencimentos anuais da seguinte tabela:

7 (sete) lentes, cada um 3:000\$

Gratificação ao Diretor – 2:600\$

2 (dois) professores (Desenho e Trabalho Manuais e Música, cada um – 2:400\$;

1 (um) Secretário – 2:000\$

1 (um) Inspetor – 1500\$

1 (uma) Inspetora – 1500\$

1 (um) Porteiro – 1:200\$

1 (um) Contínuo – 960\$

A Escola terá para expediente 1:000\$ anuais.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do estado do rio Grande do Norte, em Natal, 19 de janeiro de 1922 – 34º da República.

Antônio de Melo e Sousa

Augusto Leopoldo P. da Câmara

A ASSOCIAÇÃO DE NORMALISTAS – Eis a ata da Seção inaugural dessa entidade que tantos serviços prestou a Escola Normal:

No dia primeiro de maio de mil novecentos e vinte e dois, no edifício da Escola Normal desta cidade, tem lugar no salão “Antônio de Souza”, uma reunião com os alunos da Escola com o fim de ser fundada, entre os mesmos, uma associação destinada a combater o analfabetismo e incrementar e desenvolver a cultura literária e educativa dos associados.

Às quatorze e meia horas presentes os normalistas, o Diretor e os professores da Escola, inclusive os professores das escolas anexas, deu-se início à reunião que foi presidida e secretariada pelo dr. Eliseu Viana e professor Paulo Vieira Nobre, respectivamente.

O presidente expôs os motivos daquela convocação, mostrando a necessidade de ser organizada no seio dos normalistas, sociedade que viesse unir cada vez mais num ideal de solidariedade todos aqueles que se dedicam ao grande problema da alfabetização dos nossos conterrâneos. S. S^a falou ainda sobre a instituição da festa das árvores nas escolas oficiais e estendeu-se em úteis considerações a respeito da importância e do papel da árvore nos destinos da humanidade.

Em seguida o presidente fez as seguintes propostas, às quais, postas à aprovação, foram aceitas:

1^a – A sociedade reger-se-á por uma Diretoria cujos membros escolhidos dentre os normalistas agirão no período de um ano.

2^a – Os normalistas serão considerados membros efetivos e os professores da Escola, sócios honorários, todos isentos de mensalidade.

3^a – A sociedade manterá uma revista ilustrada de publicação mensal denominada – ABC –.

4^a – Serão considerados sócios beneméritos da associação, o Dr. Antônio José de Melo e Sousa, Governador do Estado e o Dr. Manuel Dantas, Diretor-Geral da Instrução Pública.

5^a – A Diretoria, no ano presente, será composta dos seguintes normalistas: Adauto Miranda, presidente; Benigna Gurgel, vice-presidente; Joaquina Veras Leite, 1^a secretária; Joel Carvalho, 2^o dito; Maurina Melo, oradora; Ozelita Bezerra Cascudo, vice-oradora; Maria do Carmo, tesoureira; Quatorzième Rosado, adjunta da tesouraria; Maria Carmélia de Almeida, bibliotecária; José Hemetério Leite, adjunto da biblioteca.

6ª – A revista será dirigida pelo Diretor da Escola Normal, e terá como gerentes os normalistas Lauro da Escócia e Maria Sílvia de Vasconcelos e como redatores os professores Paulo Vieira Nobre, Julieta Guimarães e Alzira Gonçalves e uma comissão de normalistas assim constituída: Esther Silva, Raimundo Reginaldo, Maria Eliza, Maria Anita Mota, Delmira Queirós, Hilda Lopes, Lucilo Wanderley e Débora Caldas.

7ª – A diretoria da associação tomará posse solene, em cada ano, no dia 13 de maio.

8ª – Estas propostas logo que forem aprovadas entrarão em execução a título de Regimento e Permanecerão em Vigor enquanto não for convocada uma assembleia especial para reformá-las.

Não havendo mais assunto a tratar foi encerrada a sessão, e eu, Paulo Vieira Nobre, secretário provisório, lavrei a presente ata que assino com presidente.

WALTER WANDERLEY



Foto de Eliseu Viana, cedida pela família do Comendador Wanderley

ELISEU VIANA
O EDUCADOR

1890 - 1960

2ª EDIÇÃO

FUNDAÇÃO QUIMARAZ DUQUE



EXEMPLAR Nº 1000
SERIE N.º 2000 VOLUME 1389
JANUÁRIO 2001

RAIMUNDO NONATO

A ESCOLA NORMAL DE MOSSORÓ

COLEÇÃO MOSSOROENSE

Número 245

— 1973 —

RAIMUNDO NONATO



MEMÓRIAS DE
UM RETIRANTE

3ª EDIÇÃO

FUNDAÇÃO GUIMARÃES DUQUE



COLEÇÃO **MEMÓRIAS** UNIVERSITÁRIAS
SÉRIE "C" **MEMÓRIAS** VOLUME 133
AGOSTO DE 2007

FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO

**SOMANDO OS DIAS
DO TEMPO**

(Memórias)

RAIMUNDO NONATO

RAIMUNDO NONATO

**A ESCOLA
DE
OUTRO TEMPO**
(Professôres de Mossoró)

EDITORA PONGETTI

MEMÓRIAS DE UM JORNALISTA DE PROVÍNCIA

Lauro da
Escóssia

